Não é possível emudecer o Escárnio e o Maldizer

As cantigas de Escárnio e Maldizer são uma herança cultural galaico-portuguesa que surgiu há quase um milénio nesta parte ocidental da Península Ibérica e que tinham como funcionalidade a crítica, na sua forma satírica e jocosa, de vários temas sociais, geralmente associados à corte e às elites governantes, sociais e clericais. Elas são uma forma de expressão popular que nunca se desprendeu, mesmo em tempos de repressão e tirania, do que podemos definir como crítica social. O seu sentido reflete-se no tempo ainda hoje. Daí que aquando da ocupação de um edifício devoluto no número 11 da Rúa Algalia de Arriba, no centro histórico de Santiago de Compostela, a 3 de abril de 2014, o nome tenha surgido para dar uma identidade ao espaço, como que indicando que estava em construção um novo local onde o jogo, a sátira e a crítica pudessem ser fomentadas contra os processos de especulação imobiliária e de turistificação.

Durante mais de três anos o *Centro Social Okupado Autogestionado Escárnio e Maldizer* foi dinamizado por um grupo enérgico de pessoas com base nos princípios da solidariedade, apoio mútuo, autonomia, horizontalidade e autogestão, tendo servido para a realização de diversas atividades de cariz social e político. Passados três anos de atividade, de várias conversas, debates, projeções, oficinas, cursos gratuitos, cantinas e partilhas, o *CSOA Escárnio e Maldizer* foi violado pelas forças repressivas do Estado, a 30 de maio de 2017, que entraram no espaço cumprindo um mandato judicial, após uma denúncia por parte dos proprietários, com o simples objetivo de o emparedar e com um amplo sorriso nos lábios por verem, por fim, aquele foco de instabilidade para a sua ordem ser fechado.

Porém, três anos de atividades e de um conjunto de relações estabelecidas por vários intervenientes no espaço, geraram uma onda de solidariedade que se manifestou desde logo. No próprio dia, uma manifestação espontânea na zona antiga da cidade culminou num ataque da polícia e numa resposta enérgica por parte de quem manifestava o seu repúdio pelo despejo. Uma pessoa foi detida, tendo sido marcada para a manhã do dia seguinte uma concentração na esquada da polícia nacional, junto da Alameda de Compostela, que derivou numa manifestação espontânea pelo centro histórico e que se dirigiu sem incidentes para o Tribunal de Fontiñas, onde a única pessoa detida no dia anterior foi posta em liberdade. Seguiram-se várias manifestações de solidariedade em território galego e não só, e a 10 de junho foi marcada uma grande manifestação na Alameda de Compostela, que contou com cerca de mil participantes. Segundo os relatos, depois de um forte controlo por parte da polícia aos participantes na manifestação, que tinha também a pretensão de saber o seu percurso, esta iniciou a sua marcha, detendo-se junto às antigas instalações do colégio Manuel Peleteiro, na Rúa República Arxentina, que de 2009 a 2011 tinha sido uma esquadra da polícia nacional e que, desde então, se encontra em estado de abandono. Foi então que este edifício, propriedade da Caixa Galicia, acabou ocupado por alguns dos participantes na manifestação, tendo muitos outros ficado do lado de fora, protegendo e animando quem se encontrava dentro. A chegada da polícia antimotim trouxe consigo a violência, primeiro contra aqueles que procuravam dificultar a entrada no espaço, que foram agredidos (inclusive com balas de borracha) e retirados do local, e depois contra quem se encontrava dentro. Depois de ter sido lançado gás lacrimogéneo para o pátio do antigo colégio e de a polícia ter entrado, os ocupantes acabaram por ser retirados. A manifestação prosseguiu em seguida para a esquadra em apoio aos detidos. Cerca de 120 pessoas foram identificadas, 19 delas na esquadra, e duas pessoas foram detidas, acabando por ser libertadas nessa mesma noite. No seguimento dessas várias ações, 9 pessoas foram detidas a 20 de junho em Santiago de Compostela, Ourense e Corunha, tendo, desde logo, sido convocadas diversas concentrações em solidariedade. As detidas foram posteriormente postas em liberdade.

A luta contra a especulação imobiliária, turistificação e o desenvolvimento capitalista e pela construção de espaços autónomos e de liberdade continuará, seguramente, pois a semente da solidariedade está há muito plantada em solo galego, dando periodicamente frutos como é exemplo o *CSOA Escárnio e Maldizer*. E essas cantigas que vêm de há séculos atrás continuarão a soar, independentemente da época e da repressão por parte daqueles que, inutilmente, tentam fazê-las calar com os seus instrumentos repressivos. É nesse sentido que reiteramos também aqui o mote destas jornadas de luta: 10, 100, 1000 centros sociais! **P.M.**

Durante mais de três anos o Centro Social Okupado Autogestionado Escárnio e Maldizer foi dinamizado por um grupo enérgico de pessoas com base nos princípios da solidariedade, apoio mútuo, autonomia, horizontalidade e autogestão.

APOIA A INFORMAÇÃO ALTERNATIVA
Guilhotina.info – twitter e facebook/guilhotina.info
Indymedia Portugal – pt.indymedia.org
Jornal Mapa – em papel ou em jornalmapa.pt
Portal Anarquista – colectivolibertarioevora.wordpress.com
Segue-nos em #altpt
mapa
BALDIOS, O FUTURO DE MÃO COMUM
INDYMEDIA
CENTRO DE MÉDIA INDEPENDENTE · PORTUGAL

Concentração em apoio ao Centro Social COSA junta mais de 50 pessoas em Setúbal

GUILHERME LUZ
GUI.LUZ@JORNALMAPA.PT

Uma vasta mesa com um farto pequeno almoço ocupava parte do passeio, faixas de solidariedade eram colocadas nas árvores e dispostas sobre a calçada, por entre muitos protestantes com t-shirts onde se podia ler "*Somos todes COSA*". Mais tarde os "ritmos da resistência", o grupo de samba perito em animar protestos, viria dar a banda sonora necessária à ação que juntou dezenas de pessoas no passado dia 2 de junho, em frente ao tribunal de Setúbal em solidariedade com a "*Casa Okupada de Setúbal Autogestionada*", em risco após 17 anos de ocupação. Nessa rua, em frente ao centro de Saúde, ninguém passava sem ficar a conhecer a situação através do panfleto que explicava "*porque temos de parar do despejo da COSA*". No interior do tribunal, começam os estranhos preparativos para uma sessão que juntava na mesma sala um herdeiro dos antigos proprietários do imóvel e duas pessoas do coletivo de ocupantes do outro. A audiência prévia, ao contrário da sessão tida um mês antes, teve lugar à porta fechada, pelo que várias pessoas solidárias foram impedidas de assistir à audiência. A forte presença policial fez-se sentir sobre os réus, que foram obrigados a desligar os telemóveis para seguidamente serem revistados à entrada da sala. Extraordinárias medidas de segurança que foram motivo da primeira intervenção da defesa questionando a juíza sobre a razão para tais procedimentos, já que mais ninguém tinha sido sujeito a tais medidas. Ao final da manhã a sentença era dada e comunicada pela COSA "*Como esperado, a juíza não aceitou os argumentos para levar o caso a julgamento e ditou a sentença que já tinha há muito redigida: as rés (nós) devemos restituir o imóvel aos (agora provados) legítimos proprietários. Decisão sobre a qual vamos apresentar recurso.*" Tudo parece apontar, mais cedo ou mais tarde, para um despejo. Pelo caminho ficam as tentativas de chegar à fala com os proprietários para uma negociação, bem como uma longa lista de falhas e erros processuais ignorados na sala do tribunal. De facto, é trágico que 17 anos depois de "*um grupo incontável de pessoas terem ocupado, limpo, cuidado e recuperado uma casa no Bairro Salgado que, caso contrário, por esta altura seria uma ruína e, mais importante ainda, terem construído, animado, agitado e mantido um centro social pleno de atividades culturais, sociais, políticas, boémias e educativas sem qualquer tipo de apoios estatais, municipais ou institucionais*" não tenham tido, pelo menos, a hipótese de defender o espaço em julgamento. Ocupada no ano 2000 por um grupo de jovens setubalenses, que ali queriam construir um centro social auto-gerido e uma casa para a juventude, a COSA tem sido, nos últimos anos palco de debates, concertos, ateliers, oficinas e festas. Foi aí recentemente inaugurado o *infospot "O* Covil", um espaço de partilha livre de livros e publicações com enfoque no movimento okupa. Não obstante uma origem por diversas pessoas de diversas afinidades políticas, o projeto sempre se assumiu como libertário, tendo participado, de forma organizada, em importantes batalhas da cidade de Setúbal como a luta contra a co-incineração na fábrica de cimento da Secil, o famoso projeto do então ministro do ambiente José Sócrates, ou os protestos de repúdio contra a morte de Toni, um jovem do Bairro da Bela Vista assassinado em 2002 à queima roupa por um agente da PSP. Esta última participação valeu ao espaço uma operação policial em 2003 que, sob o pretexto de retirar uma faixa afixada no exterior do imóvel em que se denunciava a violência policial, foi invadida. Anos mais tarde viu ainda o seu jardim auto-construído retirado e destruído pelos serviços da Câmara Municipal de Setúbal.

Setúbal, uma cidade em transformação

O processo de despejo da COSA surge paralelamente ao atual ciclo de especulação imobiliária e desenvolvimento acelerado que a cidade atravessa. Neste processo duas realidades são incontornáveis. Se, por um lado, gigantes económicos ganham mais espaço na economia da cidade, por outro o desenvolvimento de um produto vendável sob a marca *Setúbal* e a imposição de uma economia essencialmente baseada no turismo criam marcas profundas. O site da CMS fornece alguns dados que ajudam a compreender a actual dinâmica da cidade. De acordo com dados da Entidade Regional de Turismo de Lisboa (ERTL), entre janeiro e junho de 2016, registaram-se 93.764 dormidas no concelho. Aquele total traduz um crescimento de 8% em comparação com as 86.887 dormidas verificadas no período homólogo de 2015 nas unidades hoteleiras do concelho. Os dados, que não incluem os números do alojamento local, de que não há ainda informação suficiente, confirmam a tendência de afirmação do turismo em Setúbal, que, em 2014 e 2015, revelou subidas totais anuais de, respectivamente, 23% e 6,2%. São estes números que justificam um enorme frenesim de projetos turísticos na cidade. Em Julho de 2016, foi anunciada a construção do Complexo Turístico da Macau Legend, um Investimento de 250 milhões de euros da empresa de David Chow, registada nas ilhas Caimão. O empreendimento será construído na zona ribeirinha e apregoa-se que vai criar 3 mil postos de trabalho, em mais um hotel de luxo, um casino, um centro comercial e uma marina, mesmo em frente a Tróia, onde já existe quase tudo isto. Naturalmente, neste processo surgem trocas. O grupo fica responsável pela construção de estacionamento, um equipamento cultural e instalações no Clube Naval Setubalense. O grupo havia já patrocinado as obras de recuperação do pavilhão António Velge. Em Março de 2017, é anunciada a construção de um Hotel de 4 estrelas junto à prisão e ao Centro comercial Alegro, com um investimento de 20 milhões de euros do grupo Hoteleiro israelita Leonardo e com a promessa da criação de 100 postos de trabalho. Maria das Dores Meira, a presidente comunista da Câmara Municipal de Setúbal, vai mais longe e, em entrevista ao *jornal i* em Julho deste ano, anuncia ainda a construção de um Hotel de 6 estrelas no antigo regimento de artilharia, a 7ª Bataria. Situado no topo da Serra da Arrábida tem, de acordo com a presidente, grupos portugueses e polacos interessados no projeto. Junto à praia de Albarquel vão ainda surgir mais hotéis. Nomeadamente, junto ao parque urbano, por cima do Forte, surgirá um de 5 estrelas. Há ainda um outro tipo de projetos a tomar forma. Nos antigos terrenos onde se encontrava a Rádio Azul, na Avenida da Europa, um novo Continente/Bom Dia vai surgir bem junto ao recém inaugurado McDonalds. Também aqui surgem permutas e a empresa compromete-se a fazer um arruamento na Urbisado que liga à nova rotunda. A empresa fica ainda responsável pela obra da rotunda e acessos e cede 18 mil metros para espaços verdes que a autarquia vai usar para construir uma bacia de retenção no Rio da Figueira. Nos terrenos das antigas bombas de gasolina no Monte Belo vai surgir um Burger King e uma bomba de gasolina Repsol. A Burger King ficou encarregue de construir um jardim na zona envolvente. Este terreno é o resultado de uma permuta entre a CMS e a Burger King onde esta recebe um armazém na zona dos bares junto ao rio. Nesse armazém, está previsto surgir um centro de desenvolvimento das artes. Uma das primeiras consequências desse intenso processo é, tal como em Lisboa ou no Porto, o aumento vertiginoso de rendas nos últimos 3 anos e do custo de vida na cidade. No entanto, o preço do metro quadrado no Concelho de Setúbal é de 1064 , um valor abaixo de muitos outros concelhos na Área Metropolitana de Lisboa o que faz com que a cidade, pela sua proximidade à serra e praias, esteja no centro de uma autêntica histeria de valorização imobiliária. Em Agosto de 2016, Laurent Maugé, um empreendedor francês a residir em Setúbal, em entrevista ao DN, deixava clara a relação entre o aumento da procura de imóveis e os anúncios de construção de empreendimentos turísticos. De facto, esta relação está ancorada numa visão sobre as centenas de imóveis abandonados no centro da cidade que os considera como uma oportunidade de negócio, antes de serem um flagelo social e o resultado de uma grave crise social, abandono de pessoas da cidade e desertificação do espaço público. Apesar da aposta no novo modelo turístico que agora começa a dar maus resultados em Lisboa ou no Porto, o velho modelo de desenvolvimento industrial do século passado continua a estar presente. A CMS pagou as obras nas infra estruturas que rodeiam a Portucel, uma das maiores fábricas de celulose da Europa na mesma zona industrial, a Mitrena, onde ainda este ano dois incêndios se converteram em desastres ambientais e onde se concentram inúmeras outras indústrias pesadas e poluentes. A Secil mantém-se em funcionamento em pleno Parque Natural da Arrábida, praticando atualmente a queima de resíduos industriais perigosos. Apesar desta forte presença industrial e dos riscos de poluição e contaminação a que a zona de Setúbal está exposta, a solução dos governantes e empresários tem sido apostar num turismo que vendem como sustentável mas que se revela cheio de contradições: Eco-Resorts luxuosos diretamente virados para as chaminés da central elétrica ganham o estatuto de Projeto de Interesse Nacional. Passeios turísticos de observação de golfinhos co-existem no rio Sado com a Setenave e os grandes navios em direção ao porto de Setúbal. Nuvens tóxicas de enxofre que contaminam os ecossistemas marinhos são "tapadas" por outdoors publicitários alusivos ao famoso peixe e marisco da região.De facto, Setúbal transforma-se sem que ninguém perceba exatamente em quê.

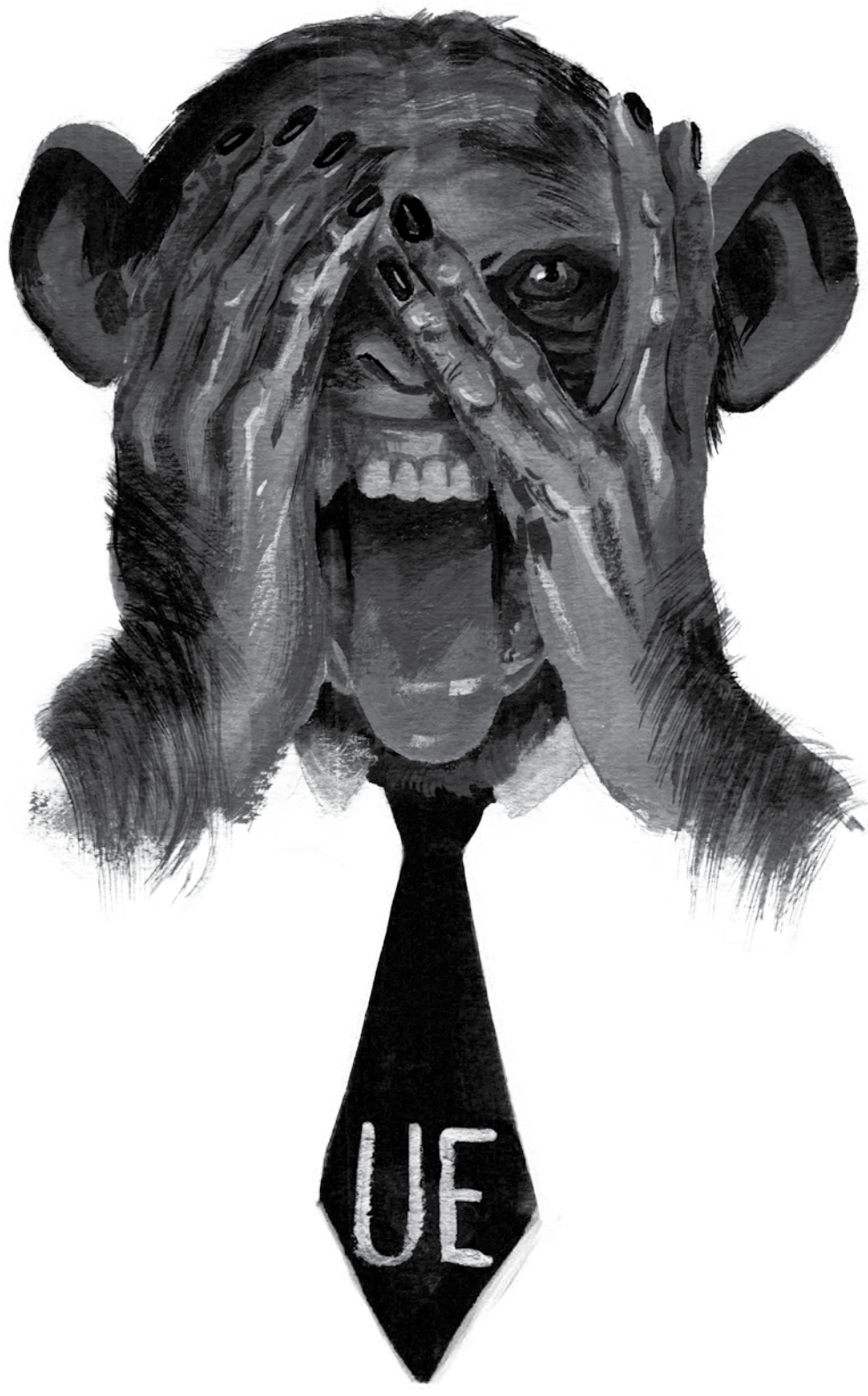
Ocupada no ano 2000 por um grupo de jovens setubalenses, que ali queriam construir um centro social auto-gerido e uma casa para a juventude, a COSA tem sido, nos últimos anos palco de debates, concertos, ateliers, oficinas e festas.

Fronteiras: morte por controlo remoto

Para manter as suas praias limpas de cadáveres, a UE consegue arranjar forma de fazer funcionar as suas fronteiras muito para além do seu território, entregando a sua gestão a mãos conhecidas pela capacidade de usar todos os meios imagináveis para se manterem no poder. Um caso de assassinato à distância.

TEÓFILO FAGUNDES
TEOFILOFAGUNDES@JORNALMAPA.PT

Nos primeiros dias de Abril, a União Europeia (UE) impunha aos seus Estados-membro que iniciassem controlos de identidade a toda a gente que quisesse entrar ou sair do espaço comunitário. Estes controlos, que já se aplicavam a cidadãos de fora da UE, estendiam-se assim aos de dentro e, na prática, significavam que todas as pessoas que atravessassem uma fronteira aérea, terrestre ou marítima veriam as suas identidades confrontadas com o Serviço de Informações de Schengen e a base de dados da *Interpol*, permitindo às polícias fronteiriças o acesso a uma quantidade incomensurável de dados pessoais, a maioria dos quais pouco ou nada relevantes para o seu trabalho concreto.



ARTHUR C. WANDEUR

Um dos cinco maiores «produtores» de refugiados do mundo tem nas mãos uma parte fundamental da gestão do fluxo de migrantes da UE. Risível, se não fosse dramático.

Oficialmente, tratava-se de tentar identificar cidadãos comunitários que pudessem ter sido apanhados nas redes do extremismo islamita. Um argumento pouco sólido, se se considerar que estes terroristas que se procuram são, na sua grande maioria, pessoas cujos registos estão limpos. Por outro lado, e nas palavras do próprio coordenador da UE para a luta anti-terrorista, Gilles de Kerchove, «as informações sobre os terroristas que são cidadãos comunitários e tentam regressar é frequentemente incompleta». Talvez por isso se fale numa nova categoria de pessoas que deverá fazer soar os alarmes fronteiriços: *unknown wanted persons*, cuja tradução poderia, talvez, ser «suspeitos desconhecidos». Se não fica claro que os objectivos desta operação são outros, fica, pelo menos, claro que esta não seria a estratégia mais evidente para atingir esses objectivos. Os resultados, ou melhor a sua ausência, comprovam-no.

Dois a três dias depois, a Eslovénia suspendia a nova regra europeia por ser causa de engarrafamentos intermináveis na fronteira com a Croácia. Houve também notícias de grandes filas em Espanha e na Grécia. Na tentativa de encontrar mecanismos que impeçam terroristas de entrar e atacar, por exemplo, aglomerados de pessoas, tudo o que as autoridades da UE conseguiram foi criar aglomerados ainda maiores e menos protegidos.

Uma ironia que se vem juntar a essa outra de as vítimas dos ataques em Bruxelas de Março de 2016 terem as suas compensações presas por questões burocráticas. Ao todo 324 pessoas tiveram de receber tratamento hospitalar. Dessas, 224 ficaram por lá mais de 24 horas. Um ano depois, a atleta Karen Northshield ainda estava em recuperação no hospital e afirmou ao jornal belga *De Standaard* que o governo a abandonou. Como ela, mais ninguém terá ainda recebido qualquer tipo de indemnização ou apoio, graças às teias legais que os advogados das seguradoras tão bem manejam. Karen Northshield é assim apenas um dos muitos casos que demonstram como a burocracia serve os poderosos e como estes, apesar de se dizerem todos *Charlie*, não estão dispostos a gastar dinheiro com ele e as suas necessidades.

Já em Maio, gravações telefónicas mostravam a leveza com que as autoridades italianas negaram auxílio a mais de 400 sírios à deriva no Mediterrâneo durante cinco horas. Acabariam por morrer 268 pessoas, incluindo 60 crianças. Pela mesma altura, soube-se também que a Grécia alterava as regras dum fundo de que a UE dispunha para que as pessoas cujos pedidos de asilos eram rejeitados pudessem, sem custos próprios, ser devolvidas para a Turquia. Uma alteração de regras que retira esse direito a quem decidir apresentar recurso perante uma decisão negativa.[1]

Estas trapalhadas e estes ataques aos direitos à livre circulação, à compensação e à própria vida, tudo coisas que aconteceram no espaço de pouco mais do que um mês, seriam suficientes para demonstrar a desumanidade da política de fronteiras da UE.

No entanto, e infelizmente, estes episódios são apenas a ponta dum *iceberg* cuja secção mais escabrosa está bastante menos visível. Uma outra parte, já desenvolvida num número anterior[2], é a que diz respeito ao facto de a própria construção da política de fronteiras da UE ser ditada pelas mesmas empresas que acabarão por lucrar com ela. Outra parte, também já analisada no MAPA[3], diz respeito ao desvio de fundos destinados a ajuda ao desenvolvimento para o controlo fronteiriço à distância. Mas há mais, como esta de financiar ditaduras e os seus massacres de que se falará a seguir a partir do exemplo do Sudão. Um dos cinco maiores «produtores» de refugiados do mundo tem nas mãos uma parte fundamental da gestão do fluxo de migrantes da UE. Risível, se não fosse dramático.

O aprofundamento das relações entre a UE e o Sudão tem implícito o apoio à milícia Janjaweed, aliás, Força de Apoio Rápido. Uma Força que, tal como a milícia sua antecessora, é conhecida pela facilidade com que viola os direitos humanos e ataca manifestações.

A parceria entre a UE e o Sudão iniciou-se através do Processo de Cartum (Iniciativa para a Rota Migratória UE-Corno de África). «Formalmente lançado na conferência ministerial realizada em Novembro de 2014, em Roma, é um diálogo regional sobre migração mantido entre os Estados-Membros da UE e nove países africanos do Corno de África e países de trânsito, bem como a Comissão Europeia, a Comissão da União Africana e o Serviço Europeu para a Acção Externa. O objectivo é estabelecer um diálogo permanente sobre migração e mobilidade no intuito de reforçar

ARTHUR C. WANDEUR

a cooperação em curso, mediante a identificação e a execução de projectos concretos.[4]

Uma parceria que é, sobretudo, financeira e que se aprofundou na cimeira da La Valleta, em Novembro de 2015, com o estabelecimento do Fundo Financeiro de Emergência para África[5], desenhado para dar resposta à crise migratória das regiões do Sahel[6] e dos Lagos do Chade, assim como do Norte e do Corno de África. Este Fundo foi dotado de cerca de 2 mil milhões de euros. Deste dinheiro, foram tirados 173 milhões para questões relacionadas com gestão de migrações dentro do Sudão. A Europa quer enviar câmaras, *scanners* e servidores para o regime sudanês registar refugiados, assim como treinar a polícia fronteiriça e dar assistência na construção de dois campos com salas de detenção para migrantes. Em meados de Dezembro de 2016, a UE aprovou a última parte dos fundos para o Sudão, num total de mais 38 milhões de euros. Em Janeiro de 2017, a parceria foi reafirmada num encontro entre um enviado da UE e um sub-secretário do ministro sudanês dos negócios estrangeiros.

O Sudão de al-Bashir

Omar Hassan Ahmad Al-Bashir é o presidente do Sudão desde 30 de Junho de 1989 quando tomou o poder através de um golpe de Estado. Em 4 de Março de 2009, o Tribunal Penal Internacional emitiu um mandado de prisão para a captura de Omar al-Bashir por crimes contra a humanidade, genocídio e crimes de guerra. Tem assim o desaconselhável mérito de ter sido o primeiro Chefe de Estado em exercício a ser alvo de um mandado internacional de captura.

«a UE quer tornar o Sudão numa enorme prisão para migrantes e é por isso que todas as parcerias que construíram foram com a polícia. (...) Os fundos não se destinam a proteger migrantes, apenas a policiá-los.»

Na contabilidade do regime de al-Bashir constam pelo menos 300 mil mortos e mais de 1 milhão de deslocados devido aos ataques letais da milícia pró-governamental *Janjaweed* que, em 2013, passou a chamar-se Força de Apoio Rápido (FAR).

Em Janeiro de 2016, o Observatório dos Direitos Humanos das Montanhas Nuba condenou as práticas violentas da FAR contra civis em Abbasiya Tagali, na província sudanesa do Cordofão do Sul[7]. E, em Junho de 2016, a FAR levou a cabo uma campanha de detenções em Ed Damazin, capital do estado sudanês do Nilo Azul, durante duas semanas, depois de ter havido protestos contra a sua presença na área e acusações de atrocidades contra civis.

Por seu lado, vários relatórios da *Human Rights Watch*[8] afirmam que o regime sudanês trabalha em conjunto com redes criminosas de tráfico humano, chegando a acusar a polícia e o exército de terem vendido refugiados.

O apoio da UE

Apesar do documento de apresentação do Fundo Financeiro de Emergência para África afirmar que o seu objectivo fundamental é «lutar contra as causas profundas da desestabilização, das deslocações forçadas e da migração irregular, promovendo a igualdade das oportunidades económicas, a segurança e o desenvolvimento», a verdade é que os fundos de emergência que nos são vendidos como apoio ao desenvolvimento vão sobretudo para controlo fronteiriço puro e duro, conforme demonstram as minutas de reuniões semi-secretas e outros documentos classificados a que tiveram acesso o jornal alemão *Der Spiegel* e o programa da também alemã televisão pública *ARD*, "Report Mainz"[9].

Quando se lida com ditaduras tão sangrentas, não é de todo surpreendente que o material financiado pelo Fundo de Emergência seja desviado para a opressão e repressão da população civil. Mukesh Kapila, antigo representante do Sudão na ONU, disse que o envio de fundos e apoios da UE está a dar ao regime mais recursos para suprimir o seu próprio povo. Para mais, e ainda de acordo com o *Der Spiegel* e a *ARD*, um general próximo do Ministro do Interior do Sudão terá já afirmado que a tecnologia que receberão não será utilizada apenas para registar refugiados, mas também sudaneses.

O aprofundamento das relações entre a UE e o Sudão tem implícito o apoio à milícia *Janjaweed*, aliás, Força de Apoio Rápido. Uma Força que, tal como a milícia sua antecessora, é conhecida pela facilidade com que viola os direitos humanos e ataca manifestações.

É essa mesma FAR que foi contratada para controlar migrações através de fundos da UE, como se pode confirmar quando, em Janeiro deste ano, e de acordo com as palavras do governo sudanês, a FAR desmantelou uma operação de tráfico de migrantes para a Líbia[10]. Uma colaboração corroborada em Agosto de 2016 na voz do líder da FAR, Mohamed Hamdan "Hemeti".[11]

A UE, por seu lado, diz que não trabalha com as autoridades sudanesas, que não está a apoiar a FAR e que a assistência ao Sudão é fornecida numa base bilateral e regional através de agências internacionais e organizações locais. No entanto, ainda não informou que agências internacionais e organizações locais são essas. Conhecendo o Sudão e a forma como o regime trabalha, ninguém duvidará que os fundos serão canalizados por organizações que estejam sob o seu controlo, como acontece, aliás, há décadas. O dinheiro nunca precisou de viajar por canais oficiais para acabar nos bolsos do governo. Muito menos num país que a *Tranparency International* considera um dos mais corruptos do mundo. Se se importasse realmente com a utilização dos fundos que canaliza, a UE deveria monitorizar a sua aplicação ao invés de fingir ignorância.

Ismail Omar Tairab, membro do Comité Nacional do Sudão para o Combate ao Tráfico de Seres Humanos, numa entrevista ao *site Al-Tagyeer*, para além de acusar a UE de focar toda a sua atenção na segurança, omitindo a necessidade de ajudar os migrantes dentro do país, afirma também que «a UE quer tornar o Sudão numa enorme prisão para migrantes e é por isso que todas as parcerias que construíram foram com a polícia. (...) Os fundos não se destinam a proteger migrantes, apenas a policiá-los.»

O Sudão, outrora internacionalmente considerado um Estado fora-da-lei, está agora em posição cimeira na distribuição de interesses e apoios da UE, graças à sua posição estratégica enquanto local de passagem de migrantes. Mas não está sozinho. Há acordos semelhantes, já assinados ou em construção, com outros Estados igualmente pouco aconselháveis, como a Eritreia ou a Líbia. Une-os a forma como as migrações os legitimam enquanto parceiros credíveis e recomendáveis. A priorização duma agenda de curto prazo de paragem dos fluxos migratórios e a submissão às necessidades da indústria do armamento, da vigilância e do controlo é o quadro da política fronteiriça da UE. Um quadro que mantém as praias europeias relativamente limpas de cadáveres, através do assassinato de migrantes por controlo remoto.

/// NOTAS

1 https://goo.gl/7pa5up

2 https://goo.gl/RNWu5K

3 https://goo.gl/gygtmQ

4 http:/europa.eu/rapid/press-release_MEMO-15-6026_pt.pdf

5 https://goo.gl/iuM6hQ

6 O Sahel é uma faixa de 500 a 700 km de largura, em média, e 5 400 km de extensão, entre o deserto do Saara, ao norte, e a savana do Sudão, ao sul; e entre o oceano Atlântico, a oeste, e o mar Vermelho, a leste.

7 https://goo.gl/EjZMLP

8 https://goo.gl/XPDcc4

9 https://goo.gl/wh2JP8

10 https://goo.gl/qwCgwf

11 https://goo.gl/XQHpKZ

Onde há fumo há mais do que fogo

O incêndio do Andanças e a história que ficou por contar

FRANCISCO COLAÇO PEDRO
FRANCISCOCOLACOPEDRO@GMAIL.COM
FOTOS **JOSÉ MANUEL COSTA**

Desde 1996 que o festival Andanças promove a música e a dança popular. Depois de ter deixado a região de S. Pedro do Sul, tem atraído milhares de pessoas a Castelo de Vide.

422 carros destruídos: não há precedente para o incêndio que no verão passado varreu o estacionamento do festival Andanças, em Castelo de Vide. Mas se nesse 3 de agosto as imagens dos media se obcecaram com a desolação material, no festival prosseguia a música e a dança. Ofereciam-se roupas e tendas, abraços e boleias. Semanas depois, surgia a Ajudada, uma rede informal de solidariedade e apoio-mútuo. Nas vésperas do Andanças 2017 e do final da Ajudada, uma história de como perante uma dificuldade há mais do que o egoísmo humano a vir à tona. Uma história de como as pessoas se podem organizar de forma criativa e solidária - alternativa à lógica do mercado (seguradoras) e do estado (tribunais). Esta é a história que ficou por contar.

É o terceiro dia do Andanças. É a terceira vez que Julien faz o vaivém entre o festival e o estacionamento. Estão 40 graus, o jovem artista plástico está exausto e de coração partido – e prepara-se para abandonar a meio o festival onde já trabalha, voluntariamente, há um mês. Mas a caminho do estacionamento, onde o carro já está cheio e pronto para partir, vê uma coluna de fumo negro.

Impossível saber como começou. Próximo do local, Paulo descobre várias viaturas a arder. Desiste de salvar a sua, desiste de voltar ao festival para perto dos filhos, e junta-se de imediato aos cordões humanos que se formam. Como Julien, em pânico, "chegavam muitas pessoas a correr para tentar salvar os carros". Travam-nas e afastam-nas para longe do perigo. "Muitas vezes parando e consolando-nos uns aos outros", recorda Paulo, também ele voluntário. "'É só um carro... O meu também ardeu'".

O festival de música e dança popular é evacuado por precaução, numa serenidade que contrasta com a voracidade das chamas. "Sem tempo para pensar", enquanto o seu carro arde, Paulo junta-se às equipas que verificam o recinto e abrem cada tenda a garantir que ninguém fica para trás. Pelo menos garante que os seus filhos saíram.

Quando a protecção civil chega já a multidão está em segurança, ao longo da estrada da barragem de Póvoa e Meadas. Vários músicos haviam trazido consigo os instrumentos. Ali, longe do descompasso das explosões e da negra cortina de fumo, surgem valsas, quadrilhas e mazurcas. Com carrinhas de caixa aberta Paulo e a organização distribuem água, melancias, pêssegos pela multidão. Por fim, o reencontro com os filhos: "As crianças lá estavam com os adultos a fazer brincadeiras, cantorias e danças. Foram poupadas àquelas imagens que correram o país."

Não há qualquer vítima, nem floresta queimada – mas em hora e meia tinham ardido 422 carros. Chegam televisões e fotógrafos e refastelam-se com o fumegante cemitério automóvel. "Nunca tinha acontecido nada assim em Portugal, nem aparentemente na Europa", observa Graça, uma das coordenadoras do festival. "Os jornalistas iam à procura do drama, e ficavam tristes por não encontrar ninguém aos berros".

> (...) Ajudada: uma rede autónoma de solidariedade e apoio-mútuo que junta lesados e amigos do Andanças. A ideia é disponibilizar apoio psicológico, legal, financeiro ou material, partilhar boleias, emprestar instrumentos musicais... Fizeram reuniões de norte a sul. Criaram uma linha de telefone de apoio.

"Acabo de perder o carro. Em que posso ajudar?"

"Face aos problemas – como iríamos voltar, como nos iríamos arranjar sem carro – as perguntas dos meus filhos eram do estilo: A que workshops podemos ainda ir hoje? Podemos ir ver o carro? O que é o jantar?", conta Paulo. "Tudo se iria resolver a seu tempo." Apenas três horas após a evacuação, recomeça o festival.

Artistas e técnicos que acabavam de perder o carro, outros sem saber ainda se o seu estaria entre os destruídos, correm para o recinto – para receber o público de volta com música a tocar nos palcos. Uma avalanche de voluntários mete ordem nas coisas que tinham sido abandonadas como estavam. Não há qualquer dano ou roubo.

Há pouco, Eva não continha as lágrimas ao ver arder o carro que tinha sido do seu avô. "O meu primeiro e único carro! Tinha-o há 3 meses bem vividos." Agora, alguém a lembra que está programada para tocar esta mesma noite. Não pensa duas vezes: "Claro, vamos embora!" A concertina, instrumento da sua vida, está sã e salva.

"O concerto foi uma experiência fortíssima", lembra Eva. "Foi uma forma de me libertar e de poder dar algo às pessoas, algum conforto com a música." Quase toda a gente tem um amigo que perdeu o carro e os bens que este continha. Julien não pára de chorar. "As pessoas estavam sempre a olhar por mim, com compaixão. Sorriam, abraçavam-me. E eu sentia essa compaixão ao ver outros chorar. Havia uma extrema beleza e solidariedade". Uma reunião junta toda a gente num palco: lesados, organizadores, protecção civil. "Descobri que eram quatrocentas pessoas como eu!".

Psicólogos que desfrutavam do festival juntam-se voluntariamente à organização para apoiar as pessoas mais perturbadas. "Músicos que perderam todos os instrumentos foram mesmo assim dar workshops logo a seguir ao incêndio", recorda Paulo. "Qualquer pequena coisa que pudéssemos fazer por eles representou imenso para nós". Outros artistas, também tendo perdido o carro, juntam dinheiro a vender os poucos cds que não haviam ardido – e doam-no a quem mais precisa.

Os filhos de Paulo fazem desenhos para o grande placard que logo surge na entrada com dezenas de pedidos e ofertas de boleias. Oferecem-se tendas e sacos-cama. "As pessoas juntaram um monte de roupa de que nos podíamos servir", diz Julien, que para além de toda a roupa perdeu valiosos materiais de trabalho. "Numa das lojas de roupa o comerciante disse-me: 'leva o

O público do festival aplaude o esforço dos bombeiros no combate ao incêndio.

Na noite de 3 de Agosto, horas depois do incêndio, os bailes e concertos têm uma energia especial.

O público do festival aplaude o esforço dos bombeiros no combate ao incêndio.

"Menos um carro"

É quarta-feira e é a primeira vez que a Cicloficina dos Anjos abre num lugar que não a Recreativa dos Anjos em Lisboa. Estamos no festival Andanças, acaba de haver um incêndio e tresanda a carros queimados.

Para cá chegar, organizaram o Pedalanças - uma "viagem ambientalmente sustentável e tão próxima da natureza quanto possível", três dias de bicicleta para desfrutar sem pressas das paisagens.

Os autocolantes que se distribuíam na banca parecem de repente de mau gosto e são retirados: "Menos um carro!", lê-se.

Desta oficina comunitária onde todos os dias os participantes do festival podem arranjar bicicletas e aprender a fazer remendos, Carlos testemunha agora "uma solidariedade incrível". "Também houve pessoal que entrou em pânico e bazou. Mas o acidente uniu muito mais a família Andanças. Com o tempo as pessoas lesadas começaram a perceber que há coisas bem piores, que foi só um carro. E algumas apareceram pela cicloficina, lamentavam não ter vindo de bicicleta e pediam "Ainda têm aqueles autocolantes? Quero levar um."

Este ano volta a haver Pedalanças. "Estamos à espera de muito mais pessoas!", afirma Carlos.

https://cicloficina.pt/pedalancas/

que quiseres'."

O desenrolar da história tem um preâmbulo: o incêndio deflagrou no estacionamento de artistas e voluntários, pessoas mais próximas daquilo que referem, repetidamente, como "o espírito do Andanças".

"O Andanças faz parte das férias com os meus filhos", explica Paulo, "são ali vividos intensamente valores como partilha, alegria, respeito pelas pessoas e pela natureza". "É a minha segunda casa", conta Eva. "Desde miúda é um mundo onde me sentia livre." O festival abriu-lhe as portas para a música tradicional europeia e de miúda na plateia passou a artista no palco. "Desde 2009 toco todos os anos. É o único sítio onde volto sempre."

É noite de encerramento do Andanças e Eva actua uma última vez. É o concerto menos ensaiado que já deu: 1,2,3 Soleil devia ser um trio mas, depois do que acabam de viver, junta-se no palco uma multidão de músicos em catarse.

Vai uma Ajudada?

Como Eva, Julien ou Paulo, são centenas de histórias. "Para algumas pessoas a perda dum carro desequilibra-as financeiramente de modo terrível. Ficaram com situações muito dramáticas. Há quem não viva nas grandes cidades e dependa do carro para fazer tudo", testemunha Rui, antigo coordenador no Andanças.

"As seguradoras tentam desmarcar-se ao máximo", ri Eva. "Mesmo quem tinha seguro contra todos os riscos, por vezes havia cláusulas que excluíam acidentes destes." Numa operação de marketing, uma seguradora decidiu ressarcir todos os clientes. Outras arrastam processos até hoje. O seguro do festival só actuaria se houvesse responsabilidade da organização – e o ministério público concluiu não se poder imputar responsabilidade a ninguém. Nas televisões surgiu um advogado representando diversos lesados e prometendo atacar judicialmente os organizadores.

"Alguns de nós sentimos que tínhamos de fazer algo", conta Rui. Hoje, é um dos dinamizadores voluntários da Ajudada: uma rede autónoma de solidariedade e apoio-mútuo que junta lesados e amigos do Andanças. A ideia é disponibilizar apoio psicológico, legal, financeiro ou material, partilhar boleias, emprestar instrumentos musicais… Fizeram reuniões de norte a sul. Criaram uma linha de telefone de apoio. Abriram uma conta bancária comum - "procurámos um banco solidário, mas em Portugal ainda não existe" – e são os próprios lesados a geri-la e a decidir em conjunto os critérios de distribuição do dinheiro angariado. Em maio, subiram ao palco do Festival Ajudada em Lisboa os artistas que perderam o carro e os bilhetes foram para apoiar os lesados que mais precisavam. Já em novembro acontecera no Centro Social Autogestionado La Tabacalera em Madrid o "Solidanza", um festival semelhante para apoiar músicos espanhóis.

"Há um espírito que nos une que é contracorrente. É mais fácil as pessoas acomodarem-se à queixa, apontar dedos e ir a tribunal. É o que está instituído na nossa cultura. Esta é uma nova forma de olhar o mundo. Ninguém queria que o incêndio acontecesse. Todos juntos, podemos colaborar para a melhor solução possível, numa perspectiva de responsabilidade social alargada."

"Ajudada" alude a uma prática ancestral comum em zonas rurais, quando a comunidade se juntava para dar apoio nos trabalhos agrícolas de uma propriedade. Uma ajuda de todos a cada um onde homens, mulheres, crianças e anciãos tinham todos sua tarefa. Foi também o nome de um encontro em Portalegre em 2013, ano em que o Andanças se mudou para a região, que se propunha pensar um novo modelo de economia, a partir da comunidade, da dádiva e da partilha.

"As Ajudadas representam muito, nesta época de individualismo feroz", diz Paulo. "É uma iniciativa linda", elogia Eva, que actuou no Festival Ajudada com o grupo Ó Chibinha, e que quando precisou obteve através da rede um carro emprestado.

Na recta final da iniciativa, que dura até ao próximo Andanças – edição mais pequena, de 8 a 11 de Agosto em Castelo de Vide –, Rui reconhece que a Ajudada não teve o impacto mediático ou a massificação da ajuda que desejava. Considera também que o grupo de lesados que procurou ser indemnizado de forma mais convencional, indo a tribunal, cindiu um pouco o movimento. "Se estivéssemos todos juntos tínhamos eventualmente conseguido mais, nomeadamente junto das seguradoras."

E, ainda assim, não desarma sobre a relevância da Ajudada. "É um exemplo duma forma criativa e construtiva de nos ajudarmos uns aos outros. Queremos ajudar a tornar isto tanto quanto possível um caso positivo para situações futuras. É como uma vela que a gente acendeu, e o campo abriu-se."

Mais informação sobre a rede Ajudada
https://ajudadaandancas2016.wordpress.com/

Qualquer pessoa pode contribuir para o fundo comum da
Ajudada através do NIB/IBAN - PT50019300001050077440082.

Turvar as águas

Com a bênção dos nossos governos e um rasto de destruição ambiental e humana em terra, a indústria mineira prepara-se para avançar sobre o fundo dos oceanos, de que todos dependem, apesar de um desconhecimento assumido acerca das consequências e impactos.

JOÃO MARTINS
J.MARTINS@JORNALMAPA.PT
JOÃO VINAGRE
INFOGRAFIA: **DANIEL VASCONCELOS MELIN**

Esqueçam o Espaço, o Mar é a nova fronteira. Depois de décadas de expectativa, corporações e fundos de investimento preparam-se para o que esperam seja o próximo grande desafio: a exploração dos recursos naturais do fundo oceânico. Embalado pelo furor crescente em torno das reservas minerais contidas no fundo do mar, acompanhado naturalmente pelos costumeiros discursos acerca de desenvolvimento económico, prosperidade comum e, mais recentemente, sustentabilidade, o olhar das elites globais, sempre ávido, vira-se para os oceanos, que cobrem 70% da superfície terrestre, e para as "riquezas" que estes escondem.

A primeira exploração mineira em mar alto está prestes a avançar, no mar de Bismarck ao largo da Papua-Nova Guiné (PNG) no Pacífico. A empresa à frente do projecto *Solwara 1*, a Nautilus Minerals Inc, anunciou o início da prospecção para o primeiro trimestre de 2019. Isto apesar da contestação e resistência de comunidades locais e grupos ambientalistas, apesar da ausência de estudos de impacto ambiental ou social credíveis, dos apelos e reservas da comunidade científica e do amontoar de indícios que apontam para prováveis impactos duradouros ou mesmo irreversíveis em alguns dos habitats mais frágeis e menos estudados do globo. Igualmente preocupante é a assumida falta de entendimento em torno de possíveis efeitos de escala ou cumulativos da exploração generalizada. Ainda assim, e apesar de dificuldades técnicas e financeiras, dos consequentes adiamentos enfrentados e certamente aquém de uma análise e debate alargados acerca de rumos e alternativas, o projecto que se quer a primeira operação mineira em águas profundas continua a avançar. A isto talvez não seja alheio o interesse com que é seguido pela indústria extractivista global e pelos mercados financeiros. O projecto e as potencialidades que estes grupos esperam que abra têm sido recorrentemente descritos como uma nova corrida ao ouro. Nesse sentido, o *Solwara 1* é visto por muitos como um teste iminente à viabilidade imediata de um novo ramo da indústria extractivista, a mineração em mar profundo – "Deep Sea Mining" ou DSM em Inglês. Curiosamente, por aqui pode também passar o futuro do arquipélago dos Açores. Estranho? Infelizmente, menos do que possa parecer. O Governo Português e a União Europeia estão a dar sinais claros de que as águas em torno do arquipélago podem vir a ser mineradas nos próximos anos.

20000 Léguas Submarinas

Antes de mergulharmos a fundo, é importante percebermos de que se fala, quando falamos de mineração em mar profundo (DSM). Existe actualmente uma indústria mineira costal cujo foco reside especialmente na extracção de areias e gravilha, a par de explorações localizadas de diamantes, enxofre e outros minerais. Comparada com a quantidade de explorações em terra, o número de explorações costeiras é diminuto, mas suficiente para que os seus efeitos sejam evidentes. A exploração é feita em águas pouco profundas junto à costa, essencialmente com recurso a dragas. Consequentemente, estas explorações comportam impactos ambientais e sociais consideráveis, documentados em vários estudos, nomeadamente em torno da viabilidade de populações marinhas afectadas directa e indirectamente pelas mesmas. É possível que haja um aumento significativo no número deste tipo de explorações costeiras, dado o interesse crescente na mineração de fosfato (nódulos de fosforitos), central à indústria de fertilizantes, e especialmente nos hidratos de metano, blocos de metano e água, formados em certas condições de pressão e frio, encontrados a profundidades entres os 350 e 5000 metros, e que alguns analistas e sectores estão a tentar posicionar como um "combustível do futuro", um tema a que iremos retornar nesta série. A mineração em águas profundas pelo contrário refere-se à exploração de minério em alto mar, teoricamente a profundidades entre os 500 e 7000 metros. Actualmente o interesse reside sobretudo em três tipos de depósitos minerais: os nódulos de manganês ou nódulos polimetálicos, as crostas cobaltíferas e os sulfuretos metálicos. Os três tipos de minério têm características diferentes – os nódulos são aglomerações minerais geralmente semelhantes a uma batata em tamanho e forma geral, dispersos por vastas áreas do fundo oceânico; as crostas são camadas metálicas que se formam ao longo de milhões de anos nas encostas de elevações submarinas por deposição de partículas minerais, em áreas onde as condições locais impedem a acumulação de sedimento; os sulfuretos são depósitos minerais formadas pela acção de fontes hidrotermais que ao longo do tempo dão origem a campos com montes que podem atingir dimensões consideráveis, mas em áreas relativamente definidas do fundo oceânico – mas com um elo vital em comum: inevitavelmente, a sua extracção será sempre altamente destrutiva e pior, as consequências alargadas, são completamente desconhecidas.

Há Mar e Mar.

É importante notar que a maior parte das aglomerações destes três tipos de depósito ocorre em zonas distintas, das bacias oceânicas onde estão dispersos os nódulos de manganês, às cristas oceânicas formadas pelos limites das placas tectónicas onde surgem os campos de fontes hidrotermais que produzem os depósitos de sulfuretos metálicos, às elevações submarinas onde se agregam as crostas cobaltíferas, espalhadas pelos oceanos – 30,000 só no Pacífico – a dispersão destes recursos pontua todo o fundo oceânico. Se o Pacífico e a PNG são neste momento as áreas para onde se viram as atenções, é fundamental perceber que há outros desenvolvimentos em curso, nomeadamente no Atlântico, que envolvem a União Europeia e vários governos, de entre os quais o Português. Os Açores encontram-se precisamente no centro de um dos maiores focos de interesse no Atlântico, com vários campos de fontes hidrotermais a Sudoeste, ao longo da Dorsal Mesoatlântica, crostas cobaltíferas a Norte e, em menor grau, nódulos de manganês a Sul e Este do Arquipélago, todos confirmados. Foram esses campos que levaram a mesma Nautilus Minerals a fazer pedidos de prospeção e pesquisa de minerais ao largo do arquipélago em 2008. Embora, de acordo com informação recente fornecida pelo governo os mesmo tenham caducado, a recorrente referência a esses pedidos feita pela Direcção-Geral de Energia e Geologia (DGEG) no contexto do pedido expansão da plataforma continental nacional – efectivamente uma extensão da ZEE (Zona Económica Exclusiva marinha, onde um Estado detém soberania sobre o solo, subsolo e coluna de água) a

A primeira exploração mineira em mar alto está prestes a avançar, no mar de Bismarck ao largo da Papua-Nova Guiné (PNG) no Pacífico. A empresa à frente do projecto Solwara 1, a Nautilus Minerals Inc, anunciou o início da prospecção para o primeiro trimestre de 2019

ser deliberada pela Comissão de Limites da Plataforma Continental da ONU até Março de 2019, que conferiria soberania sobre os recursos do fundo oceânico (e apenas sobre estes, excluindo a coluna de água) de uma área adicional, com mais do dobro da extensão da primeira – ou a apresentação feita por Ana Vitorino ao Atlantic Council, onde os hidratos de metano e a mineração submarina são dois dos quatro pilares de uma renovada política cooperativa com os EUA, revelam que o interesse do governo Português em explorar ou concessionar estes recursos é real. Se a isto somarmos o papel central de Portugal e do arquipélago no projecto piloto da União Europeia de mineração submarina, o *Blue Atlantis*, e a recém assinada Declaração de Belém, que estabelece um protocolo de exploração a vários níveis do Atlântico Sul entre a UE, o Brasil e a África do Sul, percebemos que, para Portugal, a mineração submarina, longe de ser uma questão abstrata ou distante, é antes urgente e muito concreta.

Iremos retornar a estes pontos ao longo desta série, abordando especificamente os desenvolvimentos em torno dos Açores e da política do mar nacional em maior detalhe.

Só sei que nada sei.

A dispersão destes depósitos implica que num cenário futuro de exploração de qualquer deles, mas especialmente pensando na exploração simultânea dos três, os focos de destruição e de perturbação ecosistémica estariam espalhados um pouco por toda a parte, aumentando o potencial de efeitos cumulativos e de escala imprevisíveis. Embora a tecnologia necessária para extrair nódulos de manganês e crostas cobaltíferas esteja ainda em desenvolvimento, em relação aos sulfuretos metálicos estamos no limiar da sua aplicação. A Nautilus é a empresa que mais avançou nesse processo, mas existem várias no seu encalço. Enquanto aguarda a entrega do navio de apoio, que irá servir como base de operações em alto mar, está prestes a testar os veículos – enormes máquinas industriais do tamanho de uma casa – que já estão na PNG e que irão proceder à mineração propriamente dita: um cortador auxiliar, que preparará o terreno para o cortador principal, que reduzirá os montes de sulfuretos a fragmentos, e a recolectora, que os sugará em direcção ao navio. John Wiltshire, um cientista e professor da Universidade do Havai sintetiza a operação desta forma: "um depósito de sulfuretos metálicos é algo do tamanho da Super Dome [estádio de futebol americano] e basicamente vai chegar ali com uma broca gigante e reduzir aquilo a nada. (…) é 100% destruição e cria uma nuvem que vai afectar a área envolvente e os organismos que lá vivam." Esta visão aborda duas questões centrais a este debate: primeiro, a destruição inevitável de habitats únicos – literalmente, devido ao seu isolamento no fundo mar, cada campo contém potencialmente espécies que não existem em mais lado nenhum do planeta – que se contam entre os mais frágeis e menos estudados do mundo, responsáveis, aquando da sua descoberta, por uma revolução no nosso entendimento da biologia, e segundo, o quase total desconhecimento acerca dos impactos localizados e sistémicos deste tipo de exploração. Jeff Drazer, presidente do departamento de Biologia Oceanográfica da mesma universidade, conclui: "Acho que simplesmente não sabemos o suficiente acerca dos ecossistemas do fundo marinho [para avançar]". Uma ideia ecoada por muitos outros peritos e pelo menos parcialmente por Michael Lodge, o Secretário Geral Adjunto da ISA, a International Seabed Authority (Autoridade Internacional dos Leitos Oceânicos): "É verdade que não sabemos o suficiente acerca dos impactos na biodiversidade e vida marinha quando se minera". Uma opinião com um relevo particular, já que a ISA tem responsabilidades específicas sobre a preservação e gestão de todo o leito oceânico, para lá das 200 milhas marítimas que configuram as ZEE das nações costeiras, cujos recursos estas controlam.

Lei do mar, lei da selva... o Bravo Mundo Novo dos oceanos.

Criada em 1996 pela UNCLOS (United Nations Conference on the Law of the Sea ou Conferência das Nações Unidas para a Lei do Mar), apenas a ISA pode conceder licenças de exploração em águas internacionais e, apesar de os regulamentos que enquadrarão esta e outras questões não terem sido concluídos, já foram concedidas 26 licenças, com várias outras pendentes. Esta situação não é casual: já em 1982, provisões introduzidas pelos EUA e Reino Unido às então discussões acerca do que viria a ser Lei do Mar estabeleciam que uma futura autoridade (a ISA) teria um prazo de dois anos, após um pedido de exploração, para estabelecer um regulamento, caso contrário seria obrigada a conceder uma licença provisória, à luz do enquadramento legal existente. Ademais, a secção XII da UNCLOS impõe que os quadros legais nacionais, que regulam as ZEE, fossem pelo menos tão robustos na sua proteção do ecossistema marítimo como o enquadramento definido por esta. As provisões introduzidas em 1982 pelos EUA, bem como a sua não ratificação da UNCLOS, reflectiam uma perspectiva – capturada em relatórios de segurança nacional norte-americanos também de 1982, entretanto disponíveis e desclassificados – de que, no que toca à DSM, a Lei do Mar "não cumpria com nenhum dos [seus] objectivos", nomeadamente, porque poderia deixar a futura exploração de minério à mercê da "acção imprevisível" da ISA. Dito de outra forma, porque a matriz da Lei do Mar pressupunha os oceanos e os seus recursos como "património comum da humanidade", e impunha a "prevenção, redução e controlo da poluição", a "protecção e conservação dos recursos naturais e protecção da fauna e flora marinha" como princípios base, impondo finalmente a todos o estados signatários uma obrigação comum de "proteger e preservar o ecossistema marinho, incluindo ecossistemas raros ou frágeis". Percebe-se porque é que Estados – e industrias – com interesse na exploração destes depósitos pudessem querer diluir e subverter o processo... Como consequência, a estrutura regulamentar está ainda em desenvolvimento e explorações que se situem dentro da ZEE de um país podem avançar de acordo com a regulamentação desse estado, tornando "Estados fracos" como os do Pacífico, um alvo muito apetecível para a indústria. Não é por acaso que uma maioria das concessões da ISA e dos projectos "nacionais" se encontra no Pacífico. A área é especialmente rica em recursos mas, crucialmente, muitos dos estados que a ocupam, alguns com vastas ZEE determinadas pela existência de ilhas e arquipélagos, são especialmente frágeis à pressão de um sector muito poderoso, para mais apoiado por alguns dos Estados mais ricos do planeta. Voltando a Jeff Drazer, este conclui: "estou desencorajado pela forma como isto está a ser abordado. (…) a impressão com que fico é que muitas empresas mineiras estão a explorar a pobreza das nações em desenvolvimento no Pacífico e vão entrar nestes países facilmente, explorar os recursos minerais e pagar ao governo uma percentagem ínfima dos lucros em troca de danos ambientais duradoiros". Em contraste com estas e inúmeras outras análises, a indústria pinta um cenário bem diferente, de oportunidade, prosperidade partilhada e exploração sustentável. O CEO da Nautilus Minerals, Mike Johnston, em entrevistas recentes, falava nos "impactos [ambientais] significativamente reduzidos" e "enormes vantagens" desta indústria para o ambiente. Já sobre os impactos em comunidades, a propósito do início dos testes, afirmava: "Estamos encantados por encetar testes submersos. Estes vão resultar na entrada de dinheiro e investimento na economia da Papua-Nova Guiné e no emprego de papuanos que irão utilizar tecnologia de ponta, que são alguns dos benefícios da mineração submarina". É importante reter que o foco na Nautilus Minerals, aqui, resulta apenas do facto de ser a empresa com o projecto mais avançado. Existem muitas outras empresas e projectos público-privados em desenvolvimento, mas este tipo de discurso é no essencial transversal a todos. É evidente que a Nautilus Minerals e a indústria extractivista de que faz parte estão profundamente empenhadas em estabelecer a imagem de uma nova indústria, que, oferecendo resposta aos desafios do futuro, corta com o perfil de abusos e desastres ambientais, corrupção, violações de direitos laborais e desrespeito pela vida humana a que o sector mineiro está profundamente associado. O facto de a Nautilus e outros operadores potenciais na mineração em águas profundas não terem ainda iniciado operações não nos impede de tentar extrair conclusões em relação à credibilidade dos argumentos empregues por estes agentes, de sustentabilidade, impactos reduzidos, práticas éticas ou prosperidade partilhada, centrais à sua promoção deste novo tipo de exploração. Nesse sentido, o que está a acontecer no Pacífico e na Papua-Nova Guiné em particular, bem como a sua história, constituem-se como

A mineração em águas profundas refere-se à exploração de minério em alto mar, teoricamente a profundidades entre os 500 e 7000 metros. Actualmente o interesse reside sobretudo em três tipos de depósitos minerais: os nódulos de manganês ou nódulos polimetálicos, as crostas cobaltíferas e os sulfuretos metálicos.

Os colectores que são usados nas escavações submarinas são os primeiros veículos deste tipo que existem no mundo. O principal contrato para a construção destas máquinas foi entregue à SMD, uma empresa inglesa especializada em robots submarinos. Estes grandes robots são controloados remotamente desde a superfície.

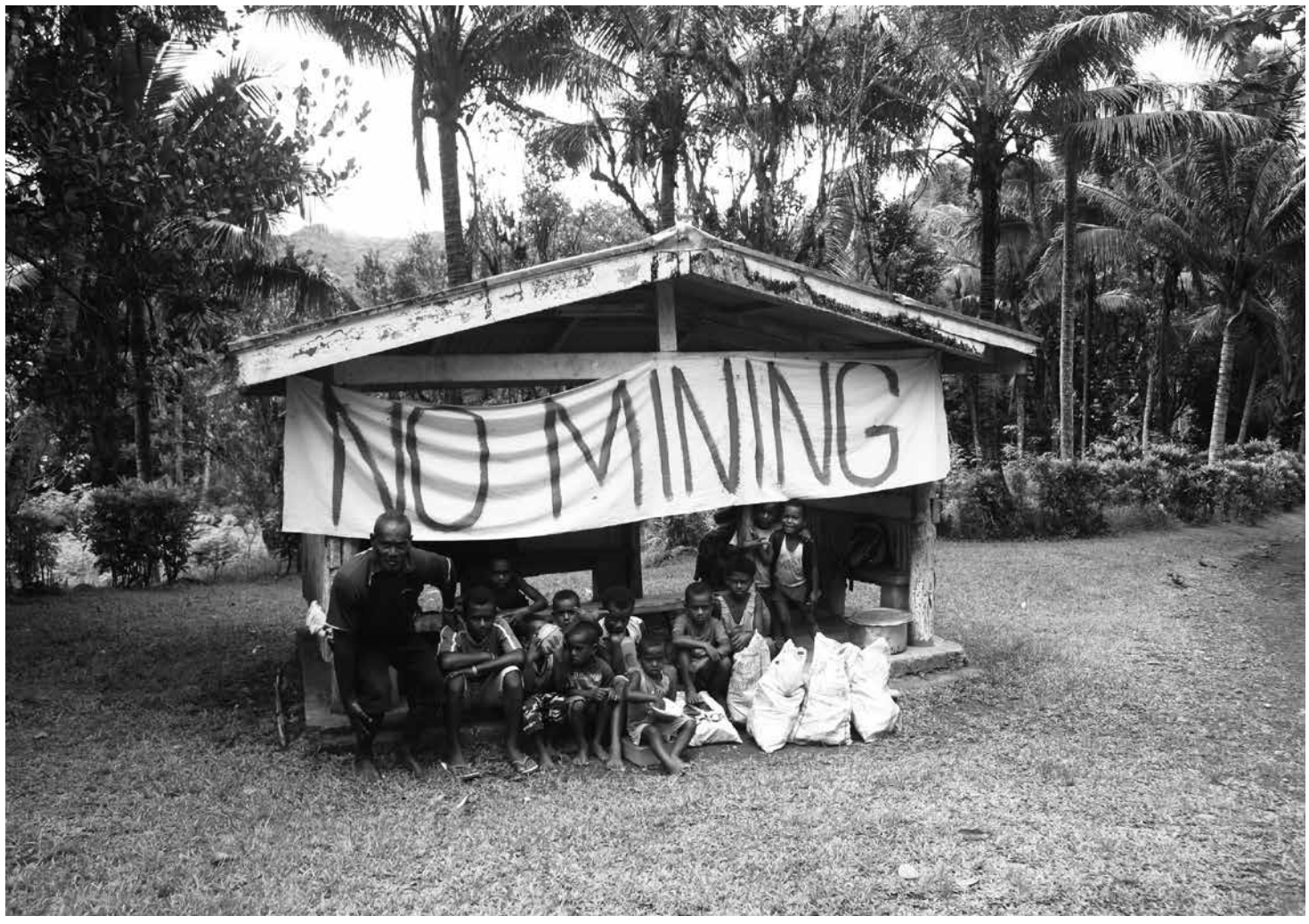
pano de fundo ideal contra o qual se pode testar as asserções da indústria.

Para cada aldeia, uma cultura diferente.

A Papua-Nova Guiné é um país único. Em mais nenhum lugar do mundo se encontra tamanha diversidade cultural, com 850 línguas faladas entre os seus 7,6 milhões de habitantes – um quarto das línguas reconhecidas mundialmente – e um vasto mosaico cultural capturado na expressão "para cada aldeia, uma cultura diferente". Ao mesmo tempo, é um dos maiores repositórios de biodiversidade do mundo: estima-se que as suas florestas tropicais contenham 7% da reserva de biodiversidade mundial. O "Gigante do Pacífico", como é apelidada na região, ocupa metade da segunda maior ilha do mundo, a Nova Guiné, e cerca de 600 outras ilhas menores, com uma área total duas vezes superior ao Reino Unido. Inúmeras áreas do seu território permanecem completamente desconhecidas. Associada no imaginário popular aos famosos *Pássaros do Paraíso* popularizados por David Attenborough, é de há décadas a esta parte – nomeadamente desde que declarou independência da Austrália em 1975 – foco de um interesse muito diferente por parte da indústria extractivista. As suas florestas tropicais são exploradas para madeira – dedicada à exportação – e frequentemente substituídas por plantações de óleo de palma, mas é a riqueza mineral, com o ouro e cobre à cabeça – é o 11.º produtor mundial de ouro –, e a de hidrocarbonetos que têm acicatado maior interesse. A este panorama vem agora juntar-se a mineração em águas profundas. De acordo com as Nações Unidas, os 40 anos de história desde a independência da PNG têm sido "dominados pelo sector extractivista". Um elo comum a estes projectos tem sido a ênfase numa narrativa de desenvolvimento nacional e social sustentáveis, de que as palavras de Mike Johnston são um bom exemplo; mas como se compara esta com a realidade?

Piratas das Caraíbas XXI: A "Maldição" dos Recursos.

Infelizmente, mesmo a análise mais superficial parece apontar precisamente para o inverso. A PNG é descrita como um caso clássico da chamada "maldição dos recursos". Não só a proliferação de projectos extractivistas não trouxe a prosperidade prometida, como parece ser o motor principal para o crescimento da desigualdade no país e um foco de tensões sociais que frequentemente redunda em violência, a que somam impactos ambientais e de saúde pública gravíssimos. O país é considerado um dos mais pobres do mundo, estimando-se que 75% da sua população dependa da agricultura para a sua subsistência. 40% da população vive com menos de 1 dólar por dia. A desigualdade tem vindo a disparar desde os anos 90, período que coincide grosso modo com o chamado *boom* de recursos na PNG, com uma minoria a enriquecer, enquanto as condições de vida dos restantes estagnam ou pioram. Algo a que certamente não será alheio o facto de a PNG ser considerada uma das nações com maiores índices de corrupção do globo. A frágil infraestrutura pública está subdesenvolvida e vários indicadores chave em termos de saúde estão em declínio. O Relatório de Desenvolvimento da ONU, que citámos atrás, apesar de assinalar algumas melhorias, conclui "Apesar de 14 anos consecutivos de crescimento económico [o PIB da PNG passou de 3 biliões de dólares em 2002 para 17 em 2014], não houve alterações significativas nos níveis de pobreza do país. Pelo contrário, o nível de desigualdade no país aumentou".



A Papua-Nova-Guiné, país onde a primeira exploração mineira no mar vai avançar, é descrita como um clássico caso da chamada "maldição dos recursos". A proliferação de projectos extractivistas não só não trouxe a prosperidade prometida como parece ser o principal motor de crescimento de desigualdades no país.

Não é por acaso que uma maioria das concessões da ISA e dos projectos "nacionais" se encontra no Pacífico. A área é especialmente rica em recursos mas, crucialmente, muitos dos estados que a ocupam, alguns com vastas ZEE determinadas pela existência de ilhas e arquipélagos, são especialmente frágeis à pressão de um sector muito poderoso, para mais apoiado por alguns dos Estados mais ricos do planeta.

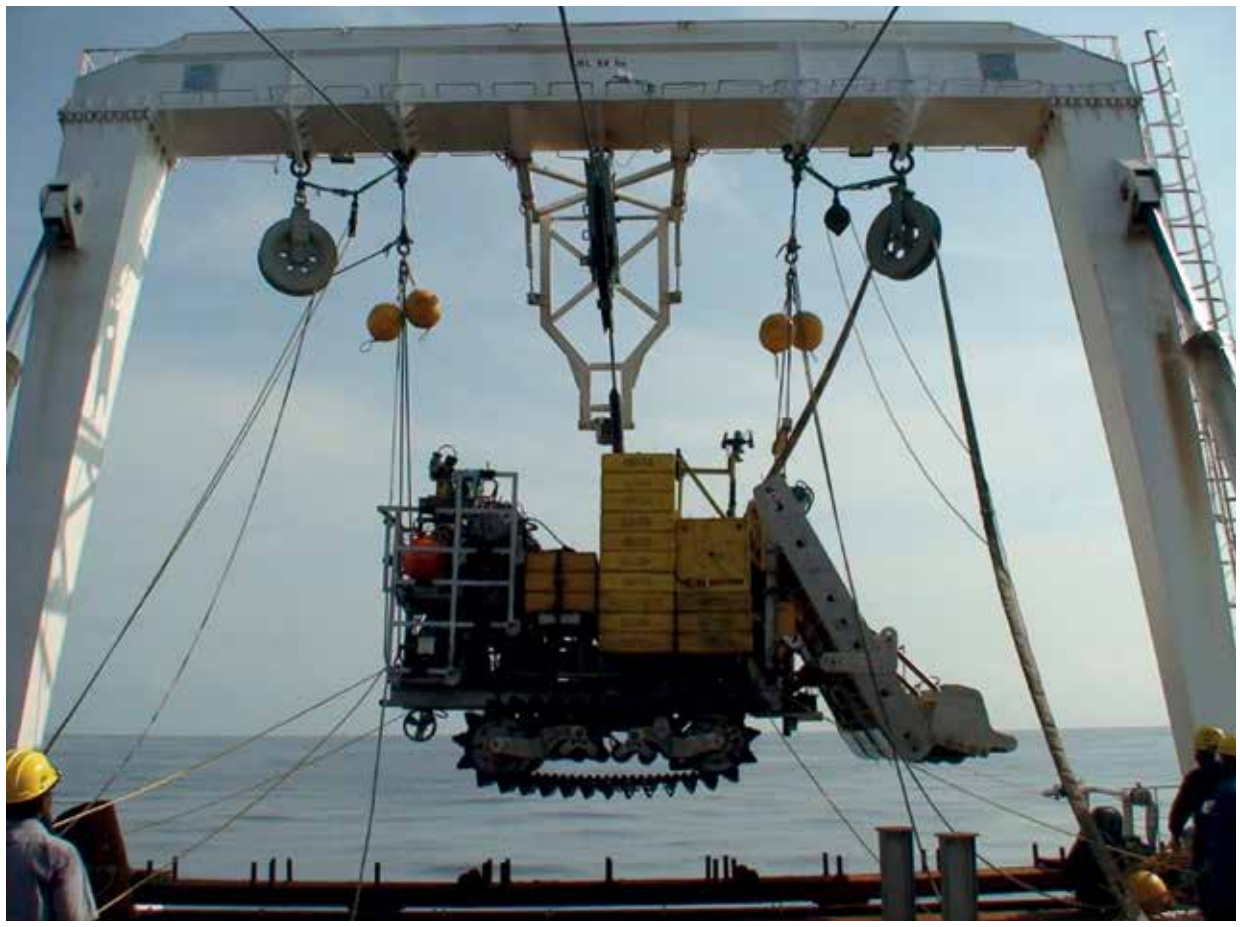
This land of Mine

A ausência de sinais evidentes da prosperidade prometida infelizmente é apenas um dos muitos problemas que têm acompanhado a proliferação de projectos extractivistas na PNG. Tensões sociais potenciadas por estes projectos tornaram conflitos, frequentemente violentos, entre comunidades, governo e empresas comuns. De acordo com costumes tradicionais inscritos em lei, cerca de 97% do território da PNG ainda hoje é detido titularmente pelas comunidades e a relação com a terra é absolutamente central à identidade destas. Este dado tem estado na origem de um sem número de conflitos, onde o Estado central – que frequentemente detém participações nos principais projectos extractivistas, criando um claro conflito de interesses – tem assumido um papel central e, no mínimo, controverso. O conflito na ilha de Bougainville entre 1988 e 1998, em torno da mina de Panguna, representa o momento mais negro de um padrão que infelizmente tem vindo a repetir-se. A maior exploração de cobre do mundo à época, explorada por uma subsidiária da Rio Tinto, esteve no centro da eclosão de um conflito que duraria uma década e que se estima terá custado a vida a 20,000 pessoas, de uma população de 180,000. O conflito incluiu um bloqueio naval da ilha e o uso de forças paramilitares e militares, responsáveis por um sem número de violações de direitos humanos, que incluíram aldeias destruídas, tortura, assassinatos, violações e massacres. Estas operações foram, pelo menos parcialmente, financiadas pela empresa mineira e pelo Estado Australiano, que forneceria helicópteros, pilotos, munições e treino militar. Este padrão de associação de interesses e colusão entre o governo central, empresas internacionais e outros Estados, com a Austrália à cabeça, habitualmente em oposição a comunidades locais, tem-se repetido um pouco por todo o território da PNG, em torno de projectos extractivistas. O uso de forças paramilitares, as *mobile squads*, para proteger estes projectos – estas também são usadas para guardar os centros de detenção de refugiados que a Austrália ainda mantém no país – e "pacificar" a população local é corriqueiro, bem como a associação destas forças a um catálogo de horrores, amplamente documentado. Entre outros, o mais recente foco de tensão surgiu na província de Hela, onde está centrada uma das maiores explorações de gás natural do mundo, o LNG PNG, a cargo da Exxon, mais uma vez em parceria com o governo da PNG e com financiamento quer do governo dos EUA, quer da Austrália. Em 2012, um relatório da Jubilee Australia, uma organização não governamental focada no combate à pobreza, concluía: "é muito provável que o projecto venha a exacerbar a pobreza, [leve] a um aumento da corrupção e resulte em mais violência". O relatório revelou-se previsivelmente presciente e, inevitavelmente, forças paramilitares e o exército estão no terreno a proteger o projecto... das comunidades em cuja terra é construído.

Décadas de devastação ambiental.

Estes são apenas exemplos de entre os mais graves ou mais recentes, dos muitos casos verificados. Mas se o quadro pintado em termos de progresso e prosperidade social associados ao sector extractivista na PNG é essencialmente caracterizado por tons escuros, já em termos do impacto ambiental do sector, o tom é decididamente negro. O mesmo relatório de 2014 da ONU, define o impacto ambiental da indústria, com o sector mineiro à cabeça, como "massivo" e o "o mais gravoso para o desenvolvimento humano sustentado" do país. Um estudo recente da desflorestação no país, feito ao longo de dois anos e meio com recurso a imagens de satélite, revelou um cenário de destruição muito além das piores expectativas: estima-se que, ao ritmo actual, metade da floresta tenha desaparecido em 2021. A par deste desastre, estão os efeitos directos e indirectos dos muitos projectos de exploração mineira e de hidrocarbonetos, todos sem excepção ligados a impactos ambientais graves ou muito graves e duradouros. Outro estudo recente listava seis sistemas aquáticos na PNG, de entre doze estudados, como estando entre os mais degradados do mundo, devido à actividade mineira. Entre estes estão os rios Ok Tedi e Fly, que oferecem talvez o mais triste exemplo do que a ganância e irresponsabilidade corporativas e governativas produzem. Entre 1984 e 2013, 80000 toneladas por dia (2 biliões no total) de dejectos mineiros foram despejados directamente no Ok Tedi, intencionalmente, pela BHP, que não quis assumir os custos de reconstruir a barragem, danificada por um terramoto em 1984, que os retinha. O resultado foi um dos maiores desastres ambientais da história, que devassou uma área de 3000 km2 ao longo dos 1000 km

de rio afectados, impactando 50,000 pessoas, que viverão com os efeitos pelo menos durante décadas. A BHP "ofereceria" o projecto ao governo, seu parceiro, em troca de imunidade relativa às sua consequências. No seu livro, *Mining Capitalism: The relationship between Corporations and their Critics*, Peter Kirsch, antropólogo da Universidade de Michigan, aborda anos de pesquisa dedicados ao estudo do impacto do desastre do Ok Tedi. Nele compara a noção de "uma mina responsável" à busca "de um animal mítico no qual as pessoas acreditam porque ouviram relatos da sua existência, apesar de ninguém afirmar tê-lo visto", concluindo que "Em várias ocasiões foi-me pedido que apresentasse um exemplo positivo de um projecto mineiro que cumpriu com os seus compromissos para com as comunidades locais: protegido o ambiente, salvaguardado direitos laborais, assegurado uma distribuição equitativa dos benefícios e preparado adequadamente o encerramento da mina e a reabilitação do local.(...). No entanto, não existem minas que cumpram com eles".



Os veiculos e equipamentos usados na mineração em mar profundo são gigantes podendo atingir o tamanho de casas. Um depósito de sulfuretos metálicos é algo do tamanho de um estádio de futebol.

No mar, como em terra?

O legado da indústria extractivista (e mineira em particular) na PNG é claro: após décadas de extracção de recursos e muitos biliões em exportação, o país não só se mantém como um dos mais pobres mas agora também mais corruptos e desiguais, do mundo, a que se soma um rasto de devastação e degradação ambiental e cultural. Pese a especificidade do contexto, não é um retrato incomum. A PNG é um microcosmo de um padrão que se repete pelo globo fora. Por todo o Pacífico, em África e na América Latina ou na Ásia, situações semelhantes são infelizmente a regra e facilmente identificáveis. Na realidade, ao contrário do que se possa pensar, o padrão não é sequer radicalmente diferente nos países ditos desenvolvidos, e aparentemente está prestes a estender-se aos oceanos. O processo a que estamos a assistir em torno da mineração em águas profundas oferece todas as indicações de que estamos perante uma extensão dessas práticas: existe um consenso, admitido inclusive pelos seus promotores, de que não sabemos o suficiente acerca dos riscos e impactos para avançar, e no entanto avança-se. Fazemo-lo, para mais, num momento em que sabemos que o ecossistema global, cuja miríade de relações interdependentes apenas agora começamos a reconhecer, nunca esteve tão frágil. Apesar destas incertezas ou do momento delicado que vivemos, o discurso em torno do tema é indistinguível do que hoje permeia a indústria mineira em terra, ou a dos hidrocarbonetos – prosperidade comum, progresso, sustentabilidade – embora saibamos que esse pouco mais é que marketing: às enormes fortunas geradas pela industria, contrapõe-se essencialmente devastação cultural, social e ambiental, especialmente no Sul global. Apenas num mundo onde um dos maiores fabricantes de armamento, a BAE Systems, pode afirmar sem ironia que "se dedica a diminuir o impacto ambiental das suas operações" é que pode fazer sentido que um sector que se dedica a extrair depósitos minerais que demoraram milhões de anos a formar, possa descrever o seu modelo de negócio como "sustentável". Quando olhamos para os agentes e processos por detrás e em torno das empresas a encabeçar a mineração submarina, como a Nautilus e outras, encontramos os da indústria mineira. Os principais accionistas da Nautilus, por exemplo, são um magnata russo do sector mineiro, um bilionário do Omã do sector mineiro e petrolífero e a Anglo American, um dos gigantes do sector. A empresa responsável pelo altamente contestado estudo de impacto ambiental (EIA) do projecto Solwara, a Coffey Natural Systems, também assegurou o EIA do projecto PNG LNG da Exxon e o da reabertura da mina de Ok Tedi, bem como o de outros projectos da Chevron, BHP ou Rio Tinto. A sua empresa mãe, a TetraTech, um gigante da engenharia, colabora em milhares de projectos mineiros e tem como principal cliente o governo dos EUA, que por sua vez investiu 3 biliões de dólares no PNG LNG. Para além destes EIA, a Coffey também se especializa em gestão de programas de desenvolvimento, gerindo vários na PNG, financiados quer pelo governo australiano – que também investiu no PNG LNG – quer por empresas dos sectores para os quais realiza estudos de impacto ambiental. Não é por acaso que a Nautilus foi criada na Austrália e posteriormente registada no Canadá – onde o estão registadas 75% das empresas mineiras do mundo e onde um relatório suprimido da própria indústria, a qualificava como a pior em termos ambientais e sociais –, dois países onde o sector mineiro tem um *lobby* fortíssimo e peso desproporcionado na economia. As "impressões digitais" da indústria global que preside ao "saque" da Papua Nova Guiné cobrem a Nautilus. A ligação entre extractivismo, entendido como a extracção de recursos de qualquer natureza que, não processados ou parcialmente processados, se destinam à exportação e o colonialismo é umbilical e por demais patente na PNG. Esta formulação garante o máximo de retorno ao extractor, deixando uma fracção ínfima dos dividendos e normalmente máxima das consequências na origem. Para funcionar exige uma disparidade de poder entre as partes, que na era moderna é assegurada através de Estados fracos e redes de clientela, que permitem controlar e contornar empecilhos ao "progresso", como o interesse local ou nacional, a vontade popular ou considerações excessivas com o ambiente, admitindo que hoje em dia se fale sem equívoco da realidade do neoextractivismo e neocolonialismo. A mineração em mar profundo parece querer remover completamente esse empecilho último, colonizando agora o leito oceânico, em sentido claramente contrários aos ideais e ideias por detrás da Lei do Mar, para benefício de uma minoria e prejuízo de todos. À semelhança do que o Acordo de Paris e as suas limitações demonstraram, o que as manobras de Estados em torno da Lei do Mar demonstram, é que há um conjunto de preocupações que se prende menos com o preservar do "património comum da humanidade" e mais com o preservar da rentabilidade de uma indústria, a ditar regras e tempos. Mais, o facto de a "comunidade" internacional estar hoje ainda a lidar em grande medida com imperativos geopolíticos e geoestratégicos de 1982 demonstra algo importante. Que o complexo político industrial formado nos últimos quarenta anos – cujo maior feito terá sido o de consolidar a ideia de que geração e acumulação de riqueza são de alguma forma equivalentes a progresso social – , evidenciado na comunhão de interesses e perspectivas entre elites políticas e corporativas, patente na falta de ambição do Acordo de Paris e no diluir das promessas contidas na Lei do Mar, quer a todo o custo alimentar a ideia de que tudo pode continuar como dantes. Que a solução para o desastre ambiental causada pela exploração dos recursos do planeta é estender os limites dessa exploração. Que o consumo desenfreado e descartável central ao actual modelo pode ser expandido indefinidamente. Estas são as reais questões, evidenciadas nas muitas contradições centrais a esta temática, a que devemos dar resposta. Em vários artigos anteriores sobre política ambiental ou energética temos recorrentemente colocado enfoque sobre as escolhas tomadas em nosso nome, pelo que estas implicam, mas também pelo que revelam. A mineração em mar profundo é uma dessas escolhas, profundamente importante e reveladora. Ao contrário do que os seus promotores querem fazer crer, a mineração em alto mar não responde em última análise a um imperativo, necessidade ou oportunidade, mas sim a uma perspectiva e escolha. A perspectiva de que podemos explorar recursos indiscriminadamente e a escolha entre o que é difícil mas imperativo – reconhecer os custos sociais e ambientais do modelo actual e enfrentar de forma inclusiva, com realismo, visão e ambição os desafios que enfrentamos – ou, dando resposta ao desejo de uma minoria em perpetuar um sistema que produzindo níveis de desigualdade assombrosos – estima-se que, em 2017, cinco homens detenham tanta riqueza, como a metade mais pobre da população humana, 80% da qual vive com menos de 10 dólares por dia – ameaça a curto prazo transformar radicalmente para pior e de forma irreversível, este "património comum da humanidade", o planeta em que vivemos.

Nos próximos artigos desta série iremos analisar a fundo de forma detalhada a mineração submarina e o seu contexto, bem como o papel que o Governo Português e a União Europeia querem reservar para os Açores nesse quadro.

Nota de edição: Por motivos de espaço físico não foi possível incluir na edição impressa as dezenas de notas de rodapé e centenas de referências que servem de base ao presente artigo. No entanto todos os estudos, notícias, relatórios, pareceres e demais documentação estará disponível na versão online disponível em www.jornalmapa.pt

Para mais informação sobre a mineração em mar profundo ou se se quiser juntar a esta luta, contacte **Oceano Livre - Movimento ambientalista contra a mineração em mar profundo** - mov.oceano.livre@gmail.com

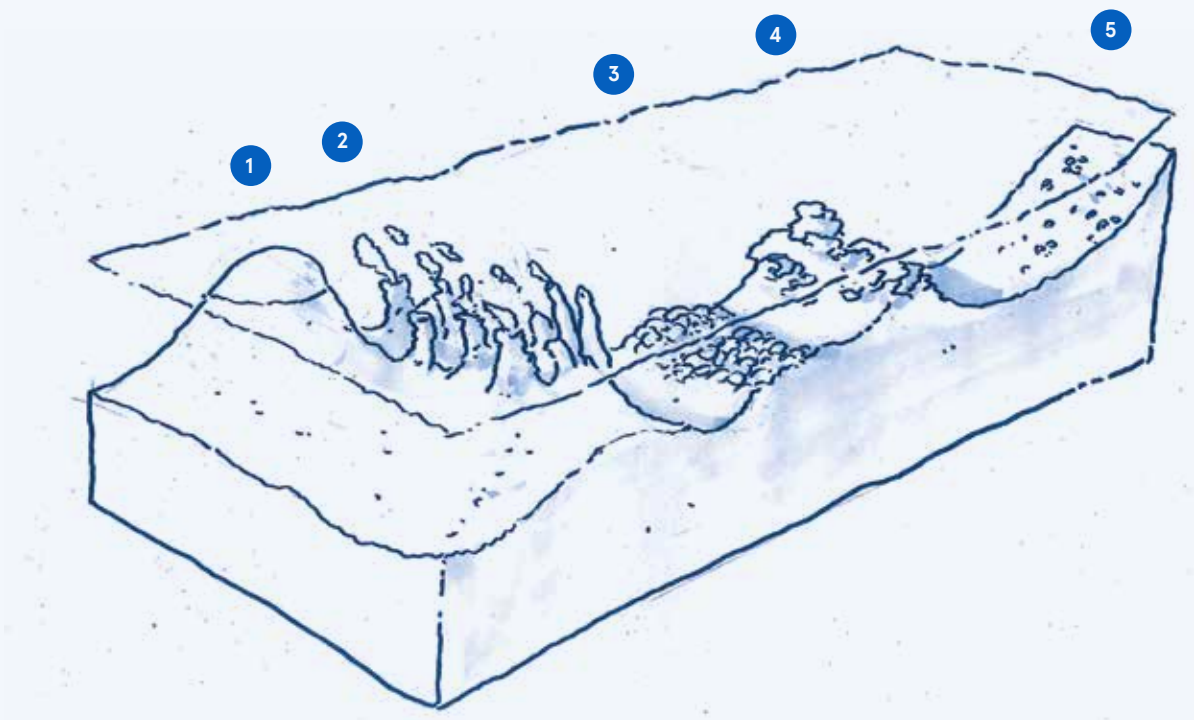
Infografia sobre a exploração mineira em águas profundas nas páginas seguintes >>

O processo a que estamos a assistir em torno da mineração em águas profundas oferece todas as indicações de que estamos perante uma extensão dessas práticas: existe um consenso, admitido inclusive pelos seus promotores, de que não sabemos o suficiente acerca dos riscos e impactos para avançar, e no entanto avança-se.

Mapa da Zona Económica Exclusiva portuguesa, com áreas marinhas protegidas e zonas com potenciais recursos minerais:

- Campos hidrotermais
- Áreas marinhas protegidas
- Montes submarinos
- Limite exterior da plataforma continental
- ZEE (Zona Económica Exclusiva)

Representação de diferentes tipos de minério e topografia submarina alvo de Mineração em Mar Profundo:



1. Arco da ilha
2. Campos hidrotermais com depósitos de sulfuretos metálicos
3. Nódulos de manganês
4. Montes submarinos com crostas de cobalto
5. Nódulos de fosforito junto à talude continental

Escala de altitudes e profundidade do planeta Terra:

35 786 km
Órbita dos satélites geoestacionários, usados para telecomunicação e monitoração climática, entre outros.

20 350 km
Órbita Terrestre Média: satélites do Sistema de Posicionamento Global (GPS).

Até 2 000 km
Órbita Terrestre Baixa: Telescópio Espacial Hubble.

85 – 690 km
Termoesfera: auroras boreais, Estação Espacial Internacional.

50 – 85 km
Mesoesfera: formação de meteoros.

20 – 50 km
Estratoesfera: camada do ozono, balões atmosféricos.

6 – 20 km
Tropoesfera: voos comerciais.

0 metros
Nível da água do mar.

0 – 200 m
Zona Epipelágica ou Superficial: plâncton, algas, medusas e anémonas, peixes e mamíferos marinhos.

200 – 1000 m
Zona Mesopelágica: 90% dos peixes do mundo vivem aqui.

850 m
Campo hidrotermal Menez Gwen, ao largo dos Açores e dentro da ZEE portuguesa.

1 650 m
Campo hidrotermal Lucky Strike no Atlântico Norte, ao largo dos Açores.

2 200 m
Campo hidrotermal Rainbow na Dorsa Mesoatlântica, ao largo dos Açores.

2 250 m
Profundidade máxima alcançada por cachalotes.

3 800 m
Naufrágio do navio Titanic.

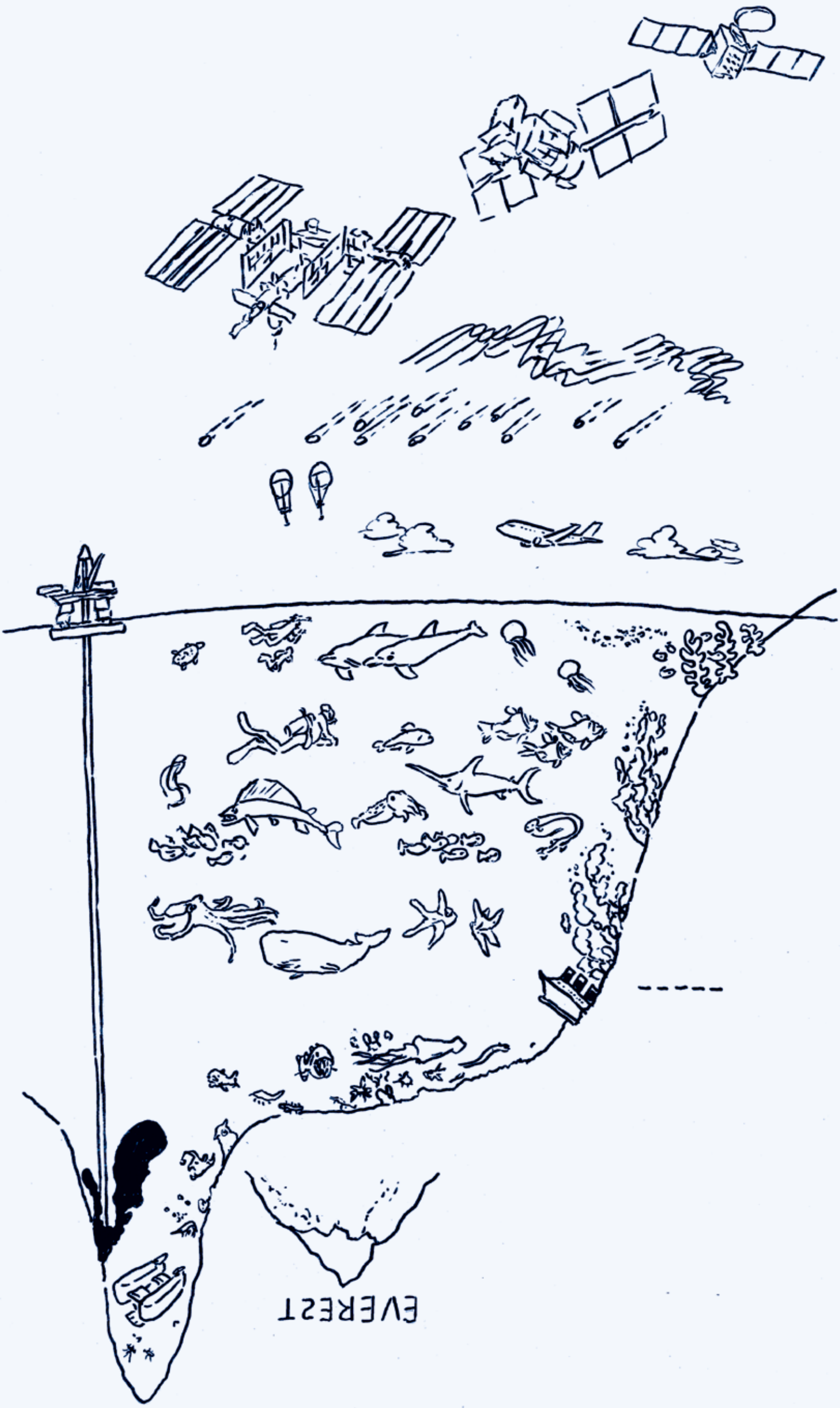
4 000 m – 6 000 m
Zona Abissopelágica ou Abissal: Corresponde a 42% dos fundos oceânicos, onde se encontra altos níveis de biodiversidade (bactérias, protozoários e invertebrados e outras formas de vida perto de fontes hidrotermais).

6 000 m – 11 000 m
Zona Hadopelágica ou Hadal: Caracterizada por fossas ocupando um total de 0.25% do fundo do mar. Concentram-se na sua maioria no Oceano Pacífico.

9 000 m
Altitude do Monte Evereste, se este fosse invertido (e a sua altura comparada com a profundidade do mar).

10 683 m
Profundidade do furo da plataforma Deepwater Horizon, no Golfo do México.

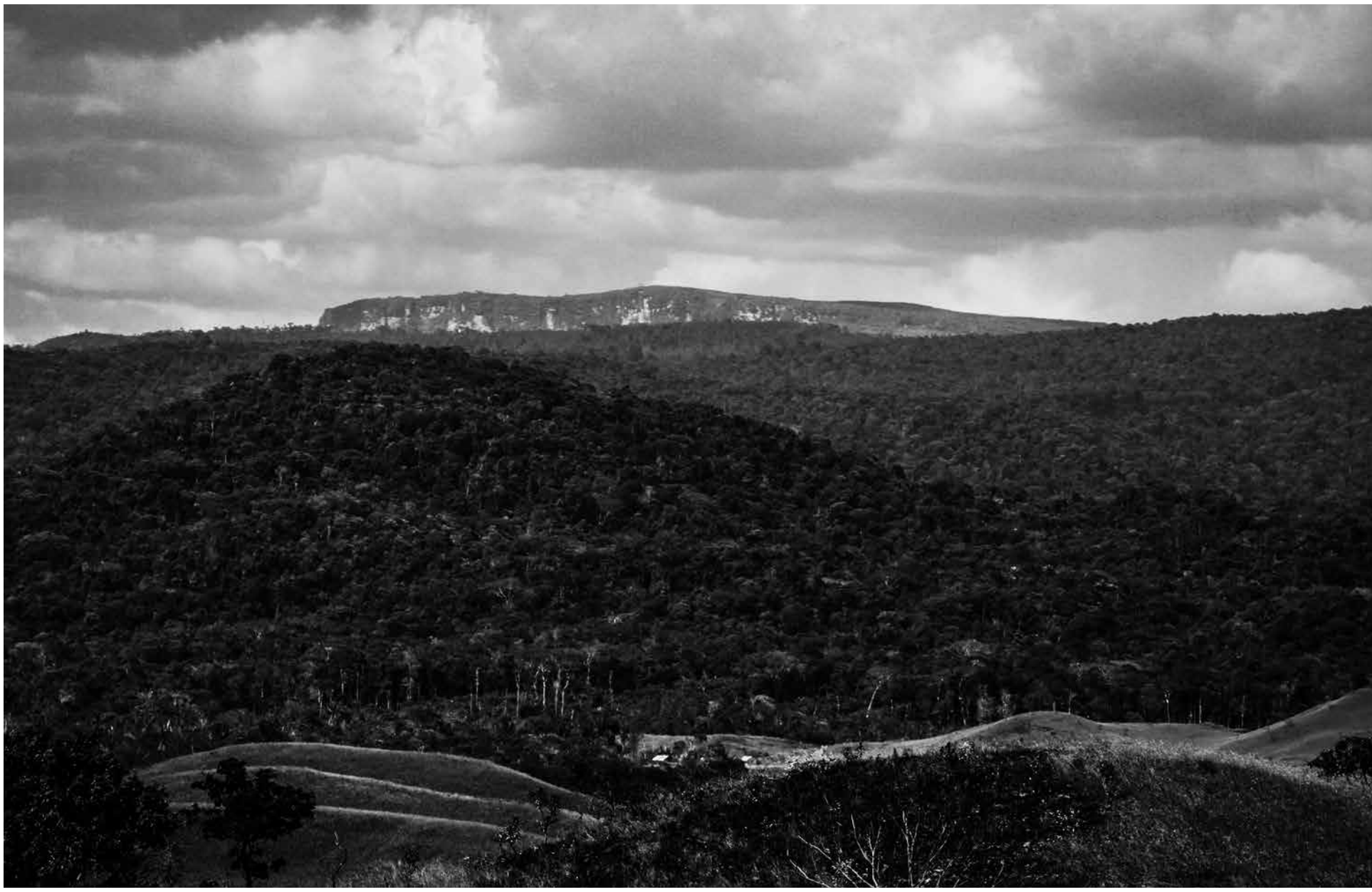
11 034 m
Ponto mais profundo dos oceanos: a Depressão Challenger, na Fossa das Marianas.



ILUSTRAÇÕES POR **DANIEL MELIM.**

Contra a territorialidade do domínio e o ecocídio

Resistência contra a construção do mega-projecto de exploração mineira na Venezuela



MAVIAKALVES
FOTOS **SILVIT**

Desde Fevereiro de 2016 o estado Venezuelano está a levar a cabo a construção de um mega-projecto de exploração mineira sem precedentes na história da Venezuela. A realização do projecto «Arco Mineiro do Orinoco» trará consequências sócio-ambientais, económicas e políticas e também um enorme impacto no ordenamento territorial. Como resposta a este conflito têm-se vindo organizando, a escala nacional e internacional; manifestações, comunicados, recursos jurídicos, debates, propostas narrativas e artísticas, desde diversos colectivos comprometidos com a resistência contra a execução deste ecocídio.

Redesenhando a geografia do continente Sul-Americano.

Em 2011, o governo Venezuelano já anunciava o avanço de um enorme projecto mineiro que consistiria numa longa cintura de minerais ao sul do rio Orinoco (debaixo de uma bandeira "eco-socialista") que, vinculado com os projectos do Cinto Petrolífero do Orinoco (Faja Petrolífera del Orinoco), o Porto de águas profundas em Araya, a expansão da extracção carbonífera a norte do estado Zulia e os projectos viários para o Brasil e Colômbia, formam parte do desenvolvimento económico-social do país. Tudo isto completamente de acordo com o projecto de Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA).

O IIRSA pretende facilitar, intensificar , agilizar e conectar a extracção dos recursos naturais, e já está planeado e traçado desde o centro do continente até às costas e aos rios que se dirigem para o mar. Garantindo novos níveis de subordinação, de acordo com as novas fronteiras que o mundo das multinacionais assegura. O Projecto é composto por 10 eixos para a exploração de campos/reservatórios hidro-carburíferos, minerais, de recursos genéticos, aquáticos e agro-pecuários. A Venezuela faz parte de um deles, o «Eixo Escudo Guayanés», que é também a porta de saída para o Atlântico de recursos naturais e produtos industriais da bacia amazónica. Estamos em presença de um redesenhar da geografia do continente em que aprofunda ainda mais a imposição duma territorialidade[1] neoliberal, a territorialidade da dominação e do ecocídio.

O Arco Mineiro do Orinoco

Em Fevereiro de 2016, no meio duma severa crise social, política e económica no país, o presidente da Venezuela (N. Maduro) oficializava a criação da «Zona de Desenvolvimento Estratégico Nacional» Arco Mineiro do Orinoco (A.M.O.), como parte da chamada Agenda Económica Bolivariana, e a activação dos «Motores Produtivos» (dá-se este nome às cadeias económicas produtivas identificadas como estratégias para o desenvolvimento económico-financeiro, no plano de governo). Este decreto passa com ausência total de debate público, num país cujo Governo defende uma Constituição, que define a sua sociedade como «democrática, participativa e protagónica, multi étnica e pluri cultural». O mesmo Governo que, com um discurso revolucionário e anti-imperialista, decretou a subordinação do país aos interesses das grandes multinacionais que nutrem o sistema capitalista.

> As zonas de exploração do Arco Mineiro do Orinoco incluem selvas tropicais húmidas, grandes extensões de savanas de solos frágeis, uma extraordinária biodiversidade, fontes de água grandes e fundamentais.

O Arco Mineiro do Orinoco tem uma extensão de 11843,70 Km2, designados para a extracção de mais de 40 minerais diferentes, com destaque para o ouro, o diamante, o coltan, o ferro e a bauxita. Para isso, prevêem-se negociações com mais de 150 empresas de 35 países, com mecanismos de financiamento preferenciais que flexibilizam o negócio para a exploração mineira no país.

Este decreto é uma expressão nítida de uma reorganização completa do território nacional à volta do extractivismo, agora numa bio-região delicada que inclui selvas tropicais e savanas com grande biodiversidade e fragilidade ecológica, onde estão as principais fontes de água, para além de ser o território onde povos indígenas fazem vida.

Nesta zona planeia-se o maior ecocídio de toda a América Lati-

na. Ainda que a história da exploração mineira na Venezuela não seja nova, o projecto de mega-mineração não tem qualquer tipo de precedentes. Apesar das inúmeras críticas, o Governo continua em frente com o projecto. As mobilizações contra o projecto cresceram e mantêm-se constantes, num contexto de crise económica e política severa.

Principais detonadores do conflito

«Mineração Ecológica», eufemismo para ecocídio:
Não existe mineração limpa, o termo «Mineração Ecológica» é tão absurdo como o de «militar pacifista», «polícia anti-autoritário» ou «padre ateu». Se formos sensatos percebemos que, num plano congruente, não existem». Não há nenhuma tecnologia mineira de grande escala que seja compatível com a preservação ambiental. As experiências internacionais neste sentido são contundentes: a mineração em grande escala produz necessariamente processos massivos e irreversíveis de desflorestação.

As zonas de exploração do Arco Mineiro do Orinoco incluem selvas tropicais húmidas, grandes extensões de savanas de solos frágeis, uma extraordinária biodiversidade, fontes de água grandes e fundamentais. Tudo isto ameaça ser destruído se se levar a cabo o que este projecto de "desenvolvimento" contempla. A imensa biodiversidade da zona sofrerá um forte impacto; a destruição da capa vegetal e a desflorestação dois bosques amazónicos terá repercussões que transcendem o país; uma mera redução da capacidade dos ditos bosques absorverem/reterem gases de efeito estufa aceleraria significativamente as alterações climáticas

O mineral a explorar que o governo mais enfatizou foi o ouro. Estima-se que as reservas auríferas da zona ultrapassem as 7 mil toneladas. A exploração de ouro a céu aberto exige escavar imensos volumes de terreno por cada unidade de ouro extraída. Para extrair durante os próximos 70 anos as 7 mil toneladas de ouro que foram anunciadas será necessário remover cerca de 7 mil milhões de toneladas de material, produzindo imensos aterros de resíduos, muitos deles contaminados com arsénico e outros tóxicos, que alterariam irreversivelmente todo o ambiente da zona.

Ainda que o território a explorar inclua Áreas sob Regime de Administração Especial. Parques Nacionais, Reservas Florestais, Monumentos Nacionais e lugares sagrados dos povos indígenas, as decisões sobre a abertura da mineração em larga escala e o convite a empresas mineiras multinacionais aconteceram antes da realização de estudos de impacto ambiental. Este decreto constitui uma sentença de ecocídio.

A acentuação da crise hídrica-energética:

A mineração é altamente contaminante das águas, as principais bacias desta zona têm sido afectadas pela actividade mineira desde há décadas. O incremento exponencial desta actividade económica mortal culminaria colocando em perigo todas as formas de vida dos ecossistemas fluviais.

A água é um assunto cada vez mais crítico para o presente e o futuro da vida no planeta. A sua disponibilidade está a reduzir-se não só por causa da contaminação mas também pela aceleração das alterações climáticas que modifica os padrões de chuva e seca. Toda a zona a sul do Orinoco constitui a maior fonte de água doce do país. Os processos de desflorestação, previsíveis com a actividade mineira em grande escala, conduzirão inevitavelmente a uma redução dos volumes de água na zona.

Do mesmo modo, as actividades mineiras nos rios desta região (Orinoco, Caroní, Caura) e as alterações gerais nos seus caudais contribuiriam directamente para a redução da capacidade de geração de electricidade. As represas hidroeléctricas, onde se gera 70% da energia do país, encontram-se dentro da área de afectação do Arco Mineiro.

O desconhecimento dos povos originários:

O decreto de exploração implica desconhecimento da existência dos Povos Indígenas e declara a morte do sonho duma sociedade multi étnica e pluri cultural; colocando o país sob uma única racionalidade, uma única cultura: a ocidental capitalista, onde a única coisa racional que se pode fazer é converter tudo e todos em mercadoria.

Na franja que denominam Arco Mineiro habitam vários Povos Indígenas, como: Warao, E´Ñepa, Hoti, Pumé, Mapoyo, Kariña, Piaroa, Pemón, Ye´kwana e Sanem. Estas terras que ancestral e tradicionalmente ocupam sofrerão uma intervenção pesada, pondo em risco o desenvolvimento e a garantia da forma de vida destas comunidades; a sua organização social, cultural, costumes e idiomas.

O Executivo Nacional violou os principais instrumento legais venezuelanos e internacionais ao não realizar uma consulta prévia aos Povos Originários que, para além de serem afectados directamente pelos impactos ambientais, se veriam oprimidos em larga escala com o aumento da violência e da repressão policial-militar.

O aprofundamento da militarização na estrutura de governo:

O Arco Mineiro traz consigo não apenas impactos no ambiental e no económico mas também no político, ao manifestar-se também como uma estratégia na estrutura de governança , com a aliança entre o sector militar e as corporações transnacionais.

As possibilidades de oposição aos impactos negativos do projecto de Mega-mineração estão proibidas pelas normativas do decreto, mediante a criação de ma Zona de Desenvolvimento Estratégico sob a responsabilidade da Força Armada Nacional Bolivariana, que terá a «responsabilidade de salvaguardar, proteger e manter a continuidade harmoniosa das operações e actividades das Indústrias Estratégicas» ali instaladas.

O decreto estabelece expressamente a suspensão dos direitos civis e políticos em todo o território do Arco Mineiro, indicando que «nenhum interesse particular, gremial, sindical, de associações ou grupos, ou as suas normativas, prevalecerá sobre o interesse geral no cumprimento do objectivo contido dentro do decreto de exploração». De forma que, que «executar ou promover actuações materiais ou tendentes à obstaculização das operações totais ou parciais das actividades produzidas da Zona» será sancionado de acordo com o ordenamento jurídico aplicável.

As forças armadas, longe de representar a defesa dum hipotético «interesse geral» na zona, terão um interesse económico directo nas actividades mineiras, ao considerar a «conveniente» criação da Companhia Anónima Militar de Indústrias Mineiras, Petrolíferas e de Gás (Camimpeg) que tem atribuições para se dedicar «sem qualquer limitação» a qualquer actividade directa ou indirectamente relacionada com actividades mineiras, petrolíferas ou de gás em zonas já identificadas como de interesse.

Um avanço colonizador

A nova política mineira do governo nacional é uma expressão do domínio do capital transnacional, que pressupõe um novo esquema de poder no país, e uma nova arquitectura geográfica do capitalismo para os próximos 70 anos, que consolida, mais uma vez, a economia do saque.

Estamos perante um processo de flexibilização económico que concedeu taxas de câmbio preferenciais às multinacionais (dentro dum sistema económico onde o dólar tem um controlo cambial apertado), cedências parciais de participação accionista nas empresas mistas a favor de empresas

O Arco Mineiro do Orinoco tem uma extensão de 11843,70 Km2, designados para a extracção de mais de 40 minerais diferentes, com destaque para o ouro, o diamante, o coltan, o ferro e a bauxita. Para isso, prevêem-se negociações com mais de 150 empresas de 35 países, com mecanismos de financiamento preferenciais que flexibilizam o negócio para a exploração mineira no país.

estrangeiras e mesmo a criação de «zonas económicas especiais» nas jazidas de interesse enquanto durar o desenvolvimento do projecto.

Dentro das estratégias, destaca-se a flexibilização das normas legais, a simplificação e a celeridade de trâmites administrativos previstos na legislação venezuelana, a geração de «mecanismos de financiamento preferenciais» com condições especiais em questões tributárias, aduaneiras, financeiras e relacionadas com a importação.

A expansão do sistema capitalista vê-se fortalecida com este decreto, que declara o país eterno provedor de matérias primas, perpetuando a dependência em relação ao mundo globalizado dominado pelas multinacionais imperialistas.

Resistência Anti-Mineira

Este decreto de mega-exploração mineira não deu espaço a nenhum tipo de diálogo e estabelece de antemão a criminalização das resistências e lutas anti-mineração.

Convertendo os obstáculos em motivos para acentuar a firmeza das nossas convicções, têm vindo a desenvolver-se, numa escala nacional e internacional: protestos de rua, comunicados, recursos jurídicos, fóruns-oficinas, propostas narrativas e artísticas, a partir de diferentes colectivos como: comunidades e organizações indígenas, ambientalistas e agro-ecologistas... alianças amplas pela nulidade do decreto do Arco Mineiro do Orinoco... académicos, investigadores científicos, organizações e partidos políticos, artistas e colectivos libertários.

> A água é um assunto cada vez mais crítico para o presente e o futuro da vida no planeta. A sua disponibilidade está a reduzir-se não só por causa da contaminação mas também pela aceleração das alterações climáticas que modifica os padrões de chuva e seca. Toda a zona a sul do Orinoco constitui a maior fonte de água doce do país.

Lutas e mobilizações contra o Arco Mineiro do Orinoco:

As mobilizações iniciaram-se a partir dos primeiros anúncios, realizados em 2011. Num primeiro momento, produziram-se declarações de várias organizações indígenas que, logo nessa altura, assinalavam as ameaças que este projecto representa para a reprodução da vida nos territórios onde se planeia a extracção mineira.

Com o anúncio da criação da Zona de Desenvolvimento Estratégico Nacional «Arco Mineiro do Orinoco», em Fevereiro de 2016, começam a surgir numerosas declarações e vão-se desenvolvendo várias mobilizações de protesto. No imediato, há organizações e individualidades constitucionalistas que se agrupam para criar uma Plataforma pela Nulidade do decreto que, uns meses mais tarde, mete um Recurso pela sua anulação, onde expõe todas as leis desrespeitadas. A Assembleia Nacional junta-se a esta postura e acordou rejeitar o decreto ditado pelo presidente. Ambas as estratégias falharam redondamente. Entretanto, o governo inicia o Sistema de Certificação do Processo de Kimberley, que não é mais do que um regime de controlo das exportações e das importações de diamantes em bruto.

A luta continua com a abertura de espaços de formação e investigação alternativa sobre extractivismo e mineração. Como resultado disso, criam-se relatórios e propostas alternativas às contempladas no projecto. O movimento ecologista fortalece-se, denunciando todas as consequências graves associadas à mineração e exige estudos de impacto ambiental que determinem com precisão os enormes danos que o projecto causaria.

Consolida-se uma rede de acção colectiva que põe em marcha uma recolha de assinaturas contra o projecto e a campanha pública contra o Arco Mineiro estende-se. Surgem cada vez mais declarações e comunicados de importantes plataformas e organizações indígenas locais e amazónicas que expressam o seu desacordo e denunciam mais uma vez os efeitos devastadores provocados pelo avanço da mineração em várias das principais bacias de água dos estados Bolívar e Amazonas. Aumentam as reclamações pela ausência de consulta prévia aos povos indígenas.

O governo anuncia a criação do Ministério do Poder Popular para o Desenvolvimento «Mineiro Ecológico» e, pouco depois, começas as assinaturas de acordos de exploração do Arco Mineiro.

As críticas e petições formuladas pelos grupos mobilizados não foram ouvidas nem atendidas. A resistência continua e transforma-se em concentrações, protestos de rua e marchas, como as ocorridas na sede do Ministério do Petróleo e Minas, no Tribunal Supremo de Justiça e no Ministério das Finanças, como parte das mobilizações do dia mundial contra a Mega-Mineração.

A seis meses de distância do decreto, já grande parte da zona de interesse está comprometida por mais de 40 anos. Pouco depois, inicia-se a etapa de exploração no Arco Mineiro do Orinoco.

O activismo baseado em meios alternativos e acções artísticas e criativas expande-se. A luta contra o ecocídio perante a expansão do extractivismo também começa a aparecer na forma de teatro de guerrilha, murais, jornadas de cinema anti-mineração e outras expressões artísticas.

Em reacção a isto, o governo prestou declarações oficiais que criminalizam perigosamente os protestos, ao mesmo tempo que a mineração continua a avançar nos territórios da região Guayana, deixando consequências terríveis nos ecossistemas e nos povos indígenas.

Lamentavelmente, dentro desta luta, disfarçados de ambientalistas, humanistas e combatentes contra a mineração, há muitos grupos com interesses tão «especiais e particulares» como os do governo, cujo interesse é apoiar qualquer causa que lhes permita fazer cair o actual governo para ocupar as cadeiras que tirarão benefícios desta «mina de ouro»

Não podemos esquecer que a resistência surge da implicação directa e sincera das pessoas. As nossa acções e estratégias para a visibilização, difusão e contra-informação do conflito procuram agitar a resistência dos povos a partir de uma perspectiva anti capitalista e anti autoritária. É preciso conservar a capacidade de indignação e actuação, conhecendo e apoiando formas de resistência já existentes e inclusivamente procurando e criando novas formas de resistência.

Para acabar, é importante afirmar que «Todos os governos têm um propósito duplo. O propósito principal e reconhecido é o de conservar e fortalecer o Estado, a civilização e a ordem civil, ou seja, a dominação sistemática e legalizada da classe governante sobre o povo explorado. O outro propósito, igualmente importante aos olhos do governo ainda que não reconhecido de bom grado nem abertamente, é a conservação das vantagens governamentais exclusivas do seu *pessoal*. O primeiro diz respeito aos interesses gerais das classes governantes; o segundo à vaidade e às vantagens excepcionais de que gozam os indivíduos no governo». M Bakunin.

Tiraram-se ideias e reflexões de documentos desenvolvidos por vários colectivos em luta contra o Arco Mineiro do Orinoco, principalmente de: ***«Un ataque a la vida y un criminal desconocimiento de los pueblos indígenas»***, por Edgardo Lander, em Maio de 2016 (goo.gl/3YvGXF); ***«Las luchas contra el mega-proyecto del Arco Minero del Orinoco, Venezuela»***, por Emiliano Teran Mantovani, em Outubro de 2016 (goo.gl/n5FLRk); goo.gl/GqfNV5; e https://goo.gl/zzGB44

/// NOTAS

1 Ficção jurídica, que estabelece uma zona ou uma região como pertencente, ou que serve de campo de acção, a um certo Estado.

Cinco anos depois, um bairro cinzento.

Foi em Abril de 2011 que um grupo de pessoas se dedicou a transformar a carcaça de uma escola pública, há cinco anos abandonada, nalgo que se veio a tornar um farol para a cidade e para o país. O Espaço Colectivo Autogestionado do Alto da Fontinha foi recebido no bairro primeiro com alguma desconfiança, depois com carinho. Os activistas convidaram os moradores a sentarem-se e perguntaram: "o que querem fazer aqui?". Assim, a Es.Col.A. (ou Escolinha, para os amigos) nasceu da vontade mútua de activistas políticos com preocupações sociais e habitacionais e dos moradores de um bairro portuense entregue ao abandono. Durante o ano em que o colectivo ali esteve, o bairro esteve debaixo da atenção dos media, da autarquia, e de toda a população portuense, depois de tantos anos de negligência.

O antigo equipamento público foi transformado num Centro Social Okupado, que vivia dos seus activistas e dos seus moradores. As actividades incluíam apoio escolar, tão vital numa zona pobre e esquecida como era aquele bairro, aulas de yoga e capoeira gratuitas, uma cicloficina, mostras de filmes, concertos, assembleias regulares. Por essa altura, as conversas faziam-se de janela aberta, de casa para casa, os "bom dia, menina!" eram incessantes, e mesmo quando caía aquela chuvinha tão portuense sentia-se um calor diferente naquele velho bairro operário esquecido nas entranhas da cidade do Porto. Pouco acima da Es.Col.A., onde está instalada a Fundação José Rodrigues, esteve durante décadas uma fábrica de chapéus que conheceu algumas das primeiras greves organizadas na cidade. Logo abaixo, a memória do sítio onde foi a primeira sede da Associação Internacional dos Trabalhadores, secção do Porto, estabelecida em 1873. As ruas daquele bairro pulsam com memória e história. Os últimos cinco anos não deixam transparecer isso, no entanto.

Cinco anos após o terceiro e último despejo da Es.Col.A., a 26 de Abril de 2012, e com muitas reviravoltas mais ou menos institucionais, o bairro não é o mesmo que acolheu o projecto. Não há quase ninguém na rua, e o silêncio impera. Já não há cabeças a espreitar à janela, e o fenómeno do alojamento local já lá chegou. No local onde entre Abril de 2011 e Abril de 2012 viveu o Espaço Colectivo Autogestionado está instalado desde 2013 o Centro de Recursos Sociais do Porto, onde se estabeleceram gabinetes da APAV, do IEFP e outras instituições de carácter social. Um morador do bairro, que se envolveu activamente com a Es.Col.A., disse que "isto agora está tudo parado". Relembra como foi lá que a sua filha aprendeu a ler e a escrever, e fala sobre como os activistas se distanciaram do bairro após o despejo. Mas nem só os elementos do colectivo deixaram de se envolver. Uma outra vizinha, de portadas verdes nas janelas, fala sobre os anos de 2012 e 2013, quando é inaugurado o Centro de Recursos.

"Antes estavam sempre aqui os senhores do lixo, e gente da Câmara, mas nunca mais os vi", afirma a senhora, cujas dificuldades de mobilidade a restringem seriamente à sua casa. "Estou presa na minha própria casa, tenho medo de sair daqui." As ruas íngremes que dão acesso ao bairro causam medo à septuagenária que ali vive há mais de quarenta anos. E não há qualquer proposta ou demonstração de interesse da CMP em tornar o bairro mais habitável e mais acessivel aos seus idosos.

Cinco anos depois da Es.Col.A., o bairro da Fontinha já pouco parece um bairro. E o edifício branco, outrora colorido, que se ergue bem no seu centro, é um lembrete constante do esquecimento a que aquelas ruas voltaram a ser submetidas.

2011-2012.

FOTOREPORTAGEM

2017.

Um rendimento básico universal ou a prestação da barbárie

JÚLIO SILVESTRE
JULIOSILVESTRE@JORNALMAPA.PT

Gravura de Gustave Doré para *Gargantua & Pantagruel* de Rabelais

O próximo congresso da BIEN (Basic Income Earth Network) realiza-se em Lisboa na última semana de Setembro. Vem promover a ideia de que o Estado deve pagar a cada cidadão uma quantia monetária, "*independentemente da sua situação financeira, familiar ou profissional, e suficiente para permitir uma vida com dignidade*". Os partidários do Rendimento Básico Incondicional (RBI) argumentam que este permitiria às pessoas recusar empregos humilhantes, ao arbítrio da exploração, podendo optar por actividades ou profissões mais aprazíveis. Sustentam também que é um instrumento eficaz no combate à pobreza, e que permite ajustar a sociedade para a crescente automatização, resultante das inovações tecnológicas.

A ideia tem tido um interesse renovado desde a crise financeira de 2008, quando milhões de pessoas perderam os seus empregos. Tornou-se popular a ponto de suscitar petições, referendos e provas de conceito. Em 2016 a Suíça vetou, por sufrágio, uma proposta que atribuía a todos os cidadãos residentes no país há mais de 5 anos o pagamento mensal de cerca de 2300 euros por adulto, e 585 euros por criança. Na Finlândia está em avaliação desde Janeiro um projecto piloto que inclui dois mil cidadãos desempregados, aos quais será paga em exclusivo, e sem outras condições, a quantia de 560 euros mensais. Iniciativas tendo por base a mesma ideia têm sido levadas a cabo noutros países.

Uma dessas experiências está a transformar várias povoações do Quénia rural num laboratório do RBI. Iniciada em finais de 2016 pela GiveDirectly, organização não-governamental financiada em boa parte pelo Silicon Valley[1], pretende dar a 6000 pessoas cerca de 1 dólar por dia, durante um período de 12 anos. Para receberem mensalmente esse valor, os utentes necessitam apenas de um telemóvel. Apesar da desconfiança inicial, da recusa do dinheiro por alguns dos seleccionados, ou dos atritos que, entretanto, emergiram no seio dessas comunidades, os promotores do programa afirmam o seu sucesso.

Os partidários do RBI não constituem, em todo o caso, um grupo homogéneo. Não se trata apenas de milionários com necessidades filantrópicas ou académicos à procura de temas interessantes. As suas motivações são diversas, bem como a previsão dos resultados desses programas. Não deixa, porém, de ser curioso, que debaixo da mesma ideia, se possam encontrar figuras tão díspares como o ex-ministro grego Yanis Varoufakis, o músico Brian Eno, o multimilionário Elon Musk, o filósofo e activista Antonio Negri, ou Mark Zuckerberg, fundador do facebook.

Os fundamentos de uma velha ideia

O RBI não é um conceito novo, teve no passado diferentes designações. O esboço dessas medidas pode ser encontrado em diversas fontes e referências, apregoadas pelos seus promotores. Em quase todas, a medida surge com o intuito de aperfeiçoar o sistema vigente.

No livro "*Utopia*" (1516) de Thomas More, a ideia de "*providenciar a todos algum meio de subsistência*", surge durante o texto[2]. Esta seria uma proposta para a prevenção do roubo, como alternativa à ineficácia da pena de morte, a qual resultava numa elevada taxa de execuções. Na mesma época, Juan Luis Vives elaborava vasta argumentação[3], baseada em considerações teológicas e morais, sobre a responsabilidade do governo em garantir a todos os residentes um mínimo indispensável à sua subsistência. A "assistência aos pobres" era então motivada pela caridade.

Mais tarde, Thomas Paine, o filósofo e político que influenciou a revolução americana, desenvolve um argumento de natureza diferente. No seu panfleto "*Justiça Agrária*" (1797), sustenta que *"a terra, no seu estado natural, inculto, era… propriedade comum de toda a raça humana"* e, por conseguinte, cada proprietário "*deve à comunidade uma renda base*", para compensar os desapossados pela sua perda. Partindo deste princípio, propunha a obrigatoriedade do governo em garantir um "dividendo" a todos os cidadãos. A Inglaterra deste período tinha já um sistema de ajuda social[4], destinado aos pobres incapacitados de trabalhar, por oposição aos vagabundos e mendigos. Os preceitos de Paine eram distintos: sustentavam-se na necessidade de justiça, bastando estar vivo para adquirir esse direito.

Os "motins do pão"[5] de 1795, bem como a violência revolucionária em França, e a possível influência destes eventos nas classes sem terra, assustaram os magistrados de Speenhamland, na Inglaterra rural. De sobreaviso, decidiram implementar um novo esquema de ajuda pública. O sistema Speenhamland estipulava que o vencimento dos jornaleiros deveria ser completado com um suplemento, calculado com base no preço do trigo, de forma a garantir um mínimo de subsistência. Motivada pelo apaziguamento social, a medida revelou-se um subsídio encapotado, oferecido à nobreza rural.

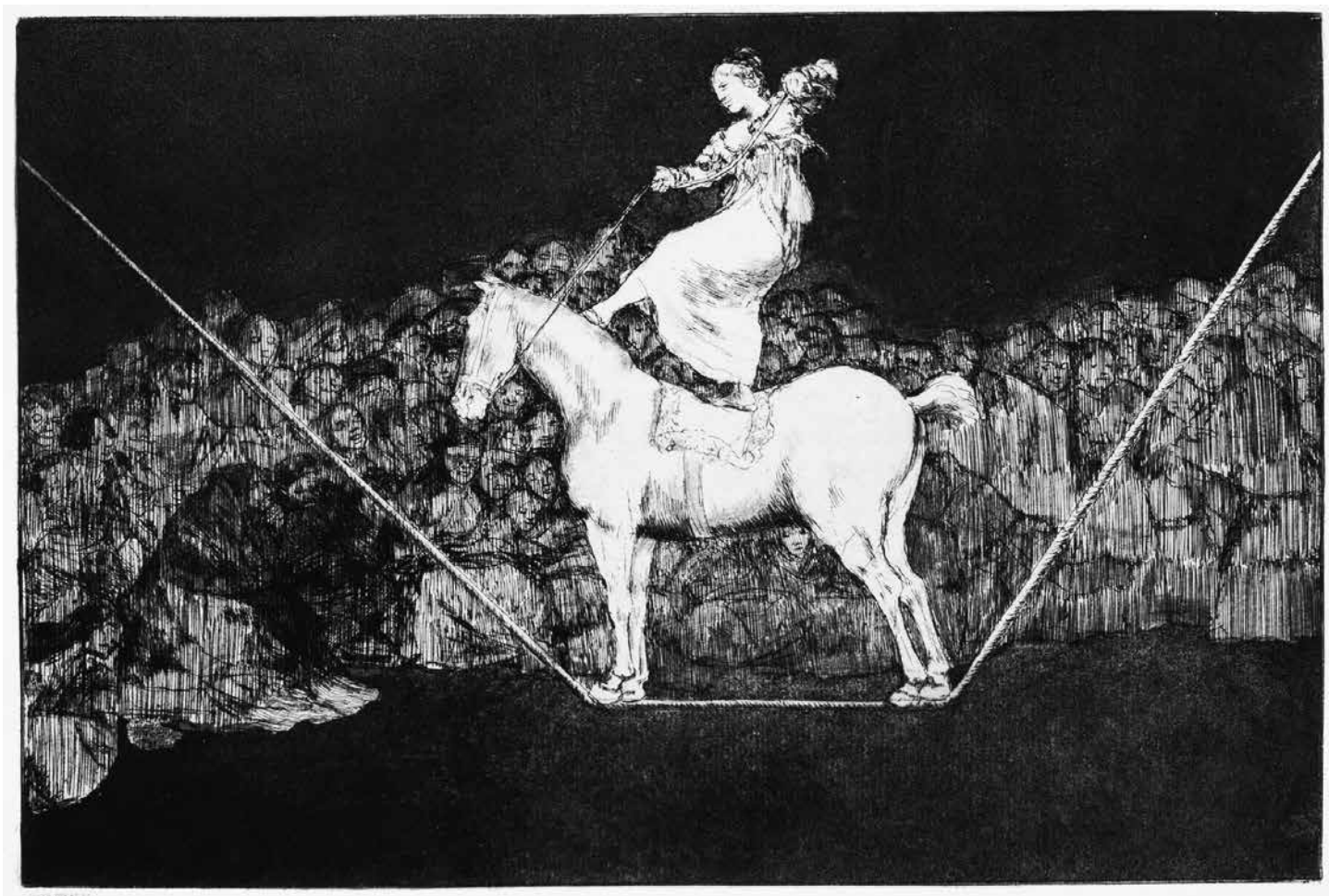
A ideia de um "dividendo nacional" foi desenvolvida, depois da primeira guerra mundial, pelo engenheiro C. H. Douglas, como parte da sua teoria interdisciplinar, designada por "crédito social". Propunha que cada cidadão fosse um "accionista" da nação, recebendo um dividendo, criado a partir da emissão de crédito sem juros, com base no Produto Interno Bruto (PIB). Um dos seus argumentos prendia-se com a necessidade de ajustar a discrepância entre o poder de compra e os preços dos bens de consumo. Segundo o autor, as políticas do pleno emprego estavam obsoletas numa economia moderna, industrializada, que pela eficiência produtiva, era incapaz de absorver toda a força de trabalho disponível. Reformas semelhantes foram posteriormente defendidas pelo poeta Ezra Pound, pelo inventor Buckminster Fuller, ou por Timothy Leary, ícone da contracultura dos anos 60. Este último alegava que o Estado, em vez de extorquir os cidadãos com impostos, deveria ser gerido como uma empresa, repartindo por todos os seus lucros.

Milton Friedman, economista da escola de Chicago, e fervoroso defensor do capitalismo de "livre"-mercado, que ele reconhecia nas políticas de Reagan, Thatcher e Pinochet, tinha a sua versão do RBI. No livro "*Capitalismo e liberdade*" (1962), propunha que todos os programas de assistência social fossem substituídos por um "imposto negativo sobre a renda", o que na prática significa um rendimento mínimo garantido. Friedman defendia a eficiência deste modelo face ao "Estado social", porque reduziria custos e burocracia.

Da teoria sueca do amor

A realização de um rendimento básico universal, na sua versão mais utópica, coincide com o programa de um "Estado social"

Os partidários do RBI não constituem, em todo o caso, um grupo homogéneo. Não se trata apenas de milionários com necessidades filantrópicas ou académicos à procura de temas interessantes.(...) Não deixa, porém, de ser curioso, que debaixo da mesma ideia, se possam encontrar figuras tão díspares como o ex-ministro grego Yanis Varoufakis, o músico Brian Eno, o multimilionário Elon Musk, o filósofo e activista Antonio Negri, ou Mark Zuckerberg, fundador do facebook.



Disparate Puntual* de Francisco Goya, da série de gravuras intituladas *Disparates

perfeito, e com os objectivos da social-democracia, resgatada actualmente pela maioria dos partidos de esquerda. Varoufakis foi claro ao afirmar que o rendimento básico é um instrumento indispensável para a social-democracia hoje, tal como a "segurança social" o foi no pós-guerra, de modo a regular a economia e evitar o ressurgir de conflitos sociais[6]. Os países escandinavos, onde este modelo tem vingado, são geralmente vistos como exemplos de organização, segurança, igualdade de oportunidades, baixos níveis de pobreza, entre outros elogios que habitualmente definem uma "democracia avançada".

No documentário "A teoria sueca do amor"[7], o realizador Erik Gandini retrata a sociedade sueca, muitas vezes apontada como exemplo de progresso e prosperidade. Com sentido de humor, revela o lado mais obscuro de uma cultura individualizada, suportada pelo estado-providência, e que ao promover valores como "independência", "autonomia", "realização pessoal", origina isolamento e alienação. O documentário começa por mostrar imagens de arquivo dos tempos do governo de Olof Palme, que nos anos 70 iniciou um programa de políticas sociais, incentivadas pelo manifesto "*A família do futuro: uma política socialista para a família*"[8]. Este centrava-se na ideia de que as relações humanas, para serem verdadeiras, deveriam assentar num princípio de independência entre as pessoas, assegurada pelo Estado.

Durante o documentário são mostrados exemplos caricatos do suposto resultado dessas políticas: o caso de um suicídio que só foi descoberto anos depois, porque as contas pendentes do morto se pagavam automaticamente; o crescente número de mães solteiras que recorrem à inseminação artificial, fomentando o negócio dos bancos de esperma, existindo já empresas que oferecem serviço ao domicílio; a dificuldade dos funcionários estatais em encontrarem os familiares mais próximos do crescente número de idosos que morrem sozinhos; ou o caso dos refugiados sírios que para fazerem amigos têm de chegar a horas. Na parte final, o realizador dá-nos a conhecer o exemplo de uma sociedade oposta, a partir dos relatos de um cirurgião sueco, que reaprendeu o valor da comunidade quando se mudou para a Etiópia, onde apesar das privações e dificuldades, encontrou mais alegria e felicidade do que no seu país.

A crítica que emerge dos exemplos anteriores é antes de mais uma crítica ao modo de vida nas sociedades capitalistas modernas, assentes na centralidade do trabalho, no "bem-estar" e na "autonomia individual". Estes são os valores recomendados pela ideologia dominante, e que na prática reduzem o indivíduo às relações de mercado e aos protocolos definidos pelo Estado. Tudo o que diverge deste modelo é obliterado. Não admira, portanto, que experiências como a GiveDirectly tentem seduzir as populações do Quénia rural, com os dólares provenientes do Silicon Valley. A expansão do império e a sua globalização implica a substituição dos laços comunitários, das práticas de sobrevivência e entreajuda, pela mercantilização e dependência financeira.

A prestação da barbárie

Os defensores do RBI costumam apresentar o "Fundo Permanente do Alaska"[10] como um exemplo de sucesso, ou um modelo possível, do que poderá ser o financiamento de um rendimento básico universal. Este fundo de investimento foi criado em 1976, anos depois da descoberta de petróleo na região, a partir de uma percentagem das receitas provenientes da exploração dos recursos petrolíferos. Desde 1982 que os seus dividendos são distribuídos anualmente pelos residentes legais do Alaska. A quantia monetária varia de acordo com o preço do petróleo, o retorno dos investimentos, e as condições económicas gerais. Este exemplo demonstra bem o modelo económico, social e ambiental em que se sustenta a ideia de um RBI hoje: envenenar o ambiente, destruir modos de vida sustentáveis, em troca de um cheque ou transferência bancária para todos. Amanhã distribuir-se-ão dividendos das centrais nucleares, dos eucaliptais, da exploração Onshore, ou das barragens.

O programa Bolsa Família no Brasil, implementado por Lula da Silva em 2003, é tido como exemplo de sucesso no combate à pobreza, especialmente nas favelas. Embora seja uma transferência monetária condicionada, por ter em conta os critérios financeiros dos utentes, e implicar algumas obrigações, é usado como argumento sobre os benefícios de uma renda básica. Para que esse debate faça sentido, é importante perceber como surgiram nos subúrbios das grandes cidades esses bairros superlotados, em condições extremas de insalubridade e poluição. Esse amontoado de gente que perece em condições de extrema pobreza são, na sua maioria, os desapossados da terra e dos recursos naturais, que o sistema excluiu e quer agora integrar, convertendo um problema numa mais valia.

Tão bizarro como isto é pensar que a distribuição de dinheiro pode ser uma medida útil no processo de transição para uma sociedade pós-capitalista. Acontece precisamente o contrário, pois estas reformas em nada questionam a estrutura e delegação do poder. Os actores do modelo económico actual continuarão a ser os mesmos, e continuarão a ser os mesmos a tomar as decisões que dizem respeito a todos.

O RBI tem um papel importante na manutenção do sistema capitalista. Ao criar subsídio-dependentes, resolve vários problemas de uma só vez: mantém os níveis de consumo necessários ao seu funcionamento; reafirma o mito do progresso e do crescimento; diminui a necessidade de os excluídos questionarem o sistema como um todo, tornando-se, inclusive, um incentivo para que este se reproduza. Ironicamente, Robert Van Parijs, um dos teóricos mais influentes na defesa do rendimento básico, assume que este é a única forma de legitimar o capitalismo[9].

O RBI tem um papel importante na manutenção do sistema capitalista. Ao criar subsídio-dependentes, resolve vários problemas de uma só vez: mantém os níveis de consumo necessários ao seu funcionamento; reafirma o mito do progresso e do crescimento; diminui a necessidade de os excluídos questionarem o sistema como um todo, tornando-se, inclusive, um incentivo para que este se reproduza.

/// NOTAS

1 A GiveDirectly tem como principal parceiro a Good Ventures, uma fundação privada criada por um dos co-fundadores do Facebook. A Google.org é outra das empresas que suporta a GiveDirectly. O bilionário Pierre Omidyar, fundador do eBay, é também um dos mecenas do projecto.

2 Conversa entre Rafael Hitlodeu e John Morton, arcebispo de Canterbury.

3 De Subventione Pauperum Sive de Humanis Necessitatibus. Tratado escrito por Juan Luis Vives, publicado em 1526, e destinado ao presidente do município de Bruges, onde é discutido o problema da pobreza urbana, bem como algumas sugestões para a sua atenuação.

4 Poor Laws no original. Este sistema, desenvolvido a partir do fim da idade média em Inglaterra e país de Gales, perdurou até ser substituído pelo Estado social, depois da segunda guerra mundial.

5 Também conhecidos por "motins da fome", foram um conjunto de revoltas populares ocorridas em Inglaterra em 1795, resultantes da escassez e do elevado preço de provisões, em particular do trigo e do pão.

6 Entrevista realizada pelo jornal The Economist (2016-31-03).

7 The Swedish Theory of Love (2015).

8 Familjen i framtiden - en socialistisk familjepolitik, SSKF (1972).

9 Real Freedom for All, What (if anything) can justify capitalism, Philippe Van Parijs (1995)

10 Alaska Permanent Fund

11 Post-Capitalism: A Guide to Our Future. Paul Mason (2015)

COMER SELVAGEM

As plantas silvestres comestíveis fazem parte da cozinha da simplicidade mediterrânica. Dos tempos da "fome" passou a prato "gourmet" dos ricos. Contrário à elitização desse bem comum, um almoço selvagem é um encontro da comunidade com o seu lugar ancestral através das ervas selvagens, bravias e naturais.

BRUNO BORGES

FILIPE NUNES
FILIPENUNES@JORNALMAPA.PT

Num domingo da passada primavera deste ano, na tasca dos Lameiros, juntaram-se à companhia da Ti' Assunção e do Ti' Manel, casal atrás do balcão desse pequeno local de encontros na ondulada serra de Odemira, outras mulheres por aqui nascidas e um sem fim de nova gente. Jovens, mulheres, homens e animadas crianças de origens europeias mais nórdicas ou simplesmente em fuga das cidades. Rostos alourados, mas já tisnados pelo sol alentejano, gente de variados lugares que escolheram criar um lugar seu por estes vales incrivelmente verdejantes e de promissora frescura, mas de onde a modernidade dos tempos levara dali a maior parte das suas gentes nativas. Vêm todos aprender e partilhar a recolha de plantas silvestres comestíveis e participar num *almoço selvagem*.

Patrícia Caldeira, que da zona de Lisboa por aqui vive há mais de 10 anos, é a principal animadora destes anuais *almoços selvagens*, organizado com o apoio dos vizinhos dos Lameiros e de muitos elementos da Transição de S. Luís, da ReCo (Rede Cooperar) e várias das novas comunidades neorurais. A sabedoria das plantas de Patrícia é transmitida de forma solta, nas conversas que surgem por um inicial passeio de reconhecimento e recolha de plantas, onde não há exactamente alguém especialista. A própria Patrícia revela-nos que fica sempre a conhecer mais uma e outra planta que desconhecia. A recolha é partilhada e completada pela memória das mais velhas habitantes locais, recordando o que outrora comiam, e com as indicações e

A COMIDA DA "FOME" PASSOU HOJE A PRATO "GOURMET" DOS RICOS. UM PROCESSO DE DESPOSSESSÃO DO COMUM E DA PRÁTICA LIVRE DO ALIMENTO QUE É URGENTE TRAVAR.

receitas complementares dos saberes vindos de outras paragens. A noção do risco e da responsabilidade na recolecção está sempre presente e os alertas vão sendo dados. A certificação final e cuidada do resultado da recolha pelos que detêm maiores conhecimentos é, como insiste Patrícia, muito importante. Há famílias de plantas comestíveis e há famílias de plantas a evitar por recolectores inexperientes, pelas plantas venenosas que podem conter.

Por aqui e ali enchem-se os cestos de plantas selvagens comestíveis: tachagem, acelgas, beldroegas, espinheiro branco, linho bravo, saramagos, chapéuzinhos, rebentos de fetos, catacuzes, serralha, morugem, rinchões, oregãos, poejo, chenopódios, malvas, violetas, chicória, etc.. Para Patrícia esta não é a excentricidade de uma actividade dominical, mas um gesto da sua alimentação quotidiana. Do mes-

Catacuzes

Linho Bravo

Malva

Dente de Leão

mo modo, a partilha deste conhecimento não tem como finalidade creditar qualquer workshop de levar para casa, para acabar publicado no facebook de cada um. A participação nos almoços selvagens é gratuita, livre e apela ao contributo de cada um, resultando num abundante almoço, confecionado com a recolha da manhã e com o que de selvagem ou não cada um trouxe para a mesa comum. E não faltam as túbaras, as púcaras e os cantarelos, e, claro, as indispensáveis açordas. A gratuidade é um elemento chave desta actividade. "Outra forma de ir às compras e ao supermercado", como brinca com as palavras Patrícia. Uma outra forma pois de conhecimento e cultura no acto de comer, distinto de simplesmente confiarmos no "conhecimento" da comida rotulada.

A partilha é pois um fim em si mesmo, aproximando as pessoas das plantas e do meio onde vivem, e com elas agradecendo uma relação directa, de graça, natural. Comer, cozinhar e estar juntos na tasca dos Lameiros é essa outra, essencial e última finalidade, de quem a partir do selvagem junta as pessoas em comunidade. Juntar as pessoas, foi aliás a principal motivação dos *almoços selvagens*, cuja ideia surgira anos antes na Aldeia das Amoreiras quando aí existia o Centro de Convergência do grupo ecologista GAIA.

«DE UM "PRATINHO DE QUALQUER COISA" E MAIS UNS "CHEIRINHOS", FAZEMOS UM PETISCO, E EM TORNO DELE ERGUEMOS UM MOMENTO DE CONVIVIALIDADE, EM QUE SE ASSOCIA O PRAZER DE "ESTAR À MESA", COM O PRAZER DE ESTAR EM CONJUNTO»

Comer é portanto um exercício de memória e nas estórias do que saboreamos podemos descortinar todo o percurso que define o modo como estamos uns com os outros e com a natureza. É através dos pratos que sabemos afinal qual é a nossa identidade e o nosso território. Os *almoços selvagens* na Tasca dos Lameiros reflectem em parte o entusiasmo da construção de uma nova identidade local que se diz neorural, privilegiando como elo de ligação ao lugar ancestral a planta selvagem, bravia e natural. Mas mais importante é que comem à mesma mesa as novas e velhas gentes do lugar, partilhando memórias. E no repasto das mesmas, o presente faz-se futuro.

Como nos refere Maria Manuel Valagão, investigadora na área da sociologia da alimentação, «a comida, os comeres, não são só uma questão de gastronomia. Representam sobretudo um facto social total, um modo de nos exprimirmos, de exprimir a vida, a criatividade e a imaginação face àquilo que se dispõe para cozinhar. Há um jeito próprio de "acomodar" os alimentos, aquilo que, uma vez incorporado, se transformará em nós próprios»[1].

Porém, as memórias do que se come nem sempre são fáceis de digerir.

OS COMERES DOS GANHÕES

Quando falamos nesses comeres selvagens, apelamos na memória das gerações mais velhas às memórias da fome. Patrícia comenta-nos não apenas as diversas e algo inquietas reacções, quando por exemplo leva uma sopa de urtigas à Ti' Assunção, mas também como todo este gesto e gastronomia é tomado, "com alguma desconfiança. Não é logo e não é fácil, pois não fizeram o corte que as novas gerações têm com esses tempos da fome".

Para fazermos o elogio do silvestre, temos como tal, de percorrer um caminho que parte de compreender o que significou comer o pouco que se tinha à mão, na penúria do sul rural ao longo de quase todo o século XX; em seguida entender a alteração profunda que significou, a partir dos anos sessenta, o esvaziar dos campos no quadro de uma nova organização social não só da produção, mas do consumo e do âmbito familiar e doméstico; para só depois poder, na crítica desse processo, revalorizar essa comida – que no sul foi recentemente patrimonializada na dieta mediterrânica – já não imersa no espectro da penúria, mas sim resgatada pelos novos "estilos de vida" que buscam e reinventam, no fim de contas, essas "amargas" memórias. Um caminho que não será fácil de assimilar para quem ainda recorda o travo da memória desses outros tempos e a quem cabe em ultima instância temperar junto dos novos rurais aqui chegados, compartes à mesma mesa, o significado desses caldos e dessas sopas. Mas também com eles apreender que afinal essas "amarguras" contêm algo de único que não pode faltar à satisfação alimentar a que todos têm direito.

NAS ESTÓRIAS DA HISTÓRIA DO SUL PORTUGUÊS O SUSTENTO DOS RANCHOS DE HOMENS E MULHERES NAS MONDAS ERAM FEITAS DE AÇORDAS E SOPAS DE CONDUTO GUARNECIDO OU TEMPERADO PELAS ERVAS DANINHAS DAS SEARAS.

Nas estórias da história do sul português o sustento dos ranchos de homens e mulheres nas mondas eram feitas de açordas e sopas de conduto guarnecido ou temperado pelas *ervas daninhas* das searas. A cozinha e comeres dos ganhões, os trabalhadores rurais à jorna, prosseguia sob o fogo das casas e sob a escassez do alimento. A posse da terra, ou precisamente a ausência de um bocado de leira de terras, somada a uma geografia a sul de difíceis condições de produção agrícola, marca social e fisicamente a identidade desse Portugal mediterrânico, face ao Portugal atlântico a norte, onde as couves tronchudas da pequena horta e a broa de milho compõem o caldo verde, *sopa de pobres, remediados e ricos*[2].

Já a tradição alimentar do sul não poderia ser outra que uma assente na sobriedade dos recursos. Estamos perante uma herança de extrema frugalidade alimentar, de que ao mesmo tempo resulta a criatividade desta cozinha. Uma frugalidade imposta pelas circunstâncias, uma gastronomia nascida da necessidade e em formas de improvisação culinária que vieram a dar lugar aos pratos tão específicos desta região. Há quem lhe chame a *cozinha da simplicidade*.

Na base destes pratos está o caldo, a água a que se junta o que a terra dá. As sopas. Como referia Albino Forjaz de Sampaio, nos anos trinta do século passado se «em alguns povos a sopa é preparação para o jantar; em Portugal a sopa é já o jantar». Nesta cozinha familiar de subsistência as práticas alimentares eram ritmadas pelos ciclos agrícolas e sazonais. No montado de sobro e de azinho, de campos de cereal, da vinha e do olival, as plantas de recolecção, bem como com as ervas aromáticas condimentares e outros recursos silvestres, são a matéria disponível para temperar e dar conduto à comida de panela. O pão de trigo surge como o ingrediente-base da confecção das sopas, dos ensopados, das migas, dos caldos, dos gaspachos e das açordas. Pratos da terra feitos com o que o homem e a mulher do campo têm à mão, comedido ou ausentes no uso de enchidos e carnes. Um «modelo maioritariamente vegetariano, feito de aromas e portanto de grande parcimónia no uso das gorduras».

Pilriteiro

Poejo

Saramago

As plantas silvestres – cuja abundância disponível na natureza não deixa de contrastar com esta gastronomia frugal – tiveram aqui um uso eleito a apenas algumas plantas transmitidas pelo saber oral, principalmente os cardos, também designados por carrasquinhas; os catacuses, também chamadas labaças; as acelgas; os agriões; as beldroegas e os espinafres. Os espargos bravos, e igualmente os cogumelos e túbaras, são usados, mas à parte das sopas. Há depois as ervas aromáticas, principalmente as espontâneas, sendo as mais frequentes o poejo; a hortelã da cozinha ou a hortelã da ribeira; os orégãos; o tomilho; o alecrim e já de horta o coentro. A grande lição desta gastronomia está nessa simplicidade e no prazer dos sabores que tão parcos recursos proporcionam.

Esse mundo gastronómico foi necessariamente posto à prova com as profundas alterações do mundo rural a partir dos anos sessenta, com o êxodo rural, e depois nos anos oitenta com a integração na política agrícola comum europeia. Rapidamente se observou uma assinalável mudança em cima da mesa. Desaparece a cozinha familiar rural e tradicional e emerge o padrão alimentar ocidental determinado a partir de uma cultura urbana, sedentária e industrial e com a subjugação do sector primário produtivo à terciarização dos serviços e do trabalho. Essa alteração, não devemos esquecer, permitirá ultrapassar o contexto alimentar de subsistência, fruto da subida dos rendimentos familiares. Mas o campo e os campos são deixados para trás e como tal «o abandono do consumo de determinados alimentos tradicionais, nomeadamente os mediterrânicos, é indissociável do conjunto das práticas alimentares em geral, que estão agora cada vez mais relacionadas com os novos modos de vida, com novos usos sociais do tempo e com novos sistemas de valores. A lógica social da diferenciação do consumo alimentar, e a forma como se privilegia certo tipo de alimentos, estão associadas aos seus novos usos sociais, ao local, ao contexto e ao modo como são consumidos.»[3] Recordar as sopas de plantas silvestres alimentares implicaria uma associação directa e envergonhada aos anteriores contextos sociais. Porém o peso a (a)pagar dessa memória virá a arrastar consigo outros saberes e sabores.

RECUPERAR O GOSTO E A VIDA

Já neste século XXI o percurso à volta da panela e a sua relação com os recursos silvestres terá um novo volte-face. Tal não parece dever-se, pelo menos de modo generalizado, ao questionamento crítico dos processos de transformação social e económica do mundo rural, antes se devendo apontar como maior responsável dessa possível mudança de rumo o puro hedonismo individual pois «as preferências alimentares estão agora associadas não exclusivamente à sua função (alimentar) de base, mas também a questões relacionadas com o grupo de pertença ou a factores de distinção social, caracterizados por preocupações com o bem-estar, com a aparência física»[4]. Ainda assim desempenhará aqui um importante e decisivo papel uma crescente cultura ecológica e simultaneamente uma decisiva cultura de segurança alimentar e saúde: «O natural, fresco, caseiro, próximo, tradicional seria, dessa forma, afirmado em oposição ao artificial, processado, industrializado, distante, moderno.»[5] O retorno às *velhas receitas* resultara da indisposição e mal-estar causadas pela predominante cultura alimentar industrial. Apesar da maior disponibilidade em proteínas instalam-se os excessos e consumos de gorduras e açúcar e uma abrupta redução de leguminosas e hortícolas. Surgem as "doenças da civilização" ou "doenças da abundância": doenças cardiovasculares, obesidade, doenças oncológicas, diabetes e doenças de etiologia desconhecida.

RECORDAR AS SOPAS DE PLANTAS SILVESTRES ALIMENTARES IMPLICARIA UMA ASSOCIAÇÃO DIRECTA E ENVERGONHADA AOS ANTERIORES CONTEXTOS SOCIAIS. PORÉM O PESO A (A)PAGAR DESSA MEMÓRIA VIRÁ A ARRASTAR CONSIGO OUTROS SABERES E SABORES.

Passamos a viver num "mal estar pós-moderno" que motivou um ativismo de "soberania alimentar" por todo o mundo. Tal como comentado acerca da obra do historiador italiano Paolo Rossi "Comer: necessidade, desejo, obsessão": «A nossa sociedade afunda-se em paradoxos alimentares, com uma multidão de obesos contrapondo-se a um número praticamente equivalente de famintos, num mundo que há muito já produz muito mais além do que o suficiente para que o estigma da fome não existisse mais sobre a face da terra. A questão, nesse caso, extrapola os limites médicos ou nutricionais e expande-se até ao campo político-ideológico: que mundo desejamos deixar aos nossos descendentes? Um onde exista uma insípida padronização de sabores e hábitos alimentares, fonte de altíssimos lucros para os grandes conglomerados multinacionais, movidos pelo apetite sem limites do capitalismo voraz? Ou um mundo onde sejamos conscientes do nosso consumo e privilegiemos o mercado local, os produtores familiares e a sustentabilidade?»[6]

COMER DA MESMA PANELA?

Aqui chegados podemos com alguma pertinência lançar o repto e questionar se a nova ruralidade que se juntou na Tasca dos Lameiros, partilhando com sinceridade a urgência ecológica e do bem-estar individual, olha para o valor social e para o potencial de transformação que pode residir na relação que aqui abordamos com o recurso silvestre. Essa interrogação é por demais pertinente quando é oficial o enaltecimento e patrimonialização desses recursos endógenos e a sua pertença ao património imaterial da humanidade que foi consagrado em 2013 à dieta mediterrânea. O valor e alcance desse estatuto reconhece os méritos das sopas e dos "jantares" de grão ou de feijão, mas em que sentido e objetivos esse estatuto os promove?

O convívio e partilha na tasca dos Lameiros de um *almoço selvagem* poderá ser sinal vivo de uma nova e dinâmica comunidade rural. Para Patrícia este é um "factor de união, cimento comunitário". Já sobre o uso dos recursos silvestres pesa sobre a ruralidade, território e gentes, um momento decisivo, sobre o qual porém nenhuma outra opção parece ser formulada do que aquela que torna as comunidades reféns da avassaladora e mera gestão mercantil desses recursos. Ajustados com o glamour pastiche e gourmet, a sua gastronomia e o seu uso estão preocupados apenas em apelar ao desenvolvimento turístico e comercial de larga escala. De lado ficam os valores, temperos e identidade que podem realmente cozinhar – apurada e lentamente – uma comunidade e uma identidade de bem comum com o seu lugar. Nem tudo é vendável, como a gratuidade de uma planta silvestre nos recorda.

O momento é de encruzilhada entre os tachos. A "trilogia natureza, gastronomia e lazer no processo de valorização dos territórios rurais" celebra a nova mercadoria que ditará o desenvolvimento local, em função e dependente da procura urbana e turística. E num fechar de olhos somos rapidamente colocados perante uma questão que é um evidente contra-senso: a comida da "fome" passou hoje a prato "gourmet" dos ricos. Um processo de despossessão do comum e da prática livre do alimento que é urgente travar.

OS MISTÉRIOS DA LENTA CADÊNCIA

O reconhecimento pela UNESCO da Dieta Mediterrânica como Património Cultural Imaterial da Humanidade surge em função de um «conjunto das componentes culturais, simbólicas etc. implícitas na derivação grega do conceito de *diaita*, a qual significa estilo de vida, relação entre espírito, corpo e meio ambiente, englobando ainda a produção, comercialização, comensalidade, ritual e simbologia alimentar». Este saber-fazer-cozinhar-comer é nas palavras de Maria Manuel Valagão «o mistério e a lenta cadência, dos que com pouco, fazem muito. De um "pratinho de qualquer coisa" e mais uns "cheirinhos", fa-

«A NOSSA SOCIEDADE AFUNDA-SE EM PARADOXOS ALIMENTARES, COM UMA MULTIDÃO DE OBESOS CONTRAPONDO-SE A UM NÚMERO PRATICAMENTE EQUIVALENTE DE FAMINTOS(…)

SARAMAGOS (RAPHANUS RAPHANISTRUM)
Antigamente, faziam-se sopa de saramagos e da rama da batata-doce. Era de onde a minha mãe fazia sopa, era de saramagos e da rama da batata-doce, aquilo é bom! A sopa era feita como a outra, não é? Mas eu gostava muito de sopa (...) Hoje é que já ninguém come disso, mas era bom!
Testemunho recolhido em Brejos da Carregueira, Alcácer do Sal, por Maria Manuel Valagão e Joana Gomes da Silva.

SOPA DE FEIJÃO COM CARRASQUINHAS (CARDOS: SCOLYMUS HISPANICUS L.)
As carrasquinhas são feitas de várias maneiras. São cozidas, um género de cozido com feijão, mas que se come como uma sopa. Coze-se o feijão e cozem-se as carrasquinhas em separado, porque normalmente as carrasquinhas são um pouco rijas. (...) Depois do feijão cozido, junta-se tudo, põe-se o azeite, os alhos, as cebolas, os coentros e deixa-se apurar. Depois é servido como sopa. Fica uma soma grossa, que se deita em cima de sopas de pão.
Testemunho recolhido no Torrão, Alcácer do Sal, por Maria Manuel Valagão e Joana Gomes da Silva.

ILUSTRAÇÃO **DANIEL VASCONCELOS MELIM / WWW.DANIELVM.COM**

SALADA DE FLORES
Todas as flores das árvores de fruto comestível: Borragem (borrago officinalis); Calendula selvagem (c. arvenses); Rinchões (brássica); Azedas (ozalis cornículata); Violeta (viola odorata); Saramagos (raphanus raphanistrum); Capuchinha (tropacolums majus); Bico de cegonha (exodiums cicutariums); Rosas (familia rosácea) Malva (malvas silvestres); Soagem (echium plantagineums)
Patrícia Caldeira e Sara Quaranta, Fanzine ReCo #2, abril 2016.

SOPA DE BELDROEGAS (PORTULACA OLERACEA L.)
Alourar em azeite cebolas em rodelas, juntar as beldroegas e dar-lhes uma volta. Assim, que estiverem moles, regar tudo com água e deixar levantar fervura; introduzir no caldo umas cabeças de alhos inteiras, a que apenas se retirou a pele branca exterior e as batatas descascadas e cortadas em rodelas grossas. Deixar cozer e, na altura de servir, escalfar um ovo por pessoa e queijinhos secos de cabra, cortados em quartos. Verificar o sal e deitar o caldo sobre fatias de pão duro, que já se encontram no fundo da terrina. A mistura das beldroegas, ovos, queijo e batata é servida à parte, mas come-se tudo junto. Há sítios no Alentejo onde não se inclui a cebola mas reforçam-se as cabeças de alhos. Quer numa versão quer noutra come-se quente.
"Caldos, cozidos e sopas" de José Luís Tirapicos Nunes

O convívio e partilha na tasca dos Lameiros de um almoço selvagem poderá ser sinal vivo de uma nova e dinâmica comunidade rural. CARMEN MARASCHIN

zemos um petisco, e em torno dele erguemos um momento de convivialidade, em que se associa o prazer de "estar à mesa", com o prazer de estar em conjunto. Esse é também um momento de festa, de convívio e de celebração. Há como que um sortilégio, nas relações que as pessoas tecem entre as celebrações, os elementos que lhes servem de mediadores – neste caso os comeres – e o lugar. Por agora são, os "lugares mediterrânicos"»[7]

É essa dimensão cultural e do "lugar" que devemos impor sobre o economicismo da valorização territorial que dita o discurso estanque do desenvolvimento seja ele agro-florestal ou turístico. Não são de somenos importância, é certo, inovações das tradições alimentares locais, ou actividades de descoberta dos territórios, através do lazer gastronómico e de passeios pedestres, todas elas promotoras do desenvolvimento local. Mas de que valem essas estratégias e a fixação de novas gentes nestes lugares, se as suas ervas (os recursos endógenos) são unicamente despachadas para o bistrô lisboeta, sem chegarem a ser amanhadas nas suas cozinhas, nem chegarem a ser parte integrante de um quotidiano a meias com a natureza? De que vale a pena, ou de que valorização e identidade falamos afinal, quando nas novas festas de silarcas, de plantas ou de cheiros que começam a surgir por aqui e ali, a estrela do evento é sempre o chef da moda, master chef de cachet assegurado, cujo brilho apenas ofusca a sabedoria que estará sempre nos fundos das cozinhas e do lume da terra?

A patrimonialização da dieta mediterrânica contém, da sua teoria à prática, diversas *ironias* nos dias que (literalmente) correm: quanto à sociabilidade em torno da mesa na promoção de um estilo de vida mais mediterrânico e uma "cadência de vida mais lenta", por entre a voracidade turística; quanto à passagem da comida de panela às (meia) doses individuais, fáceis de consumir, a qualquer hora e em qualquer lugar; quanto à escassez e declínio da cozinha tradicional, perante uma regulação sanitária e um uniformizado modo de cozinhar; quanto à qualidade e origem dos alimentos (será possível defender sabores locais sem defender produções locais?); quanto à hoje difusa noção de tempo cíclico, na qual os pratos necessariamente reflectiam as produções sazonais; quanto ao aniquilar da multifuncionalidade agrícola, pequena e familiar, perante a intensificação agro-industrial; quanto à perda dos "saberes-fazer" tradicionais e a formatação mecânica do gesto; quanto ao desaparecimento do espaço rural, etc.…

É ESSA DIMENSÃO CULTURAL E DO "LUGAR" QUE DEVEMOS IMPOR SOBRE O ECONOMICISMO DA VALORIZAÇÃO TERRITORIAL QUE DITA O DISCURSO ESTANQUE DO DESENVOLVIMENTO SEJA ELE AGRO-FLORESTAL OU TURÍSTICO.

Para ler e recolher
(sugestões de alguns guias de plantas[8])

"Ervas Silvestres Comestíveis – Guia Prático" (2ª edição, 2015) e **"Frutos Silvestres Comestíveis – Guia Prático"** (2015) de Alexandra Azevedo, Quercus

"Uma Mão Cheia de Plantas que Curam – 55 Espécies Espontâneas em Portugal" (2015) de Fernanda Botelho, Dinalivro.

"Plantas silvestres comestíveis do Algarve" (2015) de Anabela Romano e Sandra Gonçalves, Universidade do Algarve

"**Plantas Aromáticas em Portugal - Caracterização e Utilizações"** (3ª edição, 2014) de António Proença da Cunha, José Alves Ribeiro, Odete Rodrigues Roque, Fundação Calouste Gulbenkian

"Especiarias e Plantas Condimentares – Origem, Composição e Utilizações" (2015) de Proença da Cunha e Odete Rodrigues Roque, Fundação Calouste Gulbenkian

"Planalto da Mourela, uma paisagem a preservar – Guia de campo" (2011), ADERE-Peneda Gerês

"200 Plantas do SW Alentejano & Costa Vicentina" (2014) de Ana Carla Cabrita & Ana Luísa Simões, ed. Autor.

"Wild Flowers of the Mediterraneam" (ed. 2008) de Grey-Wilson, A & C Black Publishers

"Plantas aromáticas e medicinais do Parque Natural da Serra da Estrela. Seus usos tradicionais" (2001) de Ana Sofia Baptista de Oliveira e Rafael Ferrão Neiva, ICN-PNSE

"Ervas, Usos e Saberes. Plantas medicinais no Alentejo e outros produtos naturais" (4ª edição, 2013) de José Salgueiro, Colibri / MARCA.

"Plantas Medicinales – El Dioscórides renovado" (10ª edição 2009) de Pío Font Quer, Ed. Península, Barcelona

"Harmonia das cores, aromas e sabores" (2001) de Zélia Sakai, Círculo de Leitores

8 Selecção de João Gomes para o presente artigo

Todas estas contradições já existiam. A resolução das mesmas dependerá sempre e apenas de como os hábitos quotidianos souberem lidar com elas, e não de qualquer estratégia de *trade marketing* da UNESCO. Pedro Duarte, que neste mesmo jornal nos fala de como o *valor da troca* substituiu o *valor de uso* dos alimentos, comentava a gastronomia popular como «um exemplo de criatividade coletiva capaz de obras 'monumentais' e duradouras (as açordas; tudo o que se faz com a carne do porco ou, na doçaria, com a gema do ovo; etc.) que não são patenteadas para serem posteriormente vendidas, mas que são criadas ao longo de gerações para serem replicadas gratuitamente». A resistência e perduração dessa «cultura da gratuitidade e da abertura a todas as pessoas independentemente da sua condição financeira (por oposição à lógica mercantil, nomeadamente a lógica gourmet)» é, como no caso da recoleção livre dos recursos silvestres, um aspeto fulcral. Hajam pois *almoços selvagens*!

É por tudo isto que as plantas silvestres comestíveis, a sapiência da comida de panela, e a conviavilidade que suscita, significam muito mais que a acalentadora refeição. Nos *almoços selvagens* da Tasca dos Lameiros, a partilha à mesa, misturando os ingredientes da memória do lugar, legado na recolha silvestre do que a terra dá, pelas novas ou pelas gretadas mãos de quem cozinha e de quem come dos pratos que circulam, comporta um significado e um desafio bem maior do não menos dispensável prazer de comer. Animado por uma maior harmonia com a natureza, pela ligação de proximidade e pela celebração da comunidade, significa que de uma nova relação das práticas alimentares resultará inevitavelmente uma mudança social.

/// NOTAS

1 Valagão, M. M. (2007) "Um olhar mediterrânico sobre a gastronomia do Algarve", Lição de Sapiência, Igreja de Estoi, 12 de Maio de 2007, Confraria dos Gastrónomos do Algarve.

2 Centramos o nosso olhar a sul, mas o uso das plantas silvestres está igualmente presente noutras regiões, como por exemplo na Terra-Fria Transmontana, onde a multifuncionalidade de espaços silvestres, parcelas cultivadas e hortas, demonstrou que o uso de plantas silvestres na alimentação tem larga tradição (https://goo.gl/wZDNwf)

3 Valagão, M. M, (2014) "Tradição Alimentar Mediterrânica, Estilos de Vida e Saúde" in "A Dieta Mediterrânica em Portugal: Cultura, Alimentação e Saúde" , Faro.

4 Idem

5 Menasche, R. (2010) "Campo e Cidade, Comida e Imaginário. Percepções do rural à mesa", Ruris, Vol.3., 2 (https://goo.gl/vzVdgh)

6 Recensão de Oliveira, C. M. S. (2015) "Miríades do comer: por uma compreensão ampla do ato de se alimentar", Sæculum - revista de história, 32; João Pessoa (https://goo.gl/JaeYmW)

7 Valagão, M. M. (2007), op. cit.

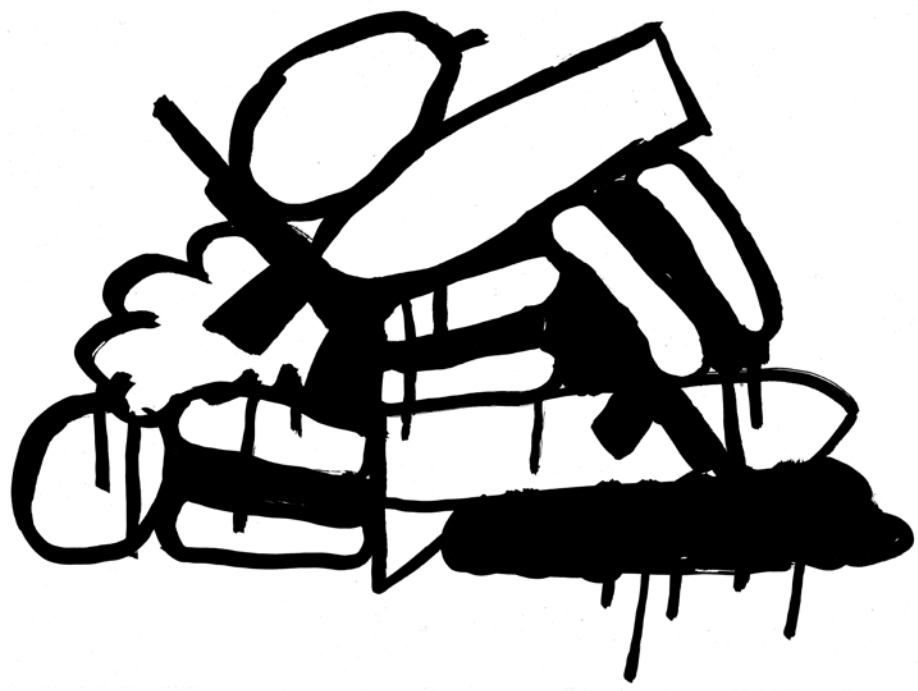
E O ÚNICO TOMOU O LUGAR DO MÚLTIPLO

P. DUARTE
OBEISSANCEMORTE.WORDPRESS.COM

No mundo actual, a redução do espectro alimentar, apesar de cada vez mais acentuada, continua a ser pouco debatida. As dietas mundiais baseiam-se num conjunto cada vez mais reduzido de espécies que, para lá de serem de paladar fácil, são também relativamente simples de produzir, de armazenar e de transportar em grande escala. É o caso do trigo, do arroz, da batata, da maçã ou da banana. As dietas locais e os gostos globalizam-se à medida que um pequeno conjunto de espécies penetra nas gastronomias de todos os países. Em África, a recente importação de latas de tomate concentrado *made in China* tem revolucionado as dietas locais, representando já este fruto 38% do consumo hortícola no Gana. Também neste continente, a importação de arroz asiático tem aumentado a um nível constante ao longo das últimas três décadas, à medida que o consumo de cereais tradicionais vai decaindo fortemente.

A nível mundial, existem hoje 12 espécies de plantas que garantem alimento a três quartos da população, ocupando o trigo 17% da área total cultivada. Se as espécies consumidas são cada vez mais reduzidas, também o são as variedades no interior de cada espécie. Do início ao fim do século XX, o número de variedades de alface produzidas nos EUA passou de 497 para 36. E a FAO estima que menos de 3% das variedades de plantas ao dispor da agricultura estejam a ser hoje utilizadas.

Para o agronegócio, o *aperfeiçoamento* da produção, seja através do uso de nocivos produtos fitofarmacêuticos, seja pela introdução de aditivos indecifráveis para o consumidor ou de modificações genéticas cada vez mais sofisticadas, não tem por meta promover dietas mais ricas e equilibradas, mas dietas cada vez mais rentáveis. As suas práticas destinam-se portanto a garantir a obtenção não de bem-estar, de saúde ou de satisfação, mas de um retorno financeiro seguro. Já em 1989 Debord observava, com a rara precisão que caracteriza as suas análises: "Os prazeres da existência foram recentemente redefinidos autoritariamente; primeiro, as suas prioridades, depois, a totalidade da sua substância. E estas autoridades, que os redefiniam, podiam igualmente a cada instante decidir, sem terem de inquietar-se com quaisquer outras considerações, que modificação poderia ser a mais lucrativa a fazer introduzir nas técnicas do seu fabrico, inteiramente liberta da necessidade de agradar."



BRUNO BORGES

O poderoso fundo de investimentos norte-americano Carlyle investe indiferentemente em produção de armas e de alimentos, dando-se assim a curiosa circunstância de parte dos meios produtivos para nutrir e para matar em massa dependerem hoje dos mesmos investidores.

Os alimentos assumem hoje a forma de mercadorias. Do cultivo à sua distribuição, respondem exclusivamente à lógica da produção e circulação mercantil. Por isso, decisões relativas à produção alimentar não são pensadas e tomadas colectivamente, em função das necessidades específicas e do *know how* empírico das populações locais, subordinando-se pelo contrário ao cálculo egoísta de quem joga no grande tabuleiro da economia global. Se aquele *know how* se ajustava a umas condições ambientais e geográficas únicas, delas permitindo extrair uma grande variedade de recursos alimentares, a vontade dos gestores da economia moderna ajusta-se meramente a imperativos de rentabilidade que desprezam o potencial alimentar de cada região concreta.

Na óptica do gestor empresarial, nada permite distinguir um alimento de outra mercadoria qualquer. A SONAE começou por se dedicar ao processamento de madeiras, e hoje aposta na venda de alimentos como também aposta em hotelaria ou em meios de comunicação. Também o poderoso fundo de investimentos norte-americano Carlyle - que gere um volume global de activos superior a 175 mil milhões de dólares - investe indiferentemente em produção de armas e de alimentos, dando-se assim a curiosa circunstância de parte dos meios produtivos para nutrir e para matar em massa dependerem hoje dos mesmos investidores. É precisamente aqui que reside a irracionalidade central do capitalismo: a sua lógica abstracta de valorização de capital não permite distinguir entre um campo de cultivo e um campo de batalha, na medida em que ambos poderão ser igualmente rentáveis, logo, igualmente úteis.

Tornada uma mercadoria igual a qualquer outra, a comida submeteu-se integralmente às leis do mercado. Deixou portanto de circular por causa do seu *valor de uso*. Não são claramente a riqueza de paladar ou a complexidade de nutrientes que fazem os gestores da SONAE ou da Carlyle interessarem-se pela exploração comercial de um dado alimento, mas tão só o seu *valor de troca*. Para quem investe em comida, a busca da expansão de mercados é infinitamente mais relevante do que a busca de uma alimentação saudável, diversa ou saborosa.

Um dos efeitos da expansão do mercado global é a aproximação dos paladares. Não há praticamente comunidade na Terra onde não se tenha já degustado o hambúrguer ou os refrigerantes norte-americanos, contributos maiores para a massificação cultural, num mundo onde é já na escola primária que se começa a aprender o inglês. A massificação cultural - na música, no cinema ou na alimentação - requer uma uniformização das preferências que favoreça uma produção o menos diversificada possível e ignore a diversidade cultural e biológica que existe em cada região.

Por exemplo, nos hipermercados alentejanos, onde a maioria da população hoje se abastece, deixamos de encontrar dezenas de espécies silvestres locais que até há poucas décadas faziam parte das dietas e representavam uma fonte muito importante de vitaminas, minerais e outros nutrientes: espargos silvestres, beldroegas, cogumelos selvagens, poejos, acelgas, cardos, catacuzes, erva dourada, funcho, hortelã da ribeira, malvas, chicória, etc. A fobia ao amargo, exportada ao mundo pela cultura da *fast food* norte-americana, explica em parte o desinteresse por algumas destas plantas e traduz-se também na crescente indiferença perante legumes de cultivo como endívias, nabiças, couves de Bruxelas ou grelos de nabo, apesar dos enormes benefícios que o amargo traz à saúde. Outra explicação, mais simples, tem que ver com o facto de as espécies silvestres não se adequarem aos critérios industriais de selecção, como produtividade, calibre, conservação ou transporte. Também o progressivo afastamento das pessoas em relação ao meio natural terá uma palavra a dizer neste desinteresse, pois, à medida que as populações se concentram no meio urbano, as paisagens campestres, e as possibilidades alimentares que elas representam, tornam-se inacessíveis e até enigmáticas.

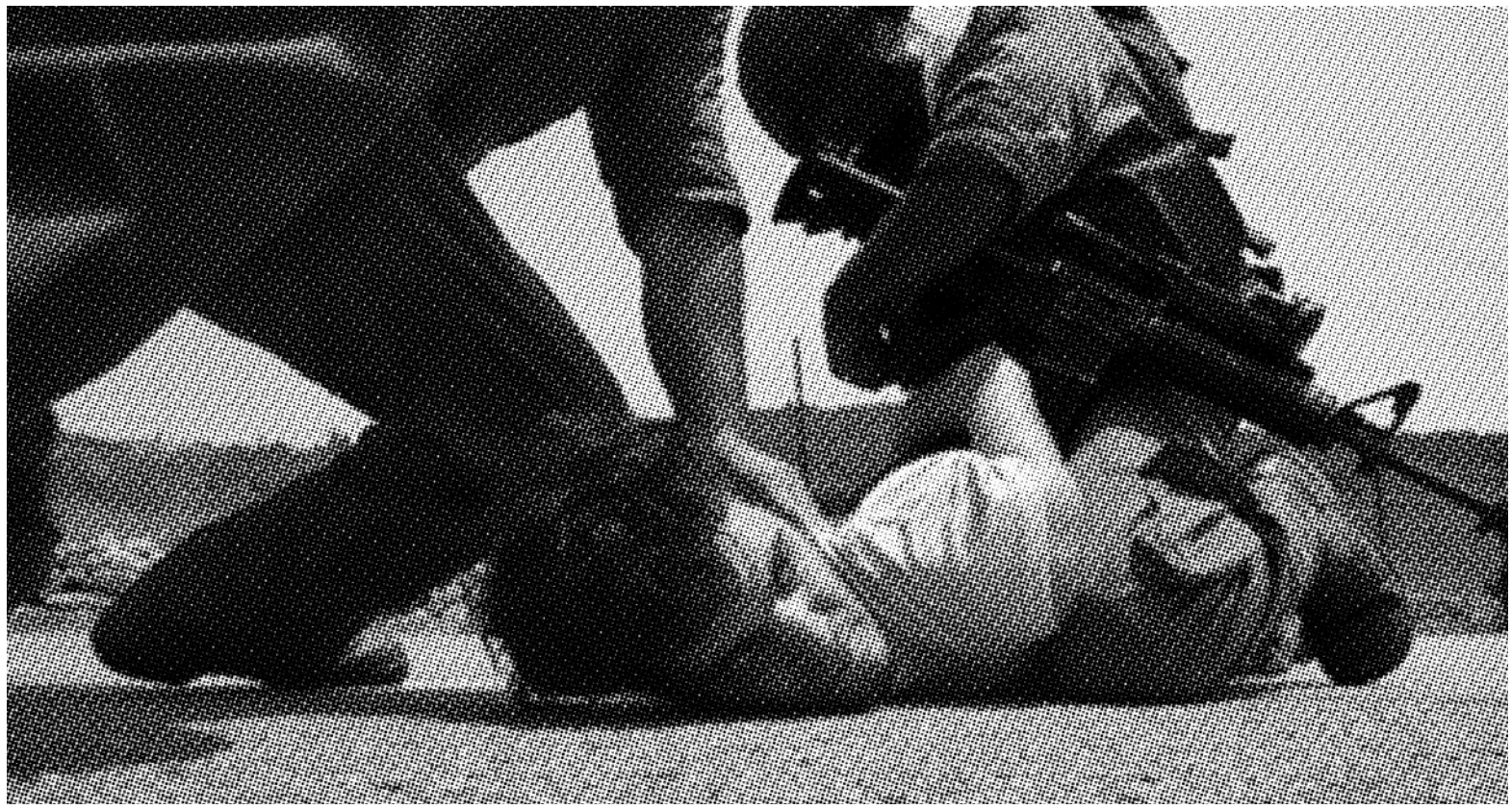
Uma recolha de receitas gastronómicas feita há poucos anos no concelho de Portel registava uma diversidade de pratos de açorda que, por si só, concorria com a diversidade de receitas que a fast food norte-americana disseminou pelo planeta.

Uma recolha de receitas gastronómicas feita há poucos anos no concelho de Portel registava uma diversidade de pratos de açorda que, por si só, concorria com a diversidade de receitas que a *fast food* norte-americana disseminou pelo planeta. Nessa lista, constavam açordas de alface, de alho, de beldroegas, de cação, de espinafres, de favas, de poejos, de peixe do rio, de salsa e cebola e de tomate, prova de que um concelho de seis mil habitantes onde ainda prevalecem práticas culinárias que não se orientam para o mercado, nem são por este determinadas, pode concorrer, em diversidade gastronómica, com a principal nação capitalista do planeta. É que, para as cozinheiras de Portel que contribuíram para a recolha, os únicos limites são os da criatividade, enquanto os robôs nas cozinhas de *fast food* se encontram limitados pela tarefa de *satisfazer* paladares que biliões de dólares gastos em publicidade fizeram por unificar. E são precisamente os comportamentos monótonos destas máquinas, mais bem adaptadas do que as cozinheiras de Portel à produção massificada, que tornam a frase de Michel Serres, que serviu de título a este artigo, paradigmática no momento em que nos encontramos, em que "o único toma o lugar do múltiplo".

Cogumelos comestíveis da Serra de Monfurado, Alentejo.

P. DUARTE

Fragmentos epistolares do insustentável desaparecimento da Palestina na construção da utopia sionista chamada Israel.



GISANDRA OLIVEIRA

Dorot, Junho 2014
Cara amiga
(…) Escrevo-te no maior desespero. (…) Quase todas as pessoas minhas amigas fugiram para o estrangeiro, estão detidas, feridas ou morreram (…). Por vezes, não sei como encontrar força para continuar, mas reencontro as ruínas da minha infância e ganho coragem (…)
Amor&Anarquia
RR

Gaza, Maio 2015
Cara amiga,
(…) soube que o Marianne ia passar por Portugal. (…) estas flotilhas são raios de esperança. Olhamos para o mar como se fosse uma salvação num horizonte escurecido por barcos militares. Será desta vez que nos vamos encontrar?
(…)
Saudações amistosas
N.

"A Palestina é uma causa ingrata, (…) não se ganha nada com ela a não ser opróbio, injustiça e ostracismo (…)" dizia-nos Edward Said e agarro-me a estas palavras pela força que transmitem. É uma causa ingrata, certo, mas humanamente necessária, mesmo se o desespero e a impotência podem vir a ser os sentimentos mais prementes desta causa. Entretanto, olho para o mundo que nos rodeia e parece que tudo ganhou molas. São tantos pulos festivos televisados que nos alheiam cada vez mais da mais pequena possibilidade de real, mas poucas pessoas parecem sofrer de enjoo colectivo. Passaram seis anos desde que estive na Palestina e todos os dias chegam as mesmas notícias de horrores, mortes, violências, detenções, injustiças. Limpo os olhos dos sentimentos e parece que o futuro mais certo para o povo palestiniano é o mesmo que o do povo índio dos EUA. Nisto, Jean-Luc Godard foi premonitório ao apresentar a comparação no seu filme *Notre Musique* (2004). O que resta quando o registo se sobrepõe às pessoas? Apenas indivíduos, com histórias de vida, de dor, de agonia. Neste momento, parece haver apenas dois caminhos mais realistas ainda que o segundo requeira ainda muito trabalho: a reserva ou a igualdade, i.e., algo semelhante ao que se passou na África do Sul, um território povoado por pessoas com direitos iguais. Havendo tanto ou pouco mais para acrescentar partilho excertos de uma correspondência entre 2011 e 2017, com pessoas profunda e totalmente envolvidas na causa palestiniana. S., N., R. e B., duas mulheres e dois homens com histórias de vida, de luta, de detenção e de morte entrelaçadas com factos e políticas.

Dorot, Outubro 2015
Olá querida amiga,
Este último ano, tem sido difícil. Não tenho tido nem tempo, nem força ou disposição para me juntar às manifestações semanais em An Nabi Saleh. Olho para a minha vida como algo de estranho, quase alheio. Olho para a minha vida e um rasgo de terror me atravessa. Somos tão poucos. Com este tumor cerebral, quanto tempo tenho… muitas dúvidas… até me passou pela cabeça poder ter sido envenenado. Será de todos estes químicos que apanhei? gases? águas fedorentas? que será das outras pessoas? este estado de Israel estará a matar-nos a todas?… Sim, lembro-me do dia em que nos conhecemos. Agarrei o teu braço no meio da cegueira e do sufoco numa nuvem de gás na estrada que vai até An Nabi Saleh em 2011 para te afastar da bomba de gás pimenta. Aos soluços, numa voz ofegante, perguntaste-me de onde era e respondi-te "infelizmente israelita". Sim, lembro-me. Vi uma mistura de dor e terror nos teus olhos vermelhos. Sei que para mim nem fazia sentido, não há israelitas e nesta parte do mundo só deveria de haver seres humanos… todos palestinianos.
Sim, gostava de ir a Portugal. Em breve, espero poder juntar-me às manifestações semanais em An Nabi Saleh e continuar o meu trabalho com o movimento BDS, LGBT. Há sempre gente nova a aparecer e ainda bem, porque somos poucos, tão poucos… umas 50 pessoas que se envolvem contra o muro, contra as colónias, contra o roubo das terras e das fontes. 50 pessoas não pode ser. Não podem ser só 50 que sentem o rumor do sangue e da injustiça. Pergunto-me por vezes se as fazemos fugir, mas sei que as pessoas têm medo, porque somos aquelas que são traidoras do estado de Israel… "self-hating jews"… e nem posso dizer que sou israelita, nem posso dizer que infelizmente sou israelita. Sabes, cresci no kibutz Dorot perto de Gaza. Havia umas ruínas palestinianas perto de Dorot, mas quando perguntei o que eram, nunca me explicaram o que se passara ali. Procurei saber mais e descobri que estávamos a viver em terras roubadas. Isto mudou tudo (…). Que sou eu neste micro mundo? Só conheço a dor quotidiana dos palestinianos, as brutalidades, as mortes, enquanto aquelas pessoas, que supostamente são como eu, cantam alegremente no topo das colinas desfraldando a bandeira azul e branca. Ano após ano, mudam os nomes das localidades, legitimam as atrocidades e no entanto, parece que o mundo ocidental ainda acredita que as utopias estão em marcha e que a mais avançada é Israel. A ideia do kibutz como uma comunidade autónoma, igualitária e democrática baseada em princípios de partilha só se definiu na exclusão do Outro, fechou-se. Qualquer espaço fechado ultrapassa a utopia para ser um pesadelo. O mundo passou a ser uma série de prisões delimitadas pelas fronteiras, muros, cercas, todas conectadas por estradas protegidas e reguladas pelo estado e o capital. (…)

Amor&Anarquia!
RR

///

Ramalá, Setembro 2012
Cara amiga
Saúde para ti, a tua família e os teus entes mais próximos e queridos.
O meu trabalho com a ONU continua, pesa-me por vezes mas encontro sempre força. Tenho acompanhado vários grupos de estrangeiros a todos os locais de resistência não violenta que conheces. Explico-lhes o que se passa e faço a ponte com os comités de resistência. (…)
Continuamos a sofrer a lei militar. A única que se aplica e mais nada. (…)

S.

Al-Walaja, Dezembro 2013
Cara amiga
Espero que estejas bem assim como a tua família.
Aqui, em Al-Walaja, a situação está cada vez pior. Cada vez mais oliveiras arrancadas, mais estradas a serem construídas. Já muitas terras foram roubadas

a Al-Walaja e Beit Jala quando construíram os colonatos de Gilo e Har Gilo. Agora estão a ligar os colonatos entre si e Jerusalém. Perdemos todos os acessos às fontes que são importantíssimas para o trabalho no campo e para a vida quotidiana. Cada vez mais expansão dos colonatos. Herdei esta luta dos meus avós, na altura, já grande parte das terras de Al-Walaja tinham desaparecido. Entretanto o muro foi sendo construído, cada vez mais perto da aldeia. Casa e quintas de amigos e família ficaram totalmente separadas. Impossível ir visitar os meus tios, os meus primos os meus amigos. Depois a tabuleta com o nome da aldeia foi retirado. Voltamos a colocar uma tabuleta e cada vez a nova tabuleta era retirada. Começámos a fazer manifestações contra a eliminação da nossa aldeia. O muro acercava-se a construção de novas estradas isolaram-nos totalmente. Os soldados são cada vez mais violentos. Há dias em que nem podemos sair de Al-Walaja. Por vezes bloqueiam as estradas e os acessos privados às várias casas. Trabalhamos noite e dia para retirar o entulho amontoado pelos soldados. Claro, depois há retaliação. Os soldados entram nas nossas casas durante a noite. Aterrorizam as crianças. Prendem os nossos jovens sem razão. (…)

Saudações amistosas
B.

///

Beit Sahour, Março 2016
Cara amiga
(…)Tenho andado a fazer um trabalho de pesquisa sobre as forças e estratégias de resistência ao longo dos tempos. Entretanto, tenho sentido a presença da polícia palestiniana cada vez que me desloco. Receio o pior, mas continuo a escrever, continuo a mobilizar e a trabalhar com os comités de resistência. Nem sei como conseguimos nos coordenar. Fico sempre fascinado com as possibilidades da solidariedade, da criatividade, da força que irradia mesmo na dor da perda, das feridas e da morte. (…) A Palestina é um microcosmo do mundo, a sua história é a da humanidade. O que acontece aqui é um indicador do que vai acontecer pelo mundo.
(…) Recuperei a antiga máquina de costura dos meus pais e à noite cosemos ou consertamos bandeiras palestinianas. (…)

B.

///

Ramallah, Abril 2016
Cara amiga
(…) escrevo-te para dizer que B. foi detido pelas forças palestinianas. Ultimamente, todo o seu trabalho estava voltado para as formas de luta contra a Autoridade Palestiniana que ele considera como um poder opressor e colaboracionista com o governo de Israel.
(…) Só espero poder voltar a vê-lo.

Saudações
S.

///

Gaza, Janeiro 2017
Cara A. P.
Sou Naima, prima da N.. Infelizmente, escrevo-lhe para lhe dizer que a N. está presa há 3 meses. Não temos qualquer contacto com ela, nem sabemos onde ela está. Receamos o pior. Foi apanhada na quinta dos nossos tios onde foi passar uns dias para ajudar no trabalho do campo. Algo se passou. Os soldados começaram a disparar. Toda a gente se atirou para o chão, mas de súbito, N., num surto de valente desespero, ou raiva, apanhou umas pedras e começou a avançar em direcção aos soldados. De repente estava rodeada de soldados, uns saíram da torre, outros passaram a rede e num instante ela estava no chão, a cara enfiada na poeira, um joelho no pescoço. Já nem se mexia, quando lhe amarram as mãos e lhe enfiaram um saco na cabeça. O seu corpo pequeno e frágil foi transportado para o automóvel.
(…) Apesar de todas as nossas tentativas, ainda não sabemos nada dela. Não sabemos onde está detida, porquê, com que acusação. Nada. Contactamos várias associações que trabalham para os detidos, mas ainda não conseguiram apurar nada. Ouvimos tantas atrocidades sobre o que se passa nas prisões. Percebemos que N. não está sozinha, tantas outras mulheres, tantas pessoas detidas sem acusações, sem veredicto, sem julgamento, tantas pessoas nas masmorras. Dizem ser medidas de prevenção, chamam-lhe detenção administrativa.

Saudações cordiais,
Naima

///

Ramallah, Março 2017
Cara amiga
(…) Era o que receava. B. foi assassinado pelas forças israelitas. Depois de ter sido detido pela polícia palestiniana em Abril, andava escondido. Encontraram-no em al-Bireh e foram duas horas de tiroteio. Disseram que estava a planear ataques terroristas contra Israel. Que disparate!
Foi executado. Deixo-te as suas últimas palavras:
"Saudações do nacionalismo árabe, da pátria e da libertação.
Se está a ler isto, significa que morri e que a minha alma ascendeu junto do seu criador. Rezo a Deus que o encontrarei voluntariamente e sem relutância com um coração sem culpa e livre de qualquer hipocrisia. É difícil escrever os meus últimos desejos. Durante anos, os últimos escritos dos mártires sempre me deixaram perplexo. Eram curtos, rápidos, sem grande eloquência. Não saciavam a nossa sede de encontrar respostas ao martírio. E agora estou a caminhar para a morte certa satisfeito por encontrar as minhas respostas. Que estúpido fui! Haverá algo mais eloquente e mais claro do que a acção de um mártir? Deveria ter escrito isto há vários meses, mas o que me impediu foi que esta questão é para vocês, pessoas vivas, e por que deveria eu responder em vosso nome? Procurai as respostas por vós próprios, porque nós, os habitantes dos túmulos, tudo o que procuramos é a misericórdia de Deus."
(…)

Saudações amistosas
S.

///

No *Atlas da Utopia de 2017* publicado pelo *Le Monde*, Denis Charbit conclui o seu artigo sobre o sionismo da seguinte maneira: "*A paz e a reconciliação com os palestinianos, o contrato social a refazer com os palestinianos de Israel, a preocupação de igualdade para com o estrangeiro que reside nas nossas portas, quer seja refugiado político quer trabalhador imigrante, o contributo a exigir das religiões monoteístas para favorecer o viver juntos, a mistura das tradições e das culturas do Oriente e do Ocidente… a utopia ainda não disse a sua última palavra em hebraico.*" São de facto belas e grandes palavras que se esquecem que o sionismo desde os seus primeiros passos por terras palestinianas até agora é aquele que dizimou aldeias inteiras, que criou mais de 700 000 refugiados em 1948, outros cerca de 300 000 refugiados em 1967. É aquele que iniciou o cerco mortífero à faixa de Gaza em 2007 e que lançou ataques de horror, sobre uma população de cerca de 1,85 milhões de habitantes totalmente encurralados, em 2008-2009 com a Operação "*Cast Lead*"; em 2012 com a Operação "*Returning Echo*"; em 2014 com a Operação "*Protective Edge*". É aquele que, em 2001, começou a construção de um muro de 8 metros de altura e com mais de 760 km de comprimento. Todas as resoluções da ONU passadas, quer pelo Conselho de Segurança, quer pela Assembleia Geral, já têm um lugar poeirento reservado nos arquivos da História. Todas as discussões para a paz no Médio Oriente estão inscritas nos anais dos fracassos controlados. É de facto o maior fracasso político de todos os tempos. Se a consciência mundial individual e colectiva não acordar com o movimento BDS (Boicote, Desinvestimento e Sanções), o único que agora ainda pode garantir a conquista de direitos iguais para as pessoas que vivem naquele território e derrubar o poder neocapitalista sionista, o povo palestiniano fixar-se-á no documentário e nas viagens turísticas organizadas pelas futuras reservas do exotismo oriental. Se não houver pressão e acção internacionais que neguem os princípios teocráticos e racistas do estado de Israel, o mais certo destino do povo palestiniano é aquele do povo índio: as reservas, os museus, o documentário.

o sionismo desde os seus primeiros passos por terras palestinianas até agora é aquele que dizimou aldeias inteiras, que criou mais de 700 000 refugiados em 1948, outros cerca de 300 000 refugiados em 1967. É aquele que iniciou o cerco mortífero à faixa de Gaza em 2007 e que lançou ataques de horror, sobre uma população de cerca de 1,85 milhões de habitantes totalmente encurralados(...)

Imagem de *Notre musique* (2004) de Jean-Luc Godard

Tantas vezes vai o cântaro à fonte

TEXTO E FOTOS **NICOLÁS D.**

No momento em que escrevo estas linhas leio "notícias" que chegam da Venezuela; uma série de supostas verdades que cada bando luta por difundir dentro e fora do país, através de meios de comunicação comprados ou dependentes do poder económico e governamental. No entanto, ao aprofundar a leitura destas notícias e opiniões, é impossível não sentir um mal-estar interno e uma grande confusão ao verificar que um dos países mais ricos em recursos de toda a América atravessa, quiça, a maior crise económica, social e política da sua história e, definitivamente, a pior do séc XXI. E este seria o século onde supostamente nós, venezuelanos, viveríamos no paraíso do autodenominado "Socialismo do século XXI", conceito messiânico que de tanto ser repetido se esvaziou completamente de conteúdo, convertendo-se num mero artefacto propagandístico.

Desde o instante do desaparecimento físico da figura de Hugo R. Chávez Frías, que se manteve no controle do governo venezuelano do início de 1999 a Março de 2013, a luta pelo poder nesta nação sul-americana não teve trégua, desvendando uma ambição desmedida da parte dos dois lados protagonistas no conflito. Nada de novo debaixo do sol, em detrimento de um povo que dia a dia foi assistindo à complicação das suas condições de vida. Encontrar alimentos tornou-se cada vez mais complicado devido à escassez provocada pela baixa produção (para não dizer nula) do país. Mas a culpa desta situação pode atribuir-se tanto ao governo actual como aos governantes entre 1958 e princípios de 1999, já que tanto ontem como hoje a economia venezuelana se agarrou à dependência petrolífera e à importação de todo o tipo de mercadorias, onde garantia avultados lucros à classe empresarial e política, destruindo por completo toda a iniciativa de produção local. A tão desastrosa estratégia deve acrescentar-se a acumulação de riqueza por parte de sectores empresariais que apostam no caos, bem como uma péssima distribuição de alimentos, feita pelo Estado, nos denominados CLAP (Comité Local de Abastecimento e Produção), que deveriam oferecer aos cidadãos produtos alimentícios com o objectivo de tentar paliar a crise actual, embora eles acabem nas mãos de revendedores graças a negócios e corrupção dos responsáveis do Estado e da Guarda Nacional. Estes *negociantes* são conhecidos como "Bachaqueros", pessoas que exploram o próximo em benefício próprio e das máfias de que dependem para conseguir os produtos.

Mas não é tudo; há ainda a procura desesperada por parte do "indivíduo comum" de medicamentos que não existem, a carência de produtos básicos nos hospitais públicos e, claro, uma insegurança crescente que ambos os sectores políticos atribuem a "criminosos", de forma abstracta, sem alargar a reflexão ao porquê de tantas pessoas a viverem do crime: (resultado da crise reinante, bem como do trabalho levado a cabo por grupos organizados de direita com o objectivo de gerar caos). Resumindo, sem alimentos, medicamentos, cuidados médicos e uma situação de insegurança permanente, os habitantes da Venezuela vivem actualmente num estado de stress e tensão social à beira do colapso.

Neste contexto esquerda e direita têm mantido o mesmo jogo de interesses apostando a vida dos seus apoiastes de forma a manter as quotas de poder. Já em 2014 foram apresentadas uma série de propostas a nível nacional resultantes do descontentamento crescente pelas péssimas decisões políticas a nível económico e social tomadas pelo actual presidente Nicolás Maduro, e foram organizadas manifestações, conhecidas como "guarimbas", de que resultaram 43 mortes entre as duas partes envolvidas.

Desde o instante do desaparecimento físico da figura de Hugo R. Chávez Frías, que se manteve no controle do governo venezuelano do início de 1999 a Março de 2013, a luta pelo poder nesta nação sul-americana não teve trégua,

Os protestos acalmaram, mas a tensão política manteve-se durante todo o ano de 2015, no qual seriam realizadas as eleições parlamentares onde saiu vencedora, em dezembro, uma coligação de partidos de direita (democratas-cristãos, centro-direita e socialistas moderados), a denominada "Mesa da unidade democrática" (MUD). Esta vitória eleitoral é alcançada através de uma agressiva campanha de propaganda mediática, na qual oferecem a promessa demagógica, e legalmente impossível de cumprir, de derrocar Nicolás Maduro nos seis meses seguintes através de um Referendo Revogatório. Conseguiram um total de 122 assentos perante os 55 obtidos pelo Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV) e seus aliados, resultado que se pode classificar como a primeira grande derrota do chavismo durante os seus —até áquela data— dezassete anos de governo, vendo ser-lhe retirado o poder legislativo; embora tenha conservado o poder executivo e judicial.

A derrota do governo abriria caminho a uma maior divisão entre a população dando lugar a uma actitude triunfalista a nível das bases apoiantes da direita, mas na cúpula política podia facilmente observar-se como dois grupos supostamente antagonistas pactuavam mantendo os negócios instalados. Desta forma a oposição poderia continuar a receber financiamento, nacional e internacional, e o regime oficial conservava as quotas de poder e as empresas estatais mais importantes da economia do país.

Entretanto, os preços do petróleo caem para o seu mais baixo nível nos últimos 12 anos arrastando a economia nacional, que tem no crude 96% do seu sustento, fazendo disparar a inflação e exponenciando o mercado paralelo do dólar[1].

Perante esta situação Nicolás Maduro justifica a crise com uma "guerra económica" ou "guerra não convencional" declarada pelo sector empresarial aliado do MUD que, segundo argumenta, procura desestabilizar a nação para capitalizar o descontentamento contra o autodenominado "processo bolivariano". E, enquanto presidente, assina um decreto especial de "Emergência Económica", que permitiria ao governo ditar as medidas que considerava necessárias, das quais se destacam as seguintes:

· Dispor de recursos não executados do orçamento de 2015 para pagar os gastos dos programas sociais, financiar a recuperação do investimento em infraestruturas a curto prazo e o abastecimento de alimentos e produtos essenciais.

· Decretar recursos excepcionais à administração pública para serem usados na saúde, educação, alimentação e habitação.

· Aplicar medidas especiais para reduzir a evasão fiscal.

· Modificar os procedimentos e requisitos para a importação de mercadorias, assim como os trâmites de câmbio para garantir a importação de bens.

· Requerer a empresas do sector público ou privado o aumento dos seus níveis de produção.

· Adoptar todas as medidas necessárias para garantir o acesso da população a alimentos, medicamentos e outros bens de primeira necessidade.

Este decreto teria uma duração de sessenta dias que, após cumpridos, foram renovados, mas não se mostrou suficiente para travar a crise crescente. Pelo contrário, a sensação que promove é a de que o prolongamento dos prazos decretados não teria outro fim que não fosse delapidar o que restava do património do país. De referir que os resultados nacionais apresentavam uma inflação anual de 141,5% (em Outubro de 2015) e a inflação acumulada para os primeiros nove meses do mesmo ano era de 108,7% (segundo dados do Banco Central da Venezuela).

Em meados de 2016 é assinado o novo decreto onde se aprova a exploração mineira numa zona de aproximadamente 114 mil quilómetros quadrados, localizada a sudeste da Venezuela, mais especificamente no estado Bolívar. Este documento abria as portas de um dos ecossistemas mais ricos em espécies de flora e fauna e simultaneamente um dos mais frágeis do planeta, a mais de 150 corporações mineiras de origem russa, canadiana, britânica, sul-africana, estado-unidense, chinesa e australiana. Mais que uma solução representaria um desas-

tre ecológico e social, destruindo bosques e rios, além de obrigar à deslocação de várias povoações indígenas, que nem consultadas foram. "*Misteriosamente*", a maioria de direita nada apontara a esta nova medida do Governo Nacional, e com o seu silêncio assegurava a participação no imensurável negócio. Temporariamente desviou-se a atenção dos problemas sociais e criou-se o Ministério do Poder Popular do Desenvolvimento Mineiro Ecológico: mais um *elefante branco* do gigante aparelho burocrático do governo bolivariano: 31 ministérios, o governo da capital da nação, seis vice-presidências e duas "empresas públicas", PDVSA e Corpoelec.

Sob a bombástica declaração de que a "*Venezuela certificará a maior reserva de ouro, cobre, coltan e diamantes do mundo*", inicia-se um processo que não libertando o país do já esgotado modelo de dependência do petróleo, criará nova forma de dependência, agora de mineração, desviando-se o rumo de uma aposta essencial em modelos produtivos. Paralelamente ao novo ministério é criada a Companhia Anónima Militar de Indústrias Petrolíferas e de Gás(Caminpeg), para que toda a zona fique nas mãos de políticos e militares, com tudo o que isso pode implicar. A MUD e os seus elementos, ao verificarem que não teriam a participação desejada neste projecto, apontam toda a artilharia numa nova investida contra os poderes executivo e judicial, abrindo uma guerra sem trégua nas redes sociais que ficaria conhecida como "*guerra de quarta geração*".

Os acontecimentos aceleram; o Poder Executivo e o Conselho Nacional Eleitoral (CNE) acordam que não se realizem as eleições regionais correspondentes de 2016, com o objectivo de evitarem a possível segunda derrota eleitoral do chavismo. Elucidativas as declarações de uma das principais vozes do Governo ao afirmar: "*Estamos a viver uma situação de emergência nacional (…) as eleições não são um direito fundamental, o direito humano fundamental é a alimentação, são os medicamentos, é a saúde*". A Assembleia Nacional verificando que a opção de tomar o poder por via eleitoral se dilui, declara-se em rebeldia. Nesse momento o Tribunal Supremo de Justiça(TSJ), debaixo do controle da cúpula governante, decide limitar ou eliminar a imunidade parlamentar dos deputados da NA, para que em seguida seja o poder judicial a assumir as competências do poder legislativo podendo assim invalidar as decisões da assembleia.

Iniciam-se as acções de rua da parte da oposição, alegando a ruptura do fio constitucional e a consumação de um golpe feito pelo Estado ao Parlamento. E para aquecer ainda mais os ânimos a Procuradora Geral da República, pertencente às fileiras chavistas, declara que o TSJ não pode dissolver a Assembleia Nacional, levando o Estado a voltar

atrás com a medida de dissolução da assembleia. Mas será tarde demais; uma vez que os protestos se haviam multiplicado e as ruas já estavam nas mãos da oposição.

Esta nova onda de manifestações inicia um novo périplo para o povo Venezuelano, que se enfrenta em batalhas de rua conforme as simpatias pelos grupos no poder e pelos meios de comunicação públicos e privados, ambos cúmplices seja pelo seu silêncio, seja pela manipulando informativa. Entra então em cena a Organização de Estados Americanos(OEA), solicitando a aplicação da Carta Democrática a uma Venezuela já com menos influência noutros organismos como o MERCOSUR. As tentativas de aplicação desta Carta, falharam até agora por falta de consenso dentro do organismo, instaurando-se um ambiente de divisão entre os seus membros, com os argumentos contra o governo da Venezuela a serem liderados por países como a Argentina, Brasil, Canadá, Colômbia, Estados Unidos, México e Paraguai, aos quais a diplomacia venezuelana riposta contra-atacando, acusando-os de demagogia uma vez que não solicitaram a aplicação da mesma Carta aquando das crises sociais e de direitos humanos nos seus próprios países.

O presidente anuncia, no 1º de Maio, um aumento salarial de 60%, procurando com essa medida populista acalmar os ânimos, o que se revelaria tarefa impossível devido à inflação. Para se ter uma ideia, o preço do chamado "cesto básico"(necessidades alimentares para uma família ou grupo de cinco pessoas) chegara durante o mês de Março de 2017 ao exorbitante valor de 772 614,30 bolívares, enquanto o aumento salarial proposto situava o salário mínimo em 65 021 bolívares.

A crise venezuelana apresenta-se como uma luta de poderes que procuram impor duas únicas opções de "projecto ideológico e económico", onde os que se encontram fora das mafias político-partidárias serão os mais prejudicados. De um lado a direita mais conservadora, juntamente com a Igreja e determinados grupos empresariais, nacionais e internacionais, que procuram recuperar os lucros perdidos utilizando o descontentamento popular gerado a partir da crise crescente e da corrupção descarada, e conseguem conquistar grande parte do eleitorado chavista desiludido com Nicolás Maduro a quem vêm como traidor das ideias do seu "Comandante Eterno", assim como angariar novos apoiantes, cansados de um cenário autoritário e de incerteza político-social. Do outro lado um governo claramente autoritário, com controle total sobre os meios de produção e sobre as Forças Armadas, que mantêm doutrinadas, eliminando todo o sentido crítico e, especialmente, qualquer vestígio de autocrítica, impondo assim lealdade a um grupo de apoiantes do "Ideal Bolivariano, Chavista e Socialista"; abstracção que cada vez se verifica mais vazia convertendo-se num mero artifício retórico.

Mas porque é que esta crise que parece ser insustentável demora tanto tempo a resolver-se? Como é que Nicolás Maduro e o seu séquito ainda se mantêm no poder?

É indubitável que manter um certo número de empresas fundamentais, o controle total das Forças "revolucionárias, socialistas e sobretudo chavistas" permitiram ao governo agarrar-se ao poder, mas é também inegável que a falta de credibilidade dos líderes da oposição, repleta de lideranças efémeras, tíbias ou inexistentes, tem sido um dos grandes aliados do poder oficial. Outro aspecto que também não atrai a população descontente é a tentativa de arrastar figuras famosas do mundo do espectáculo, ou empresários jovens e bem sucedidos, herdeiros da mais rância oligarquia venezuelana e cuja verborreia aparece repleta de um discurso classista e racista. No entanto, um dos maiores factores contra a oposição venezuelana é a ausência absoluta de uma proposta coerente para devolver o país à superfície após o naufrágio.

Actualmente os protestos mantêm-se. Certos pontos das cidades ardem, especialmente zonas onde habita a classe média—ainda que se comecem a estender a bairros mais pobres— e nos confrontos já se contabilizam 52 mortos e um imenso número de feridos. A repressão policial e militar cresce dia a dia e às vidas humanas perdidas soma-se a destruição; ambulâncias, veículos civis, transportes públicos, veículos militares, centros de saúde, escolas, bem como escritórios do governo e esquadras incendiadas, linchamentos populares e todo o tipo de episódios quotidianos de violência.

Perante tal situação o Poder Executivo permitiu à CNE marcar uma data para a realização de eleições autárquicas. No entanto a oposição exige agora a marcação de eleições conjuntas, autárquicas e legislativas, assim como a realização de um referendo revogatório ao presidente, para assegurar o fio constitucional e o fim dos protestos.

Que opções reais se vislumbram desde uma perspectiva libertária?

O pensamento libertário na Venezuela, cheio de altos e baixos, tem em frente um novo desafio, que é saber movimentar-se dentro desta confusão e tentar aportar o melhor de si a um colectivo cada vez mais confuso, delapidado, vexado e enraivecido. Tem a tarefa imensa de aguentar as investidas de um socialismo de estado inflexível, cada vez mais totalitário, e também as investidas de um capitalismo selvagem que se cansou de ver como eram distribuídas as riquezas do país querendo recuperar o que já lhe pertencera.

Nos colectivos libertários impera a necessidade de fixar uma postura clara contra o Estado, sem se encostarem à direita. É necessário atacar o Estado a partir de uma postura antiautoritária, procurando destruir o que ele representa: controle, miséria e opressão. Importante será atribuir um sujeito real ao ideário anarquista, onde a teoria se torne tangível, formando alianças reais com as comunidades, conhecer os problemas que enquanto indivíduos e colectivos também nos afectam, fomentar práticas que funcionem como referência a novos projectos, apresentar propostas e soluções baseadas no apoio mútuo e na solidariedade.

É urgente coordenar acções com pessoas e colectivos que compreendam que a única opção real que se apresenta é a consolidação de estruturas e movimentos sociais que ajudem à criação de novas formas de organização, dando prioridade à produção e ao desenvolvimento de meios que a permitam. É preciso desmontar o aparelho e a concepção de uma economia dependente em quase todos os sectores. Estabelecer uma posição forte contra o abuso dos corpos repressivos do Estado mediante o uso da acção directa, deixando claro que se realizam desde uma visão libertária, para impedir que algum dos pólos tente capitalizar essa luta. Que se promova a contra-informação recordando às pessoas que não é necessário que lhes digam o que fazer com as suas vidas a partir de uns escritórios recheados de burocratas alheios à sua realidade. É imprescindível que aqueles que possuem o Poder e aqueles que o desejam, compreendam que não necessitamos deles e não os queremos e que seremos sempre seus antagonistas, atacando-os qualquer que seja a hora ou lugar. Não basta mostrar os dentes, se é necessário teremos que morder.

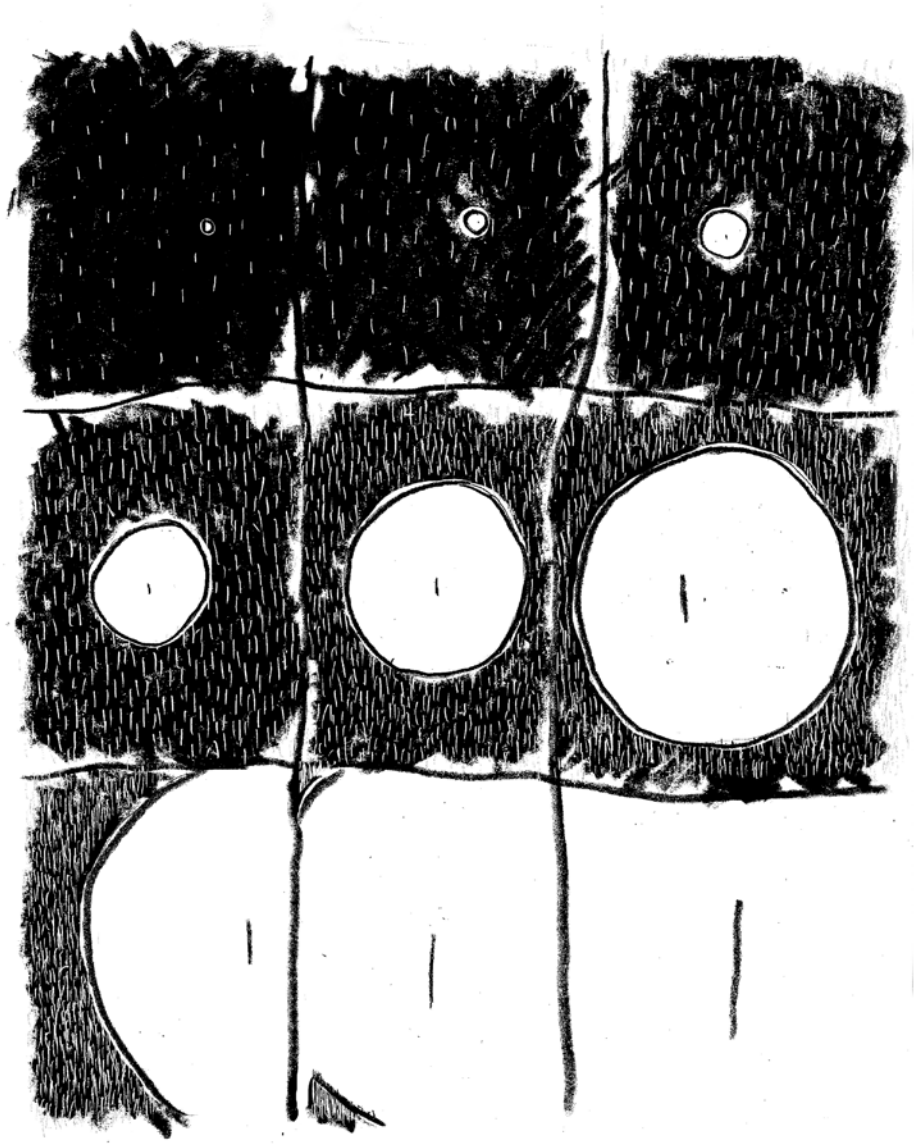
/// NOTAS

1 A Venezuela detém o controle de câmbio, mas a obtenção de divisas a um preço subsidiado é muito difícil e limitada, o que criou um mercado paralelo no qual um dólar chegou a situar-se até 12 vezes acima da taxa oficial atirando o preço dos produtos em geral para valores exorbitantes em relação ao salário médio do país.

Mas afinal, o que é o transhumanismo? E quem são os transhumanistas?

II Parte

κοινωνία



CATARINA SANTOS

Uma das fases porventura menos conhecida da genealogia do **H+** é o cosmismo russo. O propulsionador deste movimento é Nikolai Fedorov (1828-1903), que fazia seminários informais no Museu Rumiantsev de Moscovo. O cosmismo pode ser interpretado como o resultado do sincretismo dum xamanismo autóctone de origem eslava com o misticismo derivado do cristianismo ortodoxo, com o interesse das classes altas russas pela tradição maçónica, as ciências ocultas, os Rosacruz e o esoterismo europeu, tudo misturado num molho de sabor positivista(1). Personagens notórias como Dostoevkji, Solov'ov, Tolstoj, Gorsky, Chekrygin e Murav'ev aderiam com entusiasmo ao projecto ou à nossa tarefa comum, que segundo Fedorov era nada menos que a ressurreição física dos mortos através de meios científicos. Para isto acontecer todos os humanos, deixando-se às costas as diferenças ideológicas ou religiosas, deveriam unir-se como irmãos e irmãs na luta contra a morte. O Czar, enquanto bom pai-autocrata, deveria ser o guia político da realização da síntese da trindade: deus, homem e natureza. Pensamento e acção fundir-se-ão, assim como religião, ciência e arte. Pois o saber deve ser entendido não como objectivo, nem como subjectivo, mas como projectivo: mundo natural e ideias são dois pólos dum único projecto que é preciso reconhecer e dirigir. Todos os indivíduos devem tornar-se filósofos-ativistas, conscientes do destino comum de todas as vontades e actividades particulares. Neste ecumenismo cientista haverá uma mobilização geral, voluntária, na guerra contra a natureza. Os exércitos deverão juntar-se nesta guerra, transformando-se numa força experimental pela libertação da humanidade, adaptando todas as armas em instrumentos do bem-estar humano: Fedorov refere, como exemplo, a descoberta feita por certos cientistas americanos da possibilidade de causar a chuva disparando com canhões para as nuvens. Ainda, Fedorov sustinha que era preciso conquistar o espaço sideral, para reencontrar as partículas dispersas dos antepassados, e que a colonização de outros planetas era necessária para estes serem destinados à habitação e uso dos ressuscitados. Pois segundo Fedorov os biólogos do futuro iriam conseguir sintetizar os corpos humanos, modificando-os para os tornar aptos a viver em condições extremas: corpos que deverão por exemplo dispensar a reprodução sexual e que deverão evitar alimentar-se de matéria orgânica, também para evitar que se nutram das partículas dos antepassados, que, entretanto, serão objecto de manipulação por parte de animais miudíssimos dotados de potentes microscópios. Este projecto de um paraíso terreno interplanetário passava, segundo Fedorov, pela reforma dos museus, que de lugar de conservação antiquária deviam torna-se em escolas-laboratórios-templos da arte científica e sagrada da ressurreição dos mortos. Com este objectivo último, os museus interactivos assim entendidos servirão para armazenar e processar todas as informações disponíveis sobre os defuntos. Fedorov promoveu ainda a extensão do pensamento a todas as forças materiais, até chegar àquilo que ele definia como psicocracia, uma unificação de matéria e espírito capaz de instilar a consciência em todas as funções materiais, conduzindo assim o homem a olhar deus cara a cara.

Apesar de ter-se na altura recusado, por óbvias razões, a publicar as suas ideias, para um olhar contemporâneo, Fedorov apresenta-se mais próximo dos projectos tecnocientíficos actuais do que poderemos pensar à primeira. De facto, menos púdicos do que ele, abundam na literatura contemporânea novas versões destas bizarras visões futuristas. Basta pensar no actual engenheiro chefe da *Google*, Ray Kurzweil, que mediante a digitalização do património bibliotecário mundial e a recolha e tratamento dos dados dos usuários da rede pretende obter algoritmos que funcionem como a mente humana, a fim de conseguir instilar a consciência na matéria. Kurzweil afirma explicitamente querer ressuscitar o seu pai, e para tal conservou meticulosamente todos os fragmentos escritos e de outro tipo do seu querido defunto[2]. Reparem que a *Google* está a estabelecer parcerias com as maiores bibliotecas, museus, fundações e institutos do mundo (além de com laboratórios, empresas, universidades e ministérios públicos), segundo uma linha estratégica que o Fedorov teria aprovado com entusiasmo. E com o objectivo declarado de arquivar e analisar a memória colectiva à espera que daí surja a nova etapa da evolução, a máquina sapientíssima. A partir da página do *Google Cultural Institute* de Paris (que merece uma espreitadela, também pelo estilo interactivo e pelos gráficos), ficamos a saber que as parcerias espalhadas pelo planeta fora são mais de mil (fartei-me de contar depois do primeiro milhar). Para uma reconstrução da história dos museus que funde a teoria do Gramsci da luta para a hegemonia cultural com a as análises da "governamentalidade" do Foucault vejam-se os estudos do Tony Bennett[3]. Kurzweil fundou em 2008, com Peter H. Diamandis, a *Singularity University*, cujos cursos de formação intensiva podem custar dezenas de milhares de dólares. O que nos interessa aqui a respeito de Kurzweil não é, como é óbvio, a discutível validade científica da maioria das suas propostas, mas a função catequista e doutrinal em favor da ideologia do desenvolvimento tecno-económico ilimitado desempenhada por esta e outras personagens do mesmo teor. Como se pode ler na página web, a *Singularity University* «*is a benefit corporation that provides educational programs, innovative partnerships and a startup accelerator to help individuals, businesses, institutions, investors, NGOs and governments understand cutting-edge technologies, and how to utilize these technologies to positively impact billions of people*»(http://singularityu.org/).

Outra espantosa analogia reside na tentativa de decifrar por meios tecnocientíficos o código da vida. Pois, há que referir que a *Google*, desde 2008, deixou de ser apenas um dos grandes monopólios do mercado informático, passando a investir na investigação biomédica também: veja-se a propósito a empresa *23andME*, ou o projecto *Google Genomics* que se propõe implementar soluções biotecnológicas inovadoras mediante a análise computacional da informação genética de milhões de indivíduos. Graças à aplicação dos sistemas de bases de dados, ou seja, graças ao armazenamento e processamento de uma quantidade humanamente ingerível de dados genéticos e biomédicos, está-se a criar uma "Internet-do-ADN" que viabilizaria a substituição de uma biologia artesanal, de pequena escala, para uma nova à escala industrial. O sonho da longevidade, e por que não, da imortalidade, é o objectivo explícito da *Calico*, outra empresa fundada pela *Google*. E isto num panorama cultural que entre as outras aberrações tem visto J. Craig Ventor, um pioneiro no sequenciamento do genoma humano, proclamar na revista *Science*, a 2 de Julho de 2010[4], ter conseguido realizar a vida sintética, ou vida artificial, ou seja, uma bactéria cujo genoma natural tem sido substituído por um cromossoma obtido em laboratório. Entretanto, no ano passado o *Human Fertilisation and Embryology Authority* (HFEA) inglês tem autorizado a criação de embriões humanos geneticamente modificados[5].

Para apreciar devidamente este recente acontecimento e o canto das sereias **H+** nele contido, será preciso desaguar noutro trilho das suas labirínticas origens: eis o que leva ao encontro de três personalidades activas no contexto cultural anglo-saxónico e cuja influência foi marcante na formação da chamada nova síntese da biologia moderna. Pois a primeira ocorrência histórica do termo **H+** encontra-se em *Religion without revelation*, uma obra de 1927 do Julian Huxley (1887-1975), destacado biólogo evolucionista, primeiro director da UNESCO e membro fundador do WWF. Nas palavras do Huxley o homem tem sido nomeado administrador da maior de todas as empresas, a empresa da evolução, uma tarefa à qual não se pode subtrair, sendo um destino inevitável, e quanto antes se dê conta e comece a acreditar nisto, tanto melhor para todos aqueles que estão nela envolvidos. Para Huxley quando houver um número suficiente de pessoas a dizer "acredito no **H+**,

então a espécie humana estará no limiar de um novo tipo de existência, finalmente cumprirá conscientemente o seu verdadeiro destino. Convicto propagador da eugénica, avisou que a espécie humana pode, se o quiser, transcender-se a si própria e não apenas esporadicamente, um indivíduo aqui, num modo, um indivíduo acolá, noutro modo mas na sua inteireza, enquanto humanidade. Faz falta um nome para esta nova fé. Talvez o termo **H+** sirva: o homem que fica homem, mas que se transcende a si próprio, realizando novas possibilidades da sua natureza humana e para a sua natureza humana".

Outro destacado biólogo britânico, o comunista John B. S. Haldane (1892-1964), será alistado nesta curta genealogia do **H+** por ter avisado durante uma palestra sua, sucessivamente publicada com o título *Daedalus, or Science and the Future* (1924), que o inventor é como uma sorte de Prometeu, cuja obra é inevitavelmente destinada a ver-se acusada de constituir uma ofensa aos deuses (isto é, aos supersticiosos valores estabelecidos). Neste sentido é previsível que as possibilidades da biologia, como a ectogénese, a saber, a geração de seres humanos em laboratório, ou o controle da evolução mediante mutações dirigidas (engenharia genética), ou ainda, o controle das paixões, dos sentimentos e da imaginação mediante métodos farmacológicos, irão enfrentar incómodos obstáculos morais. Ainda outra notável voz cujo canto no coro dos preconizadores do **H+** é preciso escutar é a do John D. Bernal (1901-1971). Marxista e simpatizante filo-soviético, especialista em cristalografia aplicada à biologia molecular, proporcionou diversos contributos científicos em âmbito militar. Bernal publicou em 1929 *The World, the Flesh and the Devil. An Enquiry into the Future of the Three Enemies of Rational Soul*. Nesta obra Bernal elabora com grande detalhe tanto a proposta de colonizar o espaço quanto a oportunidade para o homem do futuro de enxertar dentro de si os engenhos tecnológicos ou de alterar quimicamente o corpo: o humano porvir disporá de um órgão para sentir as ondas rádios; olhos com vista aos raios X, infravermelhos e ultravioletas; ouvidos ultra-sónicos; órgãos capazes de detectar os potenciais eléctricos; poderá controlar as máquinas com a própria vontade, tendo estabelecido com elas uma relação simbiótica e uma comunicação etérea; neste sentido haverá máquinas-órgãos para manipular e reparar outros órgãos-máquinas. Os seres humanos vindouros serão produzidos por via ectogenética e terão duas fases de existência, uma larval, não especializada, semelhante à nossa, e uma de crisálida em que subirão à instalação de novos órgãos e de novos sentidos, fase completada por uma reeducação. A visão do Bernal é interessante no que tem de antecipação das mais recentes propostas **H+**. Pois imagina um pluralismo existencial em que cada indivíduo poderá escolher as possibilidades evolutivas e as melhorias que mais lhe agradam. Pode acontecer, continua Bernal, que nem todos aceitem o facto de o humano natural ser um beco evolutivo sem saída e, em consequência disso, seguir-se-á um cisma entre os humanizadores e os mecanizadores. Estes últimos, prosseguindo a própria evolução tecno-orgânica no espaço, acabarão por olhar a Terra como um zoo humano. Nesta ascensão do ciborgue os cérebros conectar-se-ão até criar um organismo colectivo em que as lembranças serão partilhadas e a comunicação deixará de enfrentar os obstáculos da linguagem. As emoções serão finalmente controladas e induzidas voluntariamente de forma a favorecer o desempenho das diversas tarefas. Como Trotskij, também Bernal, recolhendo o legado da tradição racionalista do iluminismo, vai apontar nos sentimentos escatológicos expressos na religião uma das grandes limitações humanas que é preciso ultrapassar por meios tecnocientíficos. Agora, bastante curioso, é de notar como, inadvertidamente, o materialista marxista acabe por imaginar o desfecho do percurso evolutivo como dando, à maneira do jesuíta de Chardin, em seres etéreos, massa de átomos a comunicar por radiações, até que finalmente dissolver-se-ão em pura luz...

CATARINA SANTOS

Foi com o vislumbrar destes imaginários que Aldous Huxley (1894-1963), irmão do Julian e amigo do Haldane, concebeu a sua novela distópica *O admirável mundo novo* (1932): a engenharia social dos dez governadores do mundo seguram o conformismo da população, mantida apaziguada e contente com o condicionamento psicológico e com as biotecnologias, a começar pela gestação artificial das crianças em clínicas da fertilidade nas quais, aos membros das castas inferiores, durante o crescimento, lhes é limitado o desenvolvimento físico e intelectual mediante uma calibrada falta de oxigénio. Além disso, a propaganda age durante o sono através de vozes gravadas que repetem os mandamentos da religião fordista da eficiência, e todos são persuadidos a acreditar que a casta à qual pertencem é a melhor; e por fim, há drogas diversificadas para todas as circunstâncias, tanto produtivas quanto lúdicas.

Mas os proclamados ciber-artistas e bio-artistas de hoje sugerem-nos ir procurar no movimento futurista do começo do século XX uma outra fase de gestação do **H+**. Antecipando a cultura da propaganda mediática e da publicidade, os futuristas italianos cunharam frases altissonantes do tipo lançar o desafio às estrelas, reconstruir o universo, criar o homem mecânico com partes intercambiáveis. Em 1910, num período em que os efeitos cumulativos do desenvolvimento tecnológico já eram espantosos, sai *L'Uomo Moltiplicato ed il Regno della Macchina*, no qual Filippo Tommaso Marinetti (1876-1944), que posteriormente aderirá ao fascismo, descreve como objectivo dos futuristas preparar a iminente e inevitável identificação do homem com o motor, num mundo porvir em que a velocidade levará o ser humano a dotar-se de órgãos inesperados, adaptados a um ambiente feito de choques". Marinetti, com outros, almejava a realização dum antropóide mecânico que conjugue instintividade dionisíaca e progresso tecnológico, um homem-máquina sem desgaste, quase eterno, libertado das exigências, tarefas, e limites intrínsecos da condição biológica: para preparar a formação do tipo não humano e mecânico do homem multiplicado mediante a exteriorização da sua vontade, é preciso diminuir a necessidade de afeito, pois o ciborgue será naturalmente cruel, omnisciente e combativo[6]. No *Manifesto della ricostruzione futurista dell'Universo* (1915), Giacomo Balla e Fortunato Deplero afirmaram que irão encontrar os equivalentes abstractos de todas as formas e de todos os elementos do universo, e logo os combinaremos segundo os caprichos da nossa inspiração, construindo milhões de animais mecânicos, para a maior das guerras.

No horizonte actual a hibridação bio-mecânica, sobretudo bio-informática, largou as amarras do imaginário literário e artístico para entrar a fazer parte dos objectivos declarados de numerosos programas de investigação científica[7]. A possibilidade de ligar ou inserir no suporte biológico do corpo vários tipos de dispositivos tecnológicos é vista por muitos como uma práctica desejável. Levantam-se, contudo, questões e inquietações pelo facto de o estatuto da práctica médica se estar a transformar de uma abordagem preventiva, como no caso da medicina chinês, ou de uma abordagem terapêutica, numa abordagem onde aquilo que se ambiciona é remediar os danos ocorridos e reduzir o sofrimento do doente, em um tipo de intervencionismo melhorativo que, segundo a estratégia retórica utilizada das pares oportunidades, estará ao dispor dos indivíduos-consumidores, deixados livres de aceder ao mercado do potenciamento bio-tecnológico, e que na práctica estará apenas ao alcance da minoria dos mais abastados, além dos fanáticos e dos mercenários. Perante o actual contexto de desmoronamento do estado social e dos sentimentos de solidariedade - contexto em que há sempre mais pessoas a verem-lhes negados os cuidados de saúde básicos - e perante as multidões de pessoas que ainda morrem pelo mundo fora por causa das doenças da miséria artificialmente produzida, as ulteriores desigualdades acarretadas pelas clínicas-oficinas da tecno-medicina neoliberal deixam entrever cenários ainda mais sombrios. Além disso, num panorama em que as agências militares governativas, como a DARPA, e os centros de I&D (Investigação e Desenvolvimento) multiplicam o panteão de drones e máquinas robóticas, assim como as experiências de manipulação genética e de hibridação tecno-orgânica, a complacência dos artistas contemporâneos com as instituições parece-nos dar mais um contributo corporativo à irradiação e à aceitação conformista do imaginário **H+**.

/// NOTAS

1 G. M. Young, The Russian Cosmist. The esoteric futurism of Nikolai Fedorov and his followers, Oxford University Press, Oxford, 2012.

2 R. Kurzweil, The Age of Spiritual Machine, New York, Viking 1999; The Singularity is Near. When Humans Transcend Biology, New York, Viking, 2005; How to Create a Mind: The Secret of Human Thought Revealed, New York, Viking, 2012.

3 T. Bennett, The Exhibitionary Complex, em «new formations», N. 4, Spring 1988; Thinking (with) Museums; From Exhibitionary Complex to Governmental Assemblage, em A. Witcomb, K. Message, (Eds), The International Handbooks of Museum Studies: Museum Theory, John Wiley & Sons, Ltd. Published 2015.

4 D. G. Gibson, et. al., Creation of a Bacterial Cell Controlled by a Chemically Synthesized Genome, em «Science», Vol. 329, Issue 5987, 02 July 2010 - http://science.sciencemag.org/content/329/5987/52/tab-pdf

5 https://www.theguardian.com/science/2016/feb/01/human-embryo-genetic-modify-regulator-green-light-research

6 Autores Varios, I manifesti del futurismo, Edizioni di «Lacerba», Firenze, 1914.

7 H. Kempf, La révolution biolithique: humains artificiels et machines animées, Paris, Albin Michel, 1998; H. Martins, Experimentum Humanum, Civilização Tecnológica e Condição Humana, Lisboa, Relógio d'Agua, 2011

"O que os europeus comem está misturado com o sangue dos índios"

Líder guarani kaiowá em Portugal para denunciar genocídio dos povos indígenas no Brasil

Chama-se Ládio Veron – ou Ava Taperende, "pequeno caminho luminoso" na língua do povo Guarani Kaiowá. Foi em Lisboa, a mesma cidade que em 1500 viu partir a frota de Cabral, que o índio terminou um longo périplo pela Europa. A sua missão: denunciar o "genocídio" do seu povo e buscar apoio à luta pelas suas terras e pelos seus direitos.

FRANCISCO COLAÇO PEDRO
FRANCISCOCOLACOPEDRO@GMAIL.COM

"Estamos fartos de ver nossas terras devastadas, nossos rios envenenados, nossos líderes assassinados, nossas crianças morrendo". O cacique Ládio Veron repetiu a denúncia em universidades, associações e parlamentos por toda a Europa. "Tinha de vir aqui, gritar e trazer essa tristeza profunda do meu povo."

Foi no passado 7 de Junho que o líder guarani kaiowá terminou em Lisboa uma viagem de denúncia e de esperança. Os amigos que por cá fez esperam-no hoje a salvo na sua aldeia de Takuara, no Mato Grosso do Sul. Eis a região brasileira com maiores índices de violência contra os povos indígenas: nos últimos 15 anos já foram assassinados 400 índios. Um deles, o pai de Ládio, cacique Marco Vero, ao regressar duma viagem semelhante na Europa em 2003, foi morto em frente à própria família.

Ládio saiu às escondidas do Brasil. "Não dá para divulgar que um indígena sai de lá para vir falar. Pedi aos jornalistas que não publicassem nada até eu ter passado a metade do oceano". Enquanto viajava na Europa, recebeu ameaças de morte, e na sua terra natal mais três líderes guarani kaiowá foram mortos. "Eu não tenho medo. Talvez amanhã não esteja aqui, mas outras pessoas vão continuar a nossa luta. O importante é denunciar esse sofrimento todo."

Na raiz do sofrimento guarani kaiowá: o agro-negócio. No interior brasileiro, a floresta é dizimada para o lucro dos grandes latifundiários e grupos económicos. As tribos indígenas vêem as suas terras dar lugar a monoculturas de soja, milho, açúcar e eucalipto.

"Aquilo que os europeus comem está misturado com o sangue dos índios", denuncia Ládio Veron. "Estão fazendo produto podre, transgénico, que está vindo para a Europa." O cacique lembra ainda que são bancos europeus a financiar essas indústrias.

"Aquela terra é nossa. Ali vivemos de geração em geração. É uma terra sagrada: ali foi enterrado nosso antepassado, ali teve rezas, ali está o nosso futuro. Por isso a gente não abre mão. Somos seres humanos, queremos viver do nosso jeito. E poder educar nossos filhos do nosso jeito de ser kaiowá. A gente tinha tudo. Pesca, caça, mel, medicina, lenha. Hoje, o índio sobrevive na linha de comboio, na beira da estrada, na periferia da cidade. Sem terra, sem nada."

A FAIXA DE GAZA BRASILEIRA

Um "verdadeiro faroeste". Para Ládio Veron, na região de Mato Grosso do Sul "não tem lei para o pobre, o negro, o índio, o quilombola." Aqui, os latifundiários são apoiados pelo exército e por paramilitares. "Estão matando o meu povo com caneta, com envenenamento, com bala."

Desde que em 1953 o povo Guarani Kaiowá foi expulso das suas terras e levado para pequenas áreas de confinamento. Somam-se descrições de crianças sofrendo à beira das estradas, famílias vivendo debaixo de lonas, sem água potável nem terra para cultivar. Segundo a organização Survival International, na última década pelo menos 53 crianças guaranis morreram de fome.

Os Guarani Kaiowá, uma das mais de 300 etnias indígenas no Brasil, são o grupo que regista a mais alta taxa de homicídios e suicídios no país – 34 vezes superior à média nacional. Desde 2000, a cada semana suicidou-se pelo menos um indígena guarani. "Aparecem jovens mortos pendurados na cerca ou em madeiras à beira da estrada. Mas muitos são assassinatos disfarçados", denuncia Ládio Veron.

O direito dos indígenas às suas terras ancestrais e aos seus costumes foi finalmente reconhecido na Constituição Brasileira de 1988 – mas a realidade não se alterou. Nas últimas décadas os guaranis vêm ocupando o território que lhes tinha sido roubado e somam 46 áreas retomadas.16 delas foram homologadas como terra indígena, mas nem assim os sucessivos governos reconhecem o direito guarani sobre elas.

A região é hoje conhecida como a Faixa de Gaza do Brasil e é um exemplo da violência e injustiça sobre os povos indígenas por todo o país, o continente e o mundo. Um relatório acabado de publicar pela ONU denuncia que um activista ambiental foi morto por semana no Brasil nos últimos 15 anos – o maior nível registado no mundo – e alerta que os povos indígenas estão particularmente ameaçados.

Os governos de Lula e de Dilma, eleitos com um discurso favorável às populações mais desprotegidas do país, "vieram recolher votos, mas não fizeram nada", acusa Ládio. "Foram os que menos terras indígenas demarcaram. Venderam as nossas terras para as grandes empresas."

Mas com Michel Temer e o actual governo golpista, a situação tornou-se ainda mais dramática. Um antigo general do exército é o novo director da Fundação Nacional do Índio (FUNAI). No congresso nacional, um dos mais conservadores da história, dominam os ruralistas e os evangélicos, apelidados de Bancada BBB: "bíblia, boi e bala".

A dia 25 de Abril deste ano, enquanto em Portugal se cantavam versos sobre uma "terra da fraternidade", no Brasil a polícia lançava bombas de gás contra os índios que marchavam em direção ao Congresso Nacional. Os indígenas resistiram atirando flechas, ao som de cantos xamânicos, contra revólveres e espingardas. O Acampamento Terra Livre, que decorreu em Brasília para exigir a demarcação de terras, foi uma das maiores mobilizações indígenas da história do país, com uma nova geração de líderes e mais de quatro mil índios de todo o Brasil.

"O BRASIL NÃO FOI DESCOBERTO"

"Quem falou que descobriu o Brasil? O Brasil não foi descoberto. O Brasil tinha dono."

Foi com a chegada dos navegadores portugueses que teve início a barbárie que Ládio Veron veio agora denunciar. Os guaranis seriam então três milhões, vivendo em comunhão com a floresta tropical numa área de 350 mil quilómetros quadrados. Os seus territórios foram a partir do século XVI alvo de disputas entre Portugal e Espanha, e a população constantemente assediada por missões jesuítas que queriam catequizá-la como por colonos que queriam escravizá-la – um milhão de guaranis kaiowás poderão então ter sido capturados.

Hoje há cerca de 50 mil guaranis no Brasil. "Foi muito massacre. Cada governo que passe deve isso para nós. Não queremos dinheiro, queremos aquele pedaço de terra para sobreviver."

Numa das apresentações no GAIA em Lisboa, lembrava um participante: "a actual exploração de recursos, destruição de ecossistemas e apropriação de terras enormes são a continuação de um sistema implantado pelos portugueses. É estranho que não tenhamos relação nenhuma com os ameríndios. É resultado do colonialismo que se ensina na escola, dum trabalho no Estado Novo que continua hoje. Duma relação paternalista e duma noção de progresso que considera os índios povos atrasados." Hoje, dizem os activistas, a solidariedade é urgente, e os povos indígenas têm muito a transmitir aos ocidentais. Em Maio teve lugar no Teatro Maria Matos em Lisboa o ciclo "Questões indígenas: Ecologia, Terra e Saberes Ameríndios", que propunha "pensar em solidariedade com os indígenas na América do Sul enquanto conhecemos as suas culturas ou lutas políticas" e abordar "formas de viver em conjunto que diferem do modo que ali tem sido imposto pelo projeto colonial".

"Estas primeiras tentativas de diálogo com estruturas ameríndias são relações históricas", diz o mesmo participante; "É impressionante que só tenha acontecido este ano!"

Para a Survival Internacional, "os povos indígenas são os que melhor cuidam das suas terras." Em 2015, as palavras da ativista ambiental hondurenha Berta Cáceres inspiraram pessoas por todo o mundo: "Despertemos, Humanidade! Já não há tempo!", disse a líder indígena do povo Lenca ao receber o Prémio Goldman, considerado o "Nobel do Meio Ambiente". "As nossas consciências serão sacudidas pelo facto de estarmos simplesmente a contemplar a depredação capitalista, racista e patriarcal. A Mãe Terra militarizada, cercada, envenenada, onde se violam sistematicamente os direitos elementares, exige-nos que actuemos. Construamos sociedades capazes de coexistir de forma justa, digna e pela vida." Um ano depois, Berta era assassinada.

Durante a sua viagem, Ládio Veron plantou mais de cem mudas de árvores e deixou o apelo: "Que cada um de nós plante dois pés de árvores. Que cada um possa sensibilizar para a causa guarani kaiowá, escrever para a embaixada brasileira e para o governo do Brasil."

Da Europa, levou a promessa de ajuda com equipamentos que permitam aos índios comunicar com o mundo e denunciar as violações nas suas terras. Esta será a primeira vez que há uma rede europeia para trabalhar com os Guarani Kaiowá, e está-se a organizar um primeiro grande encontro que levará ao Mato Grosso do Sul diversos observadores europeus.

"A gente não tem arma, nem queremos lutar com arma. Só queremos que a constituição seja cumprida: queremos a demarcação das terras indígenas. Senão, vamos entrar e tomar tudo de uma vez. Vamos lutar até ao fim. Dando a mão um para o outro, nós vamos conseguir sair desse sufoco."

Resistência ameríndia: ecologia, terra e saberes

Agora que *um mundo sem natureza* já passou a estar na agenda do capitalismo, através do geo-construtivismo da Terra resultante do Capitaloceno – extremando-se assim o projecto de Descartes de a espécie humana se tornar «dona e possessora» de todos os processos naturais –, adquire carácter de urgência a ligação com o pensamento dos que não se encaram como exteriores à natureza, mas sim como parte intrínseca dela. A r*elação de conhecimento* com os povos indígenas faz parte deste caminho.

JÚLIO HENRIQUES

«Questões indígenas» trouxe a Portugal, pela primeira vez, um painel de empenhados antropólogos e activistas de vários países sul-americanos, e um combativo porta-voz das comunidades indígenas brasileiras, Ailton Krenak. Dividido em duas partes (5-7 e 25-27 de Maio), o encontro «Questões indígenas: ecologia, terra e saberes ameríndios» incluiu palestras e debates, apresentação de filmes e uma extraordinária peça de teatro, *Pájaro*, da dramaturga, encenadora e actriz chilena Trinidad González. Este encontro, organizado no contexto da Lisboa Capital Ibero-americana de Cultura, foi programado por Liliana Coutinho, com consultadoria da antropóloga portuguesa Susana Viegas.

Foram jornadas empolgantes. Pela primeira vez pudemos ver-nos perante um diálogo vivo com o pensamento ameríndio, que em Portugal pouca ou nenhuma atenção tem merecido, ao contrário do que acontece noutros países europeus. Não será aliás inútil registar que a informação sobre este encontro foi boicotada por quase todos os média, apesar da notícia difundida pela Agência Lusa; mas o Teatro Maria Matos esteve sempre cheio.

Abriu a parte dedicada a «debate e pensamento», no dia 5, o etnólogo americanista Eduardo Viveiros de Castro, professor do Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e autor de grande reputação internacional, para abordar, numa palestra intitulada «Os involuntários da pátria», o conceito e a condição de «indígena» no mundo actual, a partir do caso brasileiro.

«Ser indígena é ter como referência primordial a relação com a terra em que nasceu ou onde se estabeleceu para fazer sua vida, seja ela uma aldeia na floresta, um vilarejo no sertão, uma comunidade de beira-rio ou uma favela nas periferias metropolitanas. É ser parte de uma comunidade ligada a um lugar específico, ou seja, é integrar um "povo". Ser cidadão, ao contrário, é ser parte de uma "população" controlada (ao mesmo tempo "defendida" e atacada) por um Estado. O indígena olha para baixo, para a terra a que é imanente; ele tira sua força do chão. O cidadão olha para cima, para o Espírito encarnado sob a forma de um Estado transcendente; ele recebe seus direitos do alto.»

O palestrante ligou desde o início a sua análise etnológica à gravíssima situação política no Brasil no respeitante às comunidades ameríndias: «Há uma guerra em curso contra os povos índios do Brasil, apoiada abertamente por um Estado que tem por obrigação constitucional proteger os índios e outras populações tradicionais, e que seria (que é) sua garantia jurídica última contra a ofensiva movida pelos donos do Brasil, a saber, os "produtores rurais" (eufemismo para "ruralistas", eufemismo por sua vez para "burguesia do agronegócio"), o grande capital internacional, sem esquecermos a congenitamente otária fracção fascista das classes médias urbanas. Estado que, como vamos vendo, é o aliado principal dessas forças malignas, com seu triplo braço "legitimamente constituído", a saber, o executivo, o legislativo e o judiciário.» Esclarecendo depois: «Mas a ofensiva não é só contra os índios, é contra muitos outros povos indígenas. Devemos começar então por distinguir as palavras "índio" e "indígena", que muitos talvez pensem ser sinónimos, ou que "índio" seja só uma forma abreviada de "indígena". Mas não é. Todos os índios no Brasil são indígenas, mas nem todos os indígenas que vivem no Brasil são índios. Índios são os membros de povos e comunidades que têm consciência – seja porque nunca a perderam, seja porque a recobraram – de sua relação histórica com os indígenas que viviam nesta terra antes da chegada dos europeus. Foram chamados de "índios" por conta do famoso equívoco dos invasores que, ao aportarem na América, pensavam ter chegado na Índia.»

Ligação fundacional com a Terra

Rodrigo Lacerda, investigador português da Universidade Nova de Lisboa que trabalha sobre o ci-

«a complexidade de um mundo social que continua intimamente relacionado com os primórdios do agir humano e, por isso, com uma riqueza cosmogónica que os povos «avançados», atomizados em indivíduos, perderam há muito».

nema indígena no Brasil, apresentou o projecto precursor intitulado *Vídeo nas Aldeias*, que desde a década de 1980 desenvolve uma acção colaborativa com povos indígenas e organiza oficinas de formação de cineastas, visionando-se dois trabalhos modelares, *Espírito da TV*, de Vincent Carelli e Dominique Gallois, uma reflexão sobre a imagem, e *Bicicletas de Nhanderú*, de Ariel Duarte Ortega e Patrícia Ferreira (Keretxu), sobre a apropriação da imagem por comunidades indígenas.

Intervieram no dia 6, sobre o tema «Da relação com a terra», Alejandro Reig, investigador venezuelano da Escola de Antropologia da Universidade de Oxford, Elisa Loncon Antileo, etnolinguista mapuche da Universidade de Santiago do Chile, e Luisa Elvira Belaunde, antropóloga peruana de formação europeia, actualmente investigadora na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Estas três conferências abordaram múltiplos aspectos da ligação fundacional com a terra (e com a Terra) de vários povos ameríndios, mostrando a profunda intimidade que estes estabelecem com o cosmo, os solos e os outros seres, a começar pelos humanos, abrangendo dimensões físicas e metafísicas, actividades práticas e estéticas, a língua como «língua da terra» e vivência criadora cuja perda significa o abandono da comunicação ancestral entre os humanos, com os outros seres e elementos.

Ao fim da tarde, foi a vez de Ailton Krenak, porta-voz do povo Crenaque, cujo território se situa no estado de Minas Gerais, na região do vale do rio Doce. Nesta região, profundamente afectada pelo extractivismo mineiro, ocorreu no dia 5 de Novembro de 2015 a maior catástrofe (e crime) ambiental da história brasileira contemporânea, com o rompimento da barragem do Fundão, no rio Doce (*Watu*, Avô, em língua crenaque), que continha uma quantidade incomensurável de resíduos da mineração de ferro. Esse desastre, que, segundo o próprio promotor de Justiça do Meio Ambiente, foi causado pela irresponsabilidade da empresa dona da barragem (Mineradora Samarco, S.A., *joint-venture* das multinacionais Vale S.A., brasileira, e BHP Billiton, anglo-australiana), desencadeou efeitos a longo prazo na vida de mais de um milhão de pessoas e na existência das aldeias crenaque.

Do sonho e da terra

A palestra de Ailton Krenak, intitulada «Do sonho e da terra», não se deteve nesta catástrofe, apenas a referiu. Com uma eloquência muito própria e uma linguagem de grande precisão, abordou, num improviso oral de meditativa prosódia, o universo do sonho, o modo como este se situa, como «instituição comum», no âmago das vivências dos povos ameríndios, onde os vivos se encontram entre si e com os seus antepassados, cruzando tempos e lugares. Foi um momento de particular intensidade, pela expressividade e pela «lição» transmitida, proveniente de um outro mundo de relações. Do caderno editado pelo Teatro Maria Matos, citamos: «Ailton Krenak, activista do movimento sócio-ambiental e de defesa dos direitos indígenas na Constituição de 1988, organizou a Aliança dos Povos da Floresta, que reúne comunidades ribeirinhas e indígenas da Amazónia. É um dos reconhecidos fundadores do movimento indígena no Brasil, promovendo activamente a cultura e a defesa dos direitos dos Povos Indígenas através da sua organização Núcleo de Cultura Indígena. Recuperando a sua cultura e os modos de fazer indígenas, que privilegiam a partilha de conhecimento pela oralidade, Krenak constrói pontos de entendimento entre diferentes perspectivas culturais.»

À noite, nesse mesmo dia, foi apresentado o filme *O Sonho da Pedra* (2016), de Marco Altenberg, biografia espiritual e política de Ailton Krenak. No extenso debate que se seguiu, Ailton teve oportunidade, ao responder a uma pergunta, de desmontar o que significa a representatividade política nos sistemas formalmente democráticos, mostrando a que ponto não passam de uma ficção.

Ética do Bem Viver

O domingo, 7 de Maio, foi dedicado a uma oficina sobre «Ética do Bem Viver», ministrada por Luisa Elvira Belaunde. Centrada no seu trabalho de campo entre os Shipibo-Konibo (ou Kené) da Amazónia peruana, e na sua investigação sobre «corporalidade, socialidade, arte e cosmologia entre os povos da Amazónia», expôs, por um lado, formas de conhecer e de sentir na relação das pessoas com plantas e bebidas extraídas dessas plantas, e, por outro, com práticas associadas à arte da cerâmica e da pintura, promotoras de formação da autonomia pessoal. A arte pictórica kené, de perturbante beleza, foi apresentada pela antropóloga peruana em fotos projectadas num ecrã, permitindo observar com detalhe as suas informações. Num artigo que escreveu noutro contexto, explica: «A arte kené do desenho pertence tradicionalmente às mulheres, as quais, segundo a cosmologia, aprenderam a fazer desenhos copiando-os do corpo de uma mulher Inka, proveniente do eterno mundo de fogo do sol que atravessou o rio que separa os imortais dos mortais. Essa mulher tinha na pele os desenhos da anaconda, poderosa detentora cósmica dos rios e do arco-íris, o caminho que une a água ao sol. Segundo o pensamento shipibo-konibo, todos os desenhos do que existe originam-se nas manchas da pele da anaconda primordial; e por isso, para poder ver e fazer desenhos é necessário consumir as plantas que manifestam o poder da anaconda, especialmente piripiri e ayahuasca. Desde crianças, as mulheres são tratadas com piripiri, planta ciparácea utilizada para agudizar a visão e fazer ver desenhos na mente, para depois os plasmarem com precisão na pele, nas telas, nas cerâmicas e na madeira.»

Na segunda e última parte de «Questões Indígenas» participaram a etnóloga brasileira Aparecida Vilaça, do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (dia 26), sobre «A humanidade e a animalidade no universo indígena amazónico», e, no dia 27, Felipe Milanez, professor de Descolonização do Conhecimento, Sociedade e Ambiente na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, e Raúl Llasag Fernández, advogado quíchua e professor de Justiça Indígena na Universidade de Quito, no Equador, estes últimos sobre o tema «Resistência política ameríndia»[1].

Humanidade e animalidade

A palestra de Aparecida Vilaça expôs, com o penetrante conhecimento de quem lida há décadas, no terreno, com estas questões, a complexidade de um mundo social que continua intimamente relacionado com os primórdios do agir humano e, por isso, com uma riqueza cosmogónica que os povos «avançados», atomizados em indivíduos, perderam há muito. Penetrar no universo dos Wari', povo amazónico que vive entre o Brasil e a Bolívia, permite perceber a que ponto as concepções «ocidentais» eliminaram, no seu desenvolvimento produtivista e uniformizador, porções inteiras do conhecimento humano que foi sendo elaborado ao longo de muitos milhares

PENSAMENTO E CATÁSTROFES

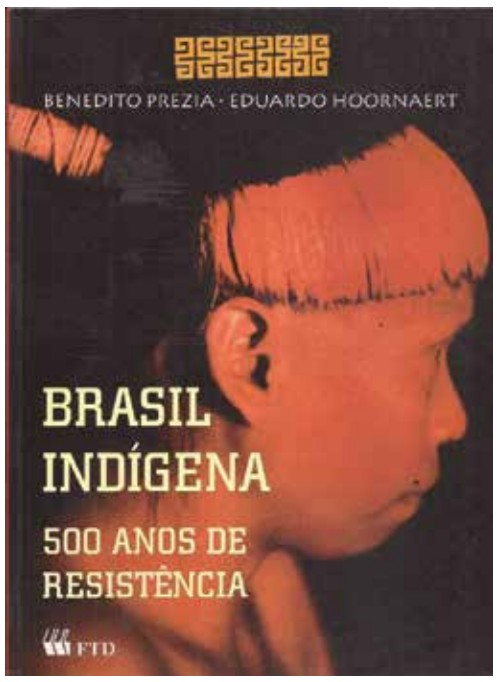
Aproximações a Jean-Luc Nancy

Faculdade de Belas Artes e Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Museu de Arte Contemporânea de Serralves · Mosteiro de São Bento da Vitória

"Pensamento e Catástrofe"

Em Maio deste ano realizaram-se em Portugal duas iniciativas complementares, sem relação entre si e ambas inéditas: «Questões indígenas» em Lisboa e o congresso «Pensamento e catástrofe: aproximações a Jean-Luc Nancy» no Porto. Este último, impulsionado por Jorge Leandro Rosa, do Instituto de Filosofia da Universidade do Porto, a partir da obra do filósofo francês Jean-Luc Nancy, reuniu no Porto oradores oriundos de vários países que têm investigado a incrementada presença das catástrofes no mundo contemporâneo, estruturalmente constitutivas deste mundo mas silenciadas no discurso admissível.
Frédéric Neyrat, da Universidade do Wisconsin, EUA, e Howard Caygill, da Kingston University, Reino Unido, foram os dois intervenientes principais, porque J.-L. Nancy, por motivos de saúde, não pôde estar presente. Deste congresso falaremos no próximo número do MAPA, mas convirá desde já assinalar a relevância da iniciativa, de âmbito universitário mas aberta a todos, ao trazer para a praça pública um dos impensados do nosso tempo. Do conjunto das intervenções, incluindo as dos debates, podemos resumir que nos encontrámos perante *o pensamento da catástrofe em acção*, algo que talvez nos acompanhe como sombra clandestina mas que não podemos descartar. Porque, retomando a visão de Günther Anders formulada nos anos 60, já não se trata de saber como irá viver a humanidade, mas se viverá. É este o ponto a que nos conduziu a civilização em que estamos mergulhados, e, muito particularmente, o seu mais produtivo heterónimo, o capitalismo. J.H.

1 Ver o seu livro *A Equivalência das Catástrofes* (Após Fukushima), Edições Nada, Lisboa, 2014, tradução e posfácio de Jorge Leandro Rosa.



É bom lembrar que na altura da dita «descoberta» do Brasil pelos portugueses havia nessa região do mundo pelo menos mil povos, com uma população estimada entre 5 a 6 milhões de pessoas.

Ailton Krenak no Teatro Maria Matos. VERA MARMELO

de anos. Entre os Wari', a relação com os outros seres que habitam a Terra (a sua terra), é muito mais complexa do que a nossa, do que resulta um conjunto de actividades que questionam «as nossas noções correntes de humanidade, animalidade e parentesco». Já na parte do debate, a oradora referiu a intromissão dos «missionários evangélicos» entre os Wari' e outros povos como uma forma de destruição mais recente.

Felipe Milanez, que além de professor é um conhecido activista ambiental, jornalista e documentarista muito interventivo (em 2012 foi nomeado pelas Nações Unidas como um dos «Heróis da Floresta para a América Latina»), abordou com grande clareza a actual e muito violenta investida do Estado brasileiro contra os direitos indígenas consagrados na Constituição de 1988, ao serviço dos grandes terratenentes do agronegócio, de empresas mineradoras, madeireiras e outras. A resistência ameríndia, que começou pouco depois do início da invasão europeia, no século XVI (contra a escravização encetada pelos portugueses), não parou até aos dias de hoje. É bom lembrar que na altura da dita «descoberta» do Brasil pelos portugueses havia nessa região do mundo pelo menos mil povos, com uma população estimada entre 5 a 6 milhões de pessoas (população portuguesa nesse período: 1 milhão). Que no século XVII já restavam tão poucos índios nas zonas costeiras que «foi preciso» importar escravos de África. E que o processo de extermínio dos autóctones do Brasil é conhecido como «o mais longo genocídio».

> «A resistência ameríndia, que começou pouco depois do início da invasão europeia, no século XVI (contra a escravização encetada pelos portugueses), não parou até aos dias de hoje.»

Resistência política ameríndia

Felipe Milanez não se referiu a estes dados, concentrando-se na resistência dos nossos dias, sobre a qual não circula a informação necessária, inclusive no Brasil, onde os média mais influentes são propriedade dos implicados nesses negócios, que continuam o processo de saque e invasão encetado pelo colonialismo. Mas o mais importante a reter é que, apesar das condições extremamente difíceis em que se encontram, os índios do Brasil não desistem da sua luta pelo cumprimento da demarcação das suas terras e pela preservação do seu próprio modo de vida, contra a integração na «sociedade geral» que faria desaparecer a sua cultura.

A situação no Equador é diferente. A República do Equador reconhece os povos e nacionalidades indígenas, definindo-se na sua Constituição de 2008 como uma nação intercultural e plurinacional. No último censo nacional (2010), foram registadas mais de um milhão de pessoas que se definem como indígenas, correspondentes a 7 % da população total, mas, segundo o movimento indígena equatoriano e outras fontes, essa percentagem é muito mais elevada, entre 30 a 40 % da população. De notar também que o movimento indígena é no Equador um dos mais bem organizados e combativos da América do Sul, situação de que resultaram estes avanços constitucionais, em que figura, pela primeira vez no mundo, o reconhecimento dos Direitos da Natureza.

Raúl Llasag, tendo obviamente em conta estes elementos, sublinhou que se trata de um processo em que podem inserir-se também recuos, encarando-o como muito incompleto do ponto de vista das culturas indígenas, por exemplo no tocante ao extractivismo (mineiro, etc.), que estas condenam, mas que não parou. O extractivismo é um dos critérios essenciais de avaliação dos rumos políticos, sendo a sua crítica uma pedra de toque no pensamento ameríndio. Questionado sobre as interferências que o sistema universitário, de raiz europeia e cartesiana, pode exercer no pensamento indígena, Raúl Llasag, índio quíchua e professor universitário, incorporou esta aparente contradição no processo em curso, no Equador e noutros países sul-americanos, sobre a emergência de um protagonismo ameríndio, referindo um exemplo ocorrido no seu próprio trabalho docente: na sua faculdade pôde criar uma nova disciplina, Justiça Indígena, cuja orientação e modus operandi são muito diferentes da jurisprudência de origem europeia; e esta nova cadeira foi muito bem acolhida pelos alunos. Sem descartar os perigos de cooptação pela ideologia dominante, mostrou-se convicto de que é imparável o processo evolutivo em questão, que tem vindo a pôr na ordem do dia importantes contribuições do pensamento indígena com vista a fundamentais alterações das relações humanas em si mesmas e com o planeta Terra.

/// NOTAS

1 De Raúl Llasag pode ler-se, na revista Flauta de Luz nº 3, o ensaio «*Da Pachamama aos Direitos da Natureza na Constituição plurinacional do Equador*».

CAMPANHA DE ASSINATURAS

Assinatura normal: Portugal | 6 números | 12.5 neuros
Europa: 6 números | 16.5 neuros
Resto do mundo: 6 números | 21 neuros

Assinatura Solidária: Portugal | 6 números | 20 neuros
Europa: 6 números | 30 neuros
Resto do mundo: 6 números | 40 neuros

• • • • •

Ao fazeres uma assinatura estás a contribuir para a continuidade deste projecto!
Vai a http://www.jornalmapa.pt | assinaturas@jornalmapa.pt

Associação MAPA CRÍTICO
NIB 0035 0774 00143959530 98 / IBAN PT50 0035 0774 00143959530 98

[Solicita-se envio de comprovativo ou indicação da data/nome da transferência efectuada].

Album de família com animais de companhia e outros mais antipáticos

HUMA + MC

JORGE VALADAS

Ao amigo Carlos da Fonseca (1940-2017).
Homem que foi sempre alérgico a poderes.

1. Os resultados das eleições francesas são conhecidos. Como é o caso em cada eleição, eles são uma fotografia da sociedade, uma imagem fixa, momentânea e, não obstante, superficial, na medida em que as sociedades são corpos vivos e em constante movimento. Uma foto que não nos permite ver debaixo da aparência das coisas. Se, neste caso particular, a foto não ficou muito nítida é sem dúvida porque sob a superfície as coisas são também um pouco confusas.

Um elemento que torna a imagem pouco nítida é a presença de uma massa obscura de contornos indefinidos, o chamado «terceiro partido», ou seja, os 12 milhões de abstencionistas aos quais devemos acrescentar os quatro milhões de votos nulos e brancos. Um valor record, jamais atingido em eleições francesas e que deve ser confrontado com os 11 milhões de votos obtidos pela extrema-direita da Frente Nacional (*FN*). Números que constituem um grande ponto de interrogação para o futuro, que revelam a crise do sistema de representação. Estamos perante uma recusa maciça de escolher pelo voto numa situação em que o medo foi um argumento determinante na atitude dos eleitores. Adicione-se a isto o facto de um número crescente de cidadãos votar hoje com a consciência de que o voto não tem efeito sobre o estado das coisas, que não serve para nada, que é um acto puramente simbólico e sem significado. A abstenção dos tempos modernos tem, assim, pouco a ver com o abstencionismo tradicional, que era a adição dos abstencionistas politicamente conscientes que se recusavam de participar num dado esquema de representação com os tradicionais abstencionistas apolíticos, que preferiam a praia ao acto de votar. Se, no passado, as pessoas lutaram para ter o direito de voto, o direito de escolher os seus representantes, hoje é do domínio publico que se elegem representantes que não nos representam, que representam os interesses de tal ou tal fracção da economia. Uma coisa era a abstenção passiva ou individual, outra coisa é o movimento amplo de abstenção que observamos. Trata-se de uma atitude social nova que exprime dúvidas sobre o processo eleitoral e sobre o sistema político, que levanta, de forma negativa mesmo que não explícita, a possibilidade de pensar outra forma de representação política. Nunca, em tempos recentes, a discussão pública sobre o sentido do voto, sobre as eleições e a abstenção, foi tão aberta, nunca em França ela interrogou sectores tão diversos da sociedade.

2. Os partidos políticos tradicionais, de direita e de esquerda, atravessam também uma crise profunda e visível. Para melhor compreender as raízes do problema será útil partir da crise económica e social que atravessa a sociedade francesa. Um estudo recente mostrou que o voto *FN* aumenta nas zonas abandonadas pelos serviços postais… Esta constatação, que pode parecer anedótica, ganha significado quando se põe em relação o aumento da pobreza social com a destruição dos serviços públicos, destruição que esconde e acelera a ruína das relações sociais, o isolamento e a atomização dos indivíduos. Tudo isto é um processo que tem sido levado a cabo com vigor pelas políticas dos sucessivos governos, de direita como de esquerda. Para não fugir à regra, o último governo socialista francês deixou o país num estado desastroso, tanto do ponto de vista material como espiritual. A desindustrialização continua, o desemprego não desce e a precarização do trabalho cresce a ritmo regular, a destruição e a desorganização dos serviços públicos não parece ter limites, enfim, a restrição do quadro legal de defesa dos trabalhadores é apresentada como a porta aberta para o novo «futuro radioso». As comunidades de classe nas velhas zonas industriais estão destruídas e os comportamentos individuais, irracionais e desumanos são a regra. Toda a oposição a esta evolução afronta uma repressão violenta da parte das forças policiais, protegidas por uma total impunidade ao mesmo tempo que o número das vítimas mortais das suas interven-

ções aumenta de dia para dia. Acrescente-se a tudo isto uma atmosfera pesada de insegurança e de militarização do espaço público, resultado evidente da participação activa das forças armadas francesas em tudo quanto há de guerra à superfície do planeta com as consequências terríveis dos ataques terroristas. A este propósito cabe aqui sublinhar que os actos de terrorismo não parecem ter grande influência nas eleições. Porque há, por um lado, um sentimento fatalista difuso de que tais acções são inseparáveis das guerras nas quais o Estado francês está implicado e que são impostas à população. No entanto, não há dúvidas de que os ataques fomentam o medo dos «refugiados», do «Islão radical», do «Outro» em geral, reforçam um sentimento social isolacionista e xenófobo. Apesar de tudo, e numa sociedade caracterizada por uma enorme mistura de «origens» e uma forte presença da imigração passada e presente, a vida social prossegue sem agressividades notáveis no quotidiano e nos locais de trabalho, entre a juventude, sobretudo nas grandes cidades e zonas urbanas.

O senhor Macron – que foi um brilhante aluno dos colégios jesuítas, e isto não é um facto neutro – toma conta da loja com a imagem de um «homem novo». De facto, o rapaz tem já pesadas responsabilidades no cartório. Como ministro do precedente governo socialista, foi o autor das mais agressivas medidas liberais, em particular a Lei Trabalho que pôs na rua centenas de milhares de pessoas em 2016. Digamos que é um rapaz novo com ideias velhas.

Voltemos às raízes sociais da crise política. Outro aspecto enigmático da situação é o facto de que o voto contestatário de extrema-direita e a nova abstenção se concentram não só nas velhas zonas industriais

Um estudo recente mostrou que o voto FN aumenta nas zonas abandonadas pelos serviços postais… Esta constatação, que pode parecer anedótica, ganha significado quando se põe em relação o aumento da pobreza social com a destruição dos serviços públicos, destruição que esconde e acelera a ruína das relações sociais, o isolamento e a atomização dos indivíduos.

em ruínas, mas também em regiões onde o «perigo» não existe concretamente, onde ele é uma fabricação abstracta. Vota-se contra os refugiados em aldeias onde nunca se viu um, contra os imigrantes em sítios onde não há imigrantes, contra o desemprego em lugarejos onde nem sequer há empregos! Quanto mais o perigo é abstracto, mais ele é ressentido como perigoso! Numa recente tribuna livre publicada no jornal *Le Monde (*18 de Maio de 2017, *En Picardie, ces solitudes qui se tournent vers le FN)* uns habitantes de uma dessas regiões do norte da França expuseram a situação.

«*[…]*. No *mundo rural pobre, os votos FN continuam a aumentar. […] Porquê? Antes de mais estes votos exprimem os sofrimentos que estão ligados às histórias sociais locais, às suas inquietações, às suas dúvidas, às suas cóleras, e também às transformações dos universos de trabalho ou de vida quotidiana que as reforçam. […]. Na maioria dos casos o posto de Correio já não existe, também já não existe médico, nem enfermeira, nem Farmácia, já não há Cafés, as lojas desapareceram e até as escolas e mesmo as igrejas fecharam as portas. Os clubes de caça ou de pesca, as associações recreativas, os bombeiros voluntários, as associações desportivas ou de pais de alunos estão a moribundas.*

[…] Evidentemente os empregos desapareceram também. Nas aldeias as casas estão à venda. Os velhos são pobres demais para ajudar os filhos e estes são pobres demais para apoiar os pais […] É neste contexto social que devemos colocar os votos na FN: um contexto caracterizado pelo desaparecimento das actividades colectivas, pela fragilização e desvalorização dos laços da colectividade rural. (…). Os lugares onde se manifestavam com segurança as trocas sociais, onde podia nascer o respeito de si próprio, o reconhecimento local, definir uma identidade, desapareceram. A única "identidade positiva" que sobra é a do nacionalismo: é de "ser francês". […]. Os jovens, quando podem, fogem... […]. Os comboios são suprimidos, os autocarros circulam cada vez menos nas zonas rurais. Não só os lugares de sociabilidade se decompõem (falta de pessoas para os fazer viver), mas também os meios de comunicação desaparecem: as estradas, as redes de acesso.

[…]. Nestes lugares onde vivemos tudo continua a decompor-se desde há vinte anos. Os que aqui vivem são os que não podem partir, prisioneiros num espaço em declínio, impotentes face ao desmoronar de um mundo que "está de rastos". O cada um está sozinho, o cada um ocupa-se de si próprio e o salve-se quem puder geral são atitudes que acompanham e alimentam esta guerra dos pobres contra os mais pobres, na qual se enraíza o voto FN.

[…] O mundo rural pobre é hoje uma adição de solidões, de gente fechada em casa a ver televisão. Eleitores que dizem votar FN "pelo que vêm na televisão, com medo que a mesma coisa nos aconteça aqui". […] E estes votos Le Pen não vão desaparecer por milagre. […]

3. As políticas capitalistas actuais têm, assim, efeitos imediatos nas atitudes colectivas das populações que sofrem resignadamente, passivamente. As forças políticas tradicionais, da esquerda e da direita, mostram-se incapazes de enfrentar a situação, perderam a sua credibilidade e a corrupção generalizada tornou-se a única imagem pública desta casta política arrogante e expropriadora, que passa do sector privado para o sector público e vice-versa. Não obstante, quem tem hoje a ousadia de gritar «O Rei vai nu!» faz-se tratar de «populista», segundo a nova formulação do politicamente correcto. Pior ainda, estas forças políticas são incapazes de recriar o consenso social indispensável ao funcionamento da democracia parlamentar. De tal maneira que a fractura económica e social do espaço nacional é uma tendência hoje comum a todas as velhas sociedades capitalistas (e mesmo às mais recentes). O desenvolvimento desigual, que foi sempre uma característica do capitalismo, não é hoje compensado pela intervenção do Estado no sentido de criar um interesse interclassista comum no espaço nacional. Temos assim vários Estados-Unidos, varias Chinas, vários Brasis e também várias Franças. A França das grandes zonas urbanas e das periferias proletárias está cada vez mais separada da França rural e da França das antigas zonas industriais em ruínas. Nestes territórios, a nova extrema-direita continua a ganhar poder eleitoral. Ela promete a protecção dos «indígenas» contra tudo o que se assemelhe a «estranhos» e a criação de um novo tipo de Estado social reservado aos «franceses». O que explica a crescente divisão entre as duas tendências do partido, a *FN* mais dinâmica do Norte e do Leste, das antigas zonas rurais e industriais, com um carácter popular e reivindicando um Estado social xenófobo, por um lado, e a *FN* mais clássica do Sudeste, com uma orientação liberal e racista, ligado à velha força eleitoral dos retornados da África do Norte, por outro.

Como que para confirmar o que se escrevia na tribuna livre acima citada, um eleitor da *FN* do Norte dizia numa entrevista: «Nós *não somos fascistas, somos apenas pessoas abandonadas à nossa sorte!*». Aqui está o enigma e a raiz da questão. Na democracia representativa, os cidadãos sabem que não podem exercer directamente o poder e que o devem delegar nos seus representantes, com a esperança de que eles se ocupem disso. Quando tal não acontece, e é cada vez mais o caso, o cidadão procura um salvador. Mesmo a revolta é delegada. Muitos dos eleitores da *FN* já perderam a energia da revolta e afirmam explicitamente esperar que a *FN* provoque uma situação de insurreição. O cidadão perfeito é alguém que perdeu a capacidade de se defender por si próprio e em colectividade. Tal é o objectivo da democracia representativa, a sua força provém da fraqueza dos que a legitimam.

4. Nas grandes cidades e zonas urbanas periféricas, a extrema-direita continua a ser uma força extremamente minoritária e marginal. Nestas zonas, a surpresa eleitoral veio do novo partido da extrema-esquerda, a *França Insubmissa* (*France Insoumise*) (*FI*), que emergiu como a força dominante entre a juventude e os eleitores das classes trabalhadoras, empregados e operários. Na primeira volta, este partido obteve sete milhões de votos e só por umas dezenas de milhares de votos não esteve presente na segunda. À primeira vista parece que a *FI* ocupou o espaço libertado pelo colapso do Partido Socialista e pelo declínio lento do Partido Comunista. Mas há diferenças importantes entre estas velhas forças políticas de esquerda e a *FI*. A *FI* insiste na necessária acção colectiva das pessoas para tomarem os seus destinos em mãos. Um discurso que pode ser visto como demagógico, como uma tentativa de canalizar os movimentos independentes dos últimos anos para um terreno institucional. De facto, encontramos neste novo partido uma mistura de ideias, valores, princípios e projectos, uns do passado, outros do presente. A *FI* nasceu a partir de uma pequena organização da esquerda socialista (que se poderia comparar ao *Bloco de Esquerda*), no início aliada ao Partido Comunista, mas que logo evoluiu para uma organização mais dinâmica e aberta sob a influência de activistas de movimentações como a *Nuit Debout* da Primavera de 2016. Desde o início, o aparelho do Partido Comunista manifestou a sua intenção de se distanciar da *FI*. Hoje, perante o sucesso eleitoral da *FI*, o Partido Comunista encontra-se numa posição desconfortável. O partido depende tradicionalmente dos votos socialistas para manter o seu fraco poder municipal e a crise do Partido Socialista não é uma boa notícia. Mas pôr-se a reboque da *FI* significa um suicídio. Assim, nas eleições legis-

Vota-se contra os refugiados em aldeias onde nunca se viu um, contra os imigrantes em sítios onde não há imigrantes, contra o desemprego em lugarejos onde nem sequer há empregos! Quanto mais o perigo é abstracto, mais ele é ressentido como perigoso!

HUMA + MC

lativas, o Partido Comunista afastou-se ainda mais da *FI* e apresentou os seus próprios candidatos, o que constitui uma última tentativa de salvar o aparelho do partido quando uma parte importante da base se sente atraída pela *FI*. A *FI* defende um programa keynesiano clássico, de intervenção do Estado na economia, pela defesa dos serviços públicos e pelo reforço do Estado social. Mas o aspecto mais moderno desta nova força está no reconhecimento da crise do sistema de representação, na afirmação de que o sistema democrático actual está podre e separado da soberania popular, resumindo, na ideia de que o sistema de representação deve ser repensado. Todas estas posições surgiram e ganharam força nos novos movimentos como o *Nuit Debout* e, neste sentido, a *França Insubmissa* está mais próximo do *Podemos* do que da antiga extrema-esquerda. Resta saber se vamos assistir a mais uma tentativa de recuperação das energias e das ideias dos novos movimentos para as canalizar para o terreno político clássico. De momento, a base eleitoral da *FI* manifesta uma notável autonomia de julgamento e de independência relativamente aos chefes do partido. Vários estudos mostraram que uma percentagem importante dos votos nulos e brancos da segunda volta vieram deste eleitorado. Quer isto dizer que a base eleitoral da *FI* é mais insensível à monótona chantagem da esquerda que acena regularmente com o medo da *FN* para empurrar os cidadãos para as urnas. Outro sinal: muitos eleitores da *FI* vieram para a rua nos dias que se seguiram à eleição de Macron, aquando das manifestações organizadas pela esquerda sindical e pelos grupos autónomos contra a impotência eleitoral e as políticas previstas.

5. Umas horas antes do anúncio dos resultados finais, num debate na Radiotelevisão Belga, participavam vários jornalistas franceses e belgas e um representante do movimento de Macron, *En Marche*, que se apresentou como um amigo pessoal do candidato e também como vice-presidente da *Associação do patronato francês*. Um sinal claro e inequívoco da natureza do movimento *En Marche* e dos interesses que o novo presidente e os seus deputados (em grande número sobreviventes do velho PS e outros da velha direita) têm a intenção de defender. Claro que uma tal surpresa foi reservada aos espectadores belgas, o povo francês foi protegido do choque da imagem pelos profissionais da mentira da «comunicação social». Evidentemente, tal revelação não é surpresa para os sectores mais conscientes e militantes da sociedade francesa, que têm uma visão clara da situação actual e que sabem que a vitória de Macron é vista pela classe capitalista como um bónus para os seus interesses.

O trabalho de Macron e da corrente política «modernista» que o apoia não vai ser fácil. A surpresa da sua vitória e a imagem da sua «juventude» têm um tempo de frescura limitado. As suas políticas liberais e a sua aliança declarada com as forças capitalistas vão encontrar rapidamente uma oposição numa sociedade que transborda de frustração, de insatisfação e de revolta potencial. A primeira tarefa dos novos dirigentes políticos será de integrar os grandes sindicatos na gestão das novas «reformas», em primeiro lugar as que dizem respeito à modernização do mercado do trabalho, isto é, a sua maior precarização e a redução dos salários e das vantagens sociais conquistadas. Por isso mesmo, o confronto com as velhas burocracias sindicais será inevitável nas lutas sociais do futuro próximo. A divisão sindical vai aumentar, entre os que ainda têm uma base militante e os que vivem sobretudo dos subsídios do Estado. Para obter a ajuda dos aparelhos sindicais neste exercício, para jogar uma carta nesta divisão necessária, o novo governo tem interesse em proteger os esquemas de co-gestão da segurança social e do desemprego, instituições que fornecem às burocracias uma fatia importante das suas rendas.

Um jovem que se manifestava contra Macron no dia seguinte à sua vitória dizia: «Votei *Macron porque penso que será mais fácil lutar contra ele!*» Estamos perante um novo sentido do voto: não se trata de escolher o melhor representante dos nossos interesses, mas de escolher o nosso melhor inimigo. Veremos se a escolha táctica foi boa… Numa coisa ele tem razão, o único caminho para um futuro humano será o combate coletivo. A prová-lo está a única vitória dos últimos anos: o abandono (agora praticamente oficial) da construção do monstruoso aeroporto de Nantes, resultado da grande mobilização da ZAD de Notre Dame des Landes. Da mesma maneira, só os próximos movimentos sociais podem pôr alguma claridade neste espesso nevoeiro de confusão política. Entretanto, o capitalismo prossegue a sua caminhada violenta e destruidora na procura de lucros, com Macron ou sem Macron.

Nota anti-parlamentar de circunstância

Os resultados da segunda volta das legislativas de junho 2017 confirmam a crise do sistema representativo e o aumento do fosso com os princípios democráticos tradicionais.

A abstenção alcançou níveis históricos records depois da II Guerra: 57%. Há que adicionar a este fenómeno o altíssimo nível de votos brancos e nulos, que chegou a 10% dos votantes. Se a abstenção de massa exprime uma distanciação para com o sistema representativo actual, o segundo fenómeno mostra que uma fracção crescente dos que ainda acreditam no sistema não acredita nas forças políticas que se candidatam ao jogo. Assim, contas feitas, dos 44 milhões de inscritos votaram utilmente apenas uns 17 milhões.

A crise do sistema de representação é também alimentada por um esquema eleitoral distorcido. O que não é apanágio da Amerikkka trumpista ou clintoniana... Com 1,5 milhões de votos (contra os 10 milhões que obteve nas presidenciais), a *Frente Nacional* obteve 8 deputados e a *França Insubmissa* 17, com 900 000 votos. Por seu lado, o novo partido do Sr. Macron – colagem ranhosa de um PS e de uma direita em decomposição mas com o caloroso apoio do patronato – obteve 308 deputados com 7,5 milhões de votos. Veja-se a bela representatividade! Como sublinha o filósofo Jacques Rancière, não se pode confundir democracia com este sistema de representação, cuja tendência é cada vez mais autoritária. Deixemos o resto para os especialistas da "política" e outros lacaios deste mundo de pequenos monstros! Seria enfim tempo de se pensar numa nova organização social humana que escape à política.

Panegírico a Zeca Afonso | Terceira parte

O Canto do Cisne

DELFIM CADENAS
DELFIMCADENAS@JORNALMAPA.PT

Em Portugal, a 25 de Novembro de 1975, a revolução mais importante da história da Europa do pós-guerra foi represada de um modo novo. Contrariamente ao conjecturado a contra-revolução não adoptou o modelo "golpe de estado seguido de ditadura militar", utilizado dois anos antes no Chile, com milhares de revolucionários confinados em estádios de futebol à espera de fuzilamento (entre eles outro cantautor, Victor Jara, a quem simbolicamente partiram os dedos das mãos antes de ser passado pelas armas). Embora algumas vozes do Conselho da Revolução pedissem insistentemente a prisão de Zeca Afonso e dos três civis que o tinham acompanhado a Tancos, os que realmente dirigiram esta nova forma de atalhar revoluções não as ouviam, por não lhes interessar que fossem feitas quaisquer comparações com o caso chileno, estimuladoras de reacções ao golpe. Nenhum partido foi ilegalizado, o estado de sítio imposto na região militar de Lisboa foi parcialmente levantado cinco dias depois, tantos quantos tinha estado suspensa a publicação dos jornais da capital.

Nos dias seguintes aos acontecimentos seriam presos 160 militares e civis acusados de envolvimento no pseudo-golpe de esquerda, tendo sido encarcerados na cadeia de Custóias e no Forte de Caxias. Com estas prisões, saneamentos e passagem à disponibilidade em massa de soldados e oficiais revolucionários, o movimento popular, até então apoiado no poder de facto destes militares, passava a contar com as suas próprias forças na defesa das conquistas alcançadas durante o PREC, ameaçadas pela recuperação capitalista propiciada pelo êxito do golpe contra-revolucionário.

A solidariedade com os militares e civis presos manifestou-se logo a partir dos dias seguintes ao golpe e viveu momentos marcantes no dia 1 de Janeiro de 1976, junto à Cadeia Civil de Custóias, nos arredores do Porto, quando a GNR abriu fogo sobre uma multidão de dezenas de milhar de manifestantes ali concentrados em solidariedade com os detidos na sequência do 25 de Novembro, provocando a morte a tiro de três manifestantes e ferindo outros sete (um dos quais sucumbiria também no dia seguinte) entre eles uma criança[42]. Na noite anterior tinham sido os Comandos da Amadora a reprimir os milhares de manifestantes concentrados em Caxias provocando vários feridos.

Apesar de uma certa desmobilização motivada pelo êxito do golpe contra-revolucionário e pela atmosfera de medo que se foi estendendo na sociedade, levando ao recuo de muitos dos que se tinham envolvido e empenhado nos vários processos de luta, entre Novembro e Fevereiro, foram ainda ocupados quatro latifúndios no Alentejo e seguiram-se centenas de lutas em que os trabalhadores tomaram atitudes e praticaram acções mais radicais do que nos meses anteriores ao golpe de 25 de Novembro de 1975[43]. Durante Fevereiro e Março os trabalhadores de centenas de empresas entraram em greve, reivindicando aumentos salariais que compensassem o aumento de 40% dos preços dos bens alimentares verificado no mês de Janeiro. Estas atitudes dão uma ideia da situação política e social que se vivia no país depois de ano e meio de processo revolucionário, indicadoras, também, de que seria dada batalha à recuperação capitalista que inevitavelmente se seguiria.

Na amálgama de interesses internos que formavam o bloco contra-revolucionário, representados no espectro político por um leque de partidos e organizações que ia do PS ao ELP/MDLP, a direcção que se impôs considerava prioritária a substituição da "legitimidade revolucionária" pela "legitimidade eleitoral". Mas uma outra linha, associada às tentativas de golpe militar de 28 de Setembro de 1974 e de 11 de Março de 1975, nas quais pontificou o General Spínola, insistia na táctica golpista, para o caso de "as coisas não correrem de feição" às forças contra-revolucionárias nas eleições que se avizinhavam, assumindo as funções de braço armado desta aliança de interesses.

Quando se fala de terrorismo em Portugal quase ninguém o associa às centenas de bombas que rebentaram por todo o território, continente e ilhas, colocadas contra objectivos "de esquerda". Por estranho que possa parecer hoje, os atentados bombistas recrudesceram depois do PREC, só no ano que se seguiu ao golpe de 25 de Novembro de 75, foram colocados 210 engenhos explosivos, realizados 12 atentados a tiro e assaltadas ou incendiadas 14 sedes de partidos e sindicatos, de que resultaram 10 mortos e 26 feridos[44]. Os atentados com o selo da "direita" prologaram-se até bem entrado o ano 1977.

Foi um amigo de Zeca Afonso, o jornalista alemão Günter Walraff, quem deu a conhecer ao mundo pormenores importantes desta conspiração numa extensa reportagem publicada na Alemanha[45], onde se denunciava o bombismo e a sua relação com a preparação de um golpe de estado em Portugal. No início de 1976, Walraff tinha logrado aproximar-se aos círculos da extrema-direita no Norte do país, sob disfarce de representante de uma instituição ligada à alta finança alemã, encarregado de avaliar a hipótese de fornecer armas e dinheiro às organizações que combatiam o "comunismo" em Portugal. E desempenhou tão bem esse papel que, a 25 de Março, sentava-se finalmente com Spínola à mesa de um restaurante de luxo, em Düsseldorf, para negociar aquele suposto apoio numa conversa de três horas gravadas integralmente de forma clandestina. A reportagem seria

publicada 15 dias depois. Esta investigação jornalística, que seria editada desenvolvidamente em livro mais tarde[46], estava recheada de pormenores reveladores da articulação dos vários interesses representados no bloco contra-revolucionário. As declarações e testemunhos de alguns dos protagonistas desse conluio, produzidos muitos anos depois, reconhecendo o essencial dos factos então revelados, vieram contrariar claramente a tese, amplamente veiculada na altura, de que a reportagem fora forjada, e teria como objectivo prejudicar os partidos "democráticos" nas eleições legislativas, convocadas para quinze dias depois da sua publicação, assim como o General Ramalho Eanes, escolhido por estes como o seu candidato às presidenciais de Junho, também referenciado no artigo pelas suas ligações ao ELP/MDLP.

As eleições presidenciais vieram dar oportunidade à mobilização dos sectores populares envolvidos nas formas de organização autónoma nascidas durante o processo revolucionário. A ideia de uma candidatura que pusesse em marcha "uma campanha de unidade do povo trabalhador, de reforço das suas organizações populares de base e de relançamento das lutas" rapidamente ganhou força. A detenção preventiva de Otelo, ordenada por Ramalho Eanes na condição de Chefe do Estado-Maior do Exército, a 19 de Janeiro, facilitou a sua escolha como candidato. Em Maio, já com Otelo em liberdade, representantes de dezenas de órgãos populares de base davam o primeiro passo propondo-o como candidato. Nos dias seguintes passaram a ser centenas, ao mesmo tempo que a generalidade das organizações da chamada esquerda revolucionária manifestavam também publicamente o seu apoio à "candidatura popular".

Quando se fala de terrorismo em Portugal quase ninguém o associa às centenas de bombas que rebentaram por todo o território, continente e ilhas, colocadas contra objectivos "de esquerda"

Da campanha, na qual Zeca Afonso teve uma participação destacada desde o comício de abertura, em Grândola, recordo um episódio, no qual participei, ilustrativo do ambiente de tensão política que se respirava naqueles dias em Portugal: o atentado a Otelo em Lamego (ver caixa). José Afonso admitiu em várias entrevistas que convivia com o medo, chegando a afirmar: "*o medo é uma coisa substancial em mim*", mas confessava também que em geral nunca tinha deixado de fazer alguma coisa por causa do medo, referindo duas excepções vividas durante esta campanha: em Lamego, defendendo a alteração do itinerário da caravana, para evitar a ida a Viseu e, outra vez, nos Açores, quando aconselhou Otelo a não comparecer num comício, face às prévias ameaças dos separatistas.

Na véspera das eleições presidenciais, José Afonso explicava numa longa entrevista[47], as razões que o tinham impulsado a esta participação empenhada no terreno estritamente político: "*Não apoio propriamente a figura de Otelo, apoio a relação entre Otelo e o Povo. Alguns aspectos mais interessantes da 'revolução' foram conseguidos com o apoio dos efectivos que Otelo comandava no COPCON: as ocupações de casas, de terras, o impedimento de acções de despejo. Apesar de certas hesitações e até de atitudes incorrectas (…) tudo isso não invalida o que de bom o Otelo fez e é reconhecido pelas massas populares*". Depois de explicar como se dera o seu envolvimento e como se dispusera a colaborar com a candidatura apoiada pelos órgãos de poder de base, aclarava que a sua motivação ao acompanhar Otelo na campanha eleitoral, o que lhe daria mais gosto, *"seria ajudar a constituir GDUPs* [grupos dinamizadores de unidade popular] *ou estabelecer ligações entre os diversos grupos a partir do conhecimento que tenho do país, das minhas múltiplas relações e da conduta que sempre me esforcei por ter: ser não sectário. (…) Se neste período se reforçarem as organizações por todo o lado, se esse trabalho for feito com o espírito de unidade e prático, isto é, cada intervenção for consequente, se os diversos grupos forem contactando uns com os outros, e se surgir daí um princípio de coordenação, tenho a certeza de que ficará qualquer coisa de toda esta campanha, mesmo que o Otelo não ganhe.* À pergunta se via a possibilidade de Otelo se transformar num elemento catalisador desta movimentação popular, respondia: "*sem uma figura popular e unificadora, capaz de fazer estalar as divergências partidárias que impedem que os explorados se unam, também não existirá organização popular".* Depois de referir a *"responsabilidade enorme contraída por Otelo" assinalava* a necessidade de se constituir uma direcção política com funções de coordenação *"que aponte o caminho para soluções eminentemente práticas"* e que simultaneamente fosse *a "aliança de uma base de luta anti-fascista e anti-imperialista".* Perante o previsível endurecimento do regime resultante da eleição de Eanes e a intensificação dos ataques bombistas, afirmaria na mesma entrevista: *(…) A violência reaccionária já existe por todo o lado. Na própria criação de polícias e para-polícias profissionalizadas. Nas próprias Forças Armadas reduzidas à função de reprimir o povo. Quando as contradições se agudizarem, quando os trabalhadores nas suas reivindicações começarem a ser reprimidos pela violência, (...) nessa altura haverá choque, e esse choque terá que assumir formas de violência, de todas as formas e feitios. Temos que estar preparados para esta circunstância (…)Temos que nos preparar para a violência revolucionária (...) É urgente que a consciência de classe das massas trabalhadoras motive a formação de uma organização que corresponda às suas necessidades".*

Diário de Lisboa

Fundador Joaquim Manso — Director A. Ruella Ramos

SEXTA-FEIRA 2 JANEIRO 1976

REGRESSA A VIOLÊNCIA

• Três mortos em Custóias

• Confrontações em Caxias

PORTO, 2 — Três mortos e sete feridos foi o balanço trágico dos incidentes ontem verificados em Custóias, ao fim da tarde do primeiro dia do ano, tradicionalmente consagrado como o «Dia Mundial da Paz».

A manifestação, a maior de todas as que até à data se verificaram em apoio e solidariedade para com os militares e civis antifascistas detidos na cadeia, e que reuniu, num cálculo mesmo pessimista, mais de vinte mil pessoas, decorreu inicialmente em ambiente de perfeita ordem. O grande número de crianças e mesmo de bebés ao colo dos seus familiares ali presentes, dava perfeita noção de que as intenções de todos os manifestantes eram o simples apoio aos detidos no primeiro dia do ano.

Continua na pág. 4

• Costa Gomes: "É fundamental que a paz volte aos espíritos"

Na sua mensagem de Ano Novo o Presidente da República apelou veementemente à concórdia, à paz e ao trabalho. (Pág. 4)

Caxias, primeiro dia do ano: «comandos» insistem sobre os manifestantes à coronhada. Sobre a imagem diríamos que é negativa. Sobre o que ela eventualmente promove de fundamentais da pessoa humana feita-nos obviamente um questionário.

16 PAGINAS

Capa do Diário de Lisboa de 2 de Janeiro de 1976 destacando os confrontos do dia anterior nas manifestações de apoio aos detidos do 25 de Novembro em Custóias e Caxias. Em Custóias os disparos da GNR terminaram com a vida de três pessoas.

Como se esperava, os resultados eleitorais foram concludentes: os partidos do bloco contra-revolucionário elegiam 80% dos deputados para a Assembleia da República, em Abril, e Eanes seria eleito presidente com 62% dos votos em Junho. Estava assim alcançada, entre nós, a tal "legitimidade eleitoral" perseguida pela nova estratégia do capitalismo mundial para combater ou evitar processos revolucionários. Os ensinamentos retirados do laboratório em que se converteu a experiência portuguesa seriam imediatamente postos em prática em Espanha, depois, nos anos oitenta, na América latina e nos países do Leste europeu, mais recentemente, já neste século, nas "primaveras árabes".

No verão de 1976 José Afonso edita aquele que considera o seu melhor álbum: *"Com as minhas tamanquinhas"*[48]. Em contrapartida, os críticos musicais classificaram-no como o pior disco da música portuguesa desse ano e, segundo declarações do cantautor Vitorino, um radialista, de quem não consegue recordar o nome, partiu o vinil numa emissão em directo. Nesse disco estão reflectidas vivências do processo revolucionário, lutas de pequenas comunidades, mostras de solidariedade com povos oprimidos ou com Alípio de Freitas, ex-padre transmontano, fundador das Ligas Camponesas e guerrilheiro no Brasil, onde estava preso e era vítima de severas torturas. Alípio seria libertado quatro anos depois, regressando a Portugal, onde conheceria Zeca Afonso com quem estabeleceria uma relação de amizade profunda e, depois da sua morte, tornar-se-ia o primeiro presidente da AJA. Alípio faleceu em Lisboa no passado mês de Junho.

Numa demonstração óbvia do conluio entre os vencedores das eleições realizadas no segundo trimestre de 1976, os militares golpistas e as redes bombistas, logo em Agosto, Spínola regressava a Portugal após um exílio vivido entre Espanha, Suiça, Brasil e Estados Unidos. Tratava-se também duma experiência, preparatória do regresso em procissão dos grandes senhores da banca, latifundiários, patrões sabotadores, fascistas, pides e legionários, fugidos durante o processo revolucionário. Aquele que fora o chefe militar do golpe reaccionário falhado a 11 de Março de 1975; tendo fugido para Espanha acompanhado por dezasseis oficiais transportados em quatro helicópteros depois de ter ordenado o bombardeamento do RAL 1, de que resultara a morte de um soldado e ferimentos de outros 11 militares; que organizara a partir do país vizinho, com a cumplicidade das autoridades espanholas, o ELP/MDLP, responsável até então por centenas de atentados à bomba; expulso do território suiço no mês de Abril anterior, acusado pelas autoridades locais de "conspiração contra Estado Amigo"; regressava a Portugal, com a cobertura do presidente Ramalho Eanes, eleito um mês e meio antes, e era colocado em liberdade sem cargos, depois de ouvido pelas "autoridades militares"[49].

Quatro dias antes tinham sido detidos vários indivíduos relacionados com a rede bombista, onde se destacava Ramiro Moreira, militante com o cartão nº 7 do PPD, que "*deixara a sua marca*" em mais de cento e cinquenta atentados, como ele próprio reconheceu. As suas declarações implicam na actividade terrorista vários militares, dirigentes partidários, agentes da polícia judiciária, industriais e personagens destacadas da igreja. Estas informações já estavam na posse da polícia desde Fevereiro de 1976, através das declarações prestadas por José Ribeiro da Silva, um elemento dos CODECO (comandos operacionais de defesa para a civilização ocidental), ligados à FNLA (frente nacional de libertação de Angola) e ao CDS, detido na sequência do assalto à Standard Eléctrica[50].

"Não apoio propriamente a figura de Otelo, apoio a relação entre Otelo e o Povo. Alguns aspectos mais interessantes da 'revolução' foram conseguidos com o apoio dos efectivos que Otelo comandava no COPCON"

O julgamento do processo da rede bombista iniciar-se-ia no final do ano seguinte. Apesar da natureza civil dos crimes, decorreria no Tribunal Militar sob grande polémica ao longo de quase oito meses. Da sentença resultou a absolvição da esmagadora maioria dos réus e a condenação de uns poucos com base nas confissões "na parte em que se comprometiam a si próprios", mas rejeitando-as quando esclareciam quem os mandara e quem lhes fornecera os meios para espalharem o terror. De qualquer modo, os condenados sairiam meses depois em liberdade, com a anulação do julgamento decidida pelo Supremo Tribunal Militar. Os militares contra-revolucionários controlaram todo o processo, desde a fase de investigação até ao julgamento dos autores materiais das actividades bombistas de que tinham sido cúmplices. Ramiro Moreira, apesar de condenado a 21 anos de prisão, viveu tranquilamente

em Madrid, onde era funcionário superior da Petrogal, uma empresa pública portuguesa e nunca teve contra si mandatos de captura. No início da década de noventa foi indultado por Mário Soares.

Os 800.000 votos alcançados por Otelo seriam a base em que se apoiaria a iniciativa de organização de um "movimento de unidade popular", que aproveitava a dinâmica gerada em torno à candidatura, para unir e organizar os trabalhadores na defesa das conquistas alcançadas durante o processo revolucionário, ao mesmo tempo que preparava a defesa contra a possibilidade de golpe fascista, ameaça sempre presente nas conjecturas destes dias. Estes eram os objectivos que supostamente aglutinavam as organizações políticas envolvidas nesta iniciativa unitária, uma amálgama que reunia praticamente todas as organizações da "esquerda revolucionária", mas com vida curta, como se verificaria poucos meses depois. Zeca Afonso posicionar-se-ia em comunicado público[51] sobre o debate e as práticas na organização nascente, onde critica o papel dos partidos apoiantes do movimento, distinguindo "*a UDP e o seu pai ideológico, o PCP(R) pelo sectarismo, dirigismo, oportunismo e, causa ou consequência disso tudo, pelo seu eleitoralismo*", apontando duas situações concretas: "*o comportamento frente à mobilização popular desencadeada pela prisão de Otelo*", que tinha sido encarcerado em Caxias a 23 de Outubro, acusado de implicação no "golpe" de 25 de Novembro, e "*pela apresentação oportunista e golpista do seu deputado parlamentar, Acácio Barreiros, como candidato à presidência da Câmara de Setúbal*". A tentativa de edificar uma "alternativa de esquerda, progressista e revolucionária para Portugal" ficar-se-ia pelo ensaio. O Congresso dos GDUP's, realizado uma semana depois, tornaria visíveis as divergências estratégicas entre as "vanguardas", liquidando o MUP (movimento de unidade popular) à nascença.

Com o estouro de qualquer possibilidade de organização unitária a partir dos GDUPs, o PRP inicia a organização de um projecto revolucionário de carácter secreto. Caracterizava-se por estar compartimentado em quatro componentes com funcionamento autónomo: Otelo, como catalisador; uma organização política unitária de massas (que viria a constituir-se num congresso fundador em Abril do ano seguinte na Marinha Grande sob a designação "Organização Unitária de Trabalhadores", OUT); Quartéis, com o objectivo de organizar os militares revolucionários em duas estruturas separadas: os do quadro permanente, que não tinham sido saneados; e os do quadro não permanente, que cumpriam o serviço militar obrigatório; e uma "estrutura civil armada", com o objectivo de militarizar os trabalhadores.

Depois de ter passado um ano sem editar obra nova, José Afonso volta em 1978 com o álbum "*Enquanto há Força*"[52], em cujo tema que dava nome ao disco se seguem os versos: "*no braço que vinga / que venham ventos / virar-nos as quilhas / seremos muitos /seremos alguém*". Uma canção de desafio a que se segue outra de precaução e estímulo: "*Tinha uma sala mal iluminada / perguntavas pelo amigo e estava a monte / a fuga era a última cartada / a pide estava ali mesmo de fronte*", que finalizava com claras referências ao momento que se vivia: "*a velha história ainda mal começa / agora está voltando ao que era dantes / mas se há um camarada à tua espera / não faltes ao encontro sê constante*".

No início de 1978, agentes da Polícia Judiciária montam uma cilada, em Massarelos, na cidade do Porto, de que resulta a morte a tiro de um agente e ferimentos

Em 1979, Zeca Afonso participa em Londres, numa manifestação de solidariedade com os presos do IRA. Num cartaz pode ler-se o nome de Bobby Sands, dirigente do IRA que viria a falecer na prisão em 1981 na sequência de uma greve de fome, e a quem Zeca Afonso dedicaria um poema.

noutros três[53] e levaria ao desencadear, em Junho do mesmo ano, de uma ofensiva contra o PRP resultando na prisão de dezenas de militantes, entre os quais Carlos Antunes e Isabel do Carmo, fundadores das Brigadas Revolucionárias antes do 25 de Abril e "dirigentes históricos" do partido. A eliminação de um delator, José Plácido, membro da Direcção Estratégica do projecto secreto já referido, em Novembro de 1979, na Marinha Grande, estaria na origem da expulsão daqueles dirigentes e de outros militantes também presos, depois de terem repudiado em comunicado essa acção. Zeca Afonso iria estar na primeira linha da solidariedade com os presos do PRP desde o primeiro momento da sua prisão, até à sua libertação quatro anos depois.

Na sequência da aprovação da lei da Reforma Agrária, da responsabilidade de António Barreto, tinham-se intensificado as entregas de herdades aos antigos proprietários. Estas acções nunca foram pacíficas, mas atingiriam um ponto crítico na herdade do Escoural a 27 de Setembro de 1979. No decorrer dos confrontos a GNR matou a tiro dois trabalhadores rurais, António Casquinha e João Geraldo, "Caravela", ferindo gravemente outro, Florival Carvalho.

José Afonso editava em 1979 o álbum "Fura Fura"[54] que inclui temas criados para as peças de teatro "*Zé do Telhado*" da Barraca e "*As Guerras de Alecrim e Manjerona*" pela Comuna Teatro de Pesquisa, com a participação de músicos das novas gerações.

Numa tentativa de reeditar a iniciativa unitária do MUP, experimentada sem êxito a partir dos GDUP's três anos e meio antes, em Janeiro de 1980, Otelo impulsou a criação da FUP (força de unidade popular). Em Março constituia-se como partido, através de um acordo subscrito por representantes da OUT, PRP, MES, PC(ml)P, PC(R), UC, UDP e quatro personalidades independentes. Entretanto, a cisão verificada no PRP no final do ano anterior tinha dado origem a uma transformação no "projecto das quatro componentes", mudando a sua designação interna para "Projecto Global". A estrutura civil armada, que até ali não reivindicava as acções armadas levadas a cabo, passava a assumi-las sob a sigla FP-25 de Abril, que viriam a dar-se a conhecer publicamente com lançamento de petardos a 20 de Abril de 1980. As primeiras acções reivindicadas fizeram estalar o consenso, seguindo-se a debandada da maior parte das organizações subscritoras do acordo de constituição da FUP. Otelo candidatar-se-ia nas eleições presidenciais, realizadas em Dezembro, nas quais recolhe pouco mais de dez por cento dos votos conseguidos nas anteriores. Zeca Afonso volta a apoiá-lo empenhadamente. A análise das condições políticas para o salto qualitativo que implicava a prática assumida da luta armada estava influenciada pela existência de dezenas de militantes clandestinos, originados no processo repressivo contra o PRP, e pela situação económica e social dramática que afectava já largas camadas da população, com tendência para agravar-se. Os salários em atraso passaram a ser uma prática consentida pelo poder, foi incrementada a devolução de terras aos latifundiários e de fábricas aos ex-donos que as tinham abandonado, seguiram-se as privatizações de sectores da economia nacionalizados durante o PREC. Em paralelo, este projecto foi intervindo com acções armadas contra esta escalada da recuperação capitalista, ao mesmo tempo que definhava numa agonia que se prolongaria nos sete anos seguintes.

Zeca Afonso revelaria numa entrevista[55], publicada quando já Otelo e dezenas de militantes do Projecto Global / Forças Populares 25 de Abril se encontravam presos acusados de terrorismo, a sua posição sobre a luta armada: "*Penso que é um recurso legítimo (…) Não faz a revolução, presta-se mesmo a alguns equívocos, mas tem ao menos a vantagem de radicalizar a indignação e sobretudo de repor pontos de equilíbrio numa relação de forças em que o cidadão comum é permanentemente ludibriado pelos profissionais da política*". E num programa de rádio[56] na mesma época consideraria: "*essa violência é, do ponto de vista moral, perfeitamente legítima. Perfeitamente aceitável. Foi o poder que deu origem a que essa violência surgisse*"

Em 1981, numa decisão que pode ser interpretada como um sinal do refluxo, José Afonso grava um álbum com fados de Coimbra, voltando a cantar os temas que o deram a conhecer. Nele presta homenagem a Edmundo Bettencourt a quem dedica o disco, o único dedicado por si de forma expressa.

Voltei a ter contacto directo com Zeca Afonso no verão de 1982. Ferreira da Costa[57], libertário, detentor do recorde da "frigideira" durante o seu tempo de reclusão no Tarrafal entre 1942 e 1944, otorrinolaringologista de Coimbra, informado por mim do estado de saúde de Zeca Afonso, incumbiu-me de lhe fazer chegar o seu interesse em observá-lo e dar-lhe a sua opinião de "*médico não comprometido com o negócio da doença*", como gostava de sublinhar. Através de Natércia Oliveira que, com Ivone Chinita, ambas já falecidas, coordenava os trabalhos da cooperativa cultural Era Nova, concretizou-se o encontro em Lisboa e combinou-se a ida a Coimbra. Ali, no consultório arcaico do velho lutador anti-salazarista, Zeca não ouviu palavras esperançosas. Ao acabar a visita, no seu estilo directo, com os olhos brilhantes de emoção, apoiando as suas mãos nos ombros de Zeca, Ferreira da Costa exprimiu-lhe a grande admiração que tinha por ele e a sua trajectória e aconselhou-o a não se fiar nos "charlatães" que lhe davam falsas esperanças, "*tinhas de te ter cuidado antes, agora não há nada a fazer*", concluiria. A ida a Coimbra foi um passo dos muitos que deu no périplo em busca de remédio para a doença que o minava. Zeca Afonso deixaria uma boa parte da sua saúde sobre os palcos, a própria sensação de palco foi para ele uma situação agressiva a que dificilmente se adaptou: "*eu estava pouco preparado do ponto de vista biológico, para andar de terra em terra a cantar*".

Na noite de 29 de Janeiro de 1983 realiza-se no Coliseu dos Recreios aquele que pode ser considerado como o primeiro e único "espectáculo" de José Afonso. Já visivelmente afectado pela doença, Zeca interpreta dignamente canções das várias fases do seu percurso de cantautor. Na sala, esgotada muitos dias antes, as emoções provocadas pelas memórias transportadas pelas canções misturavam-se com as que emergem nas despedidas. Do registo do concerto foi editado o duplo álbum *"Ao vivo no Coliseu"*. Em Novembro tinha iniciado as gravações daquele que seria o último disco em que participava activa e integralmente, "*Como se fora seu filho*"[58], que se prolongariam até Abril do ano seguinte. Um disco onde repassam memórias e sonhos, muitos insatisfeitos, a crítica incisiva à realidade do tempo e a presença da utopia.

A proposta de condecoração de José Afonso com a Ordem da Liberdade da iniciativa do Presidente da República Ramalho Eanes, um dos principais artífices do regime construído sobre a derrota do processo revolucionário português, surge numa altura de debilidade física provocada pela doença e num momento de grandes dificuldades económicas, apenas superadas pela solidariedade dos seus amigos portugueses e estrangeiros. As pressões

("…) quando os trabalhadores nas suas reivindicações começarem a ser reprimidos pela violência, (...) nessa altura haverá choque, e esse choque terá que assumir formas de violência, de todas as formas e feitios. Temos que estar preparados para esta circunstância (…)"

"Essa violência é, do ponto de vista moral, perfeitamente legítima. Perfeitamente aceitável. Foi o poder que deu origem a que essa violência surgisse""

"Atentado em Lamego"

Do atentado a tiro contra Otelo, no dia 16 de Junho de 1976, pouco se soube. A maioria dos jornais, rádios e televisão deram a notícia sem entrar em pormenores, descrevendo os acontecimentos vagamente com referências a "pedradas e tiros à passagem de Otelo por Lamego". Mas alguns deles, como o Diário Popular, aprofundavam um pouco mais, apontando a ameaça à vida de Otelo a "*grupos de violência organizada*", que teriam contado com a passividade da PSP, "*conhecedora da situação existente na praça principal da cidade, porque muito antes da chegada da caravana, já grupos de violentos desordeiros tinham insultado e provocado a equipa que a RTP ali deslocara*".

Zeca Afonso era um dos membros da Comissão Nacional de apoio à candidatura que ladeavam Otelo no banco traseiro do carro à chegada da caravana a Lamego, já não recordo quem era o outro. Ao lado do condutor, viajava o Capitão Belo, responsável pela segurança. Eu integrava a comissão distrital de Viseu de apoio à candidatura e, nessa condição, seguia num dos automóveis caracterizados com o cartaz da campanha, "Otelo, na presidência um amigo", que tinham ido esperar a caravana, procedente de Trás-os-Montes, à saída da ponte da Régua.

Pouco antes da chegada ao centro de Lamego, onde uma pequena multidão, maioritariamente hostil, nos esperava, uma camioneta embateu na porta traseira do lado esquerdo do carro em que viajava Otelo, danificando-a, obrigando à troca deste veículo por aquele em que seguiam os encarregados da segurança pessoal do candidato. O ambiente era de grande agitação. De um lado da caravana populares gritando: "Otelo!Otelo!Otelo", do outro, uma maioria provocadora vociferando: "Eanes! Eanes! Eanes!". Depois de uma breve paragem para se dirigir aos manifestantes, Otelo voltou a entrar no carro e, com enorme dificuldade, o cortejo foi avançando, enquanto apoiantes e antagonistas acompanhavam as viaturas. A oferta de um ramo de flores a Otelo provocou nova paragem, nesta altura começaram a ser atiradas pedras aos automóveis da caravana. De repente ouviram-se tiros. Das janelas do carro em que seguiam os elementos da segurança, no qual tinha viajado Otelo até à chegada a Lamego, saíam braços empunhando pistolas que disparavam para o ar ao mesmo tempo que o veículo arrancava a grande velocidade, logo seguido pelo carro onde ia Otelo e por todos os outros que compunham a caravana. O elemento da segurança que

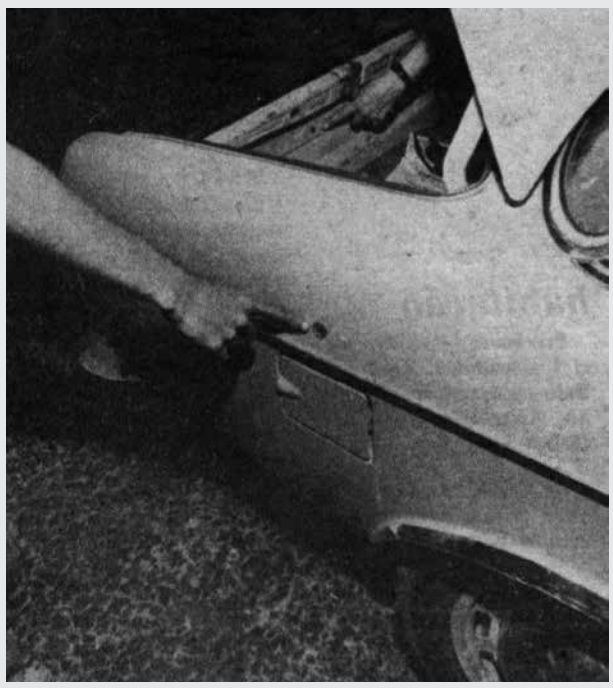


Imagem que fez a manchete do jornal Página Um de 19 de Junho de 1976, três dias depois do atentado sofrido pela comitiva de Otelo em Lamego. Na imagem destacam-se os buracos feitos pelas balas que atingiram a viatura onde viajou o canditado a presidente.

protegia a cabeça de Otelo, sentado na parte de trás do tejadilho do automóvel, dada a mudança brusca de velocidade, não conseguiu manter o equilíbrio e caiu, ficando ali, (tendo sido detido a seguir por agentes da PSP pela posse de arma). A caravana parou logo à saída da cidade. Os elementos da segurança explicaram, então, que quando voltámos a parar para a entrega do ramo de flores a Otelo, uma bala tinha entrado pelo centro do para-brisas do carro em que seguiam. Verificámos depois que havia orifícios de entrada, no encosto do assento traseiro, exactamente no lugar onde Otelo tinha viajado até à chegada a Lamego, e de saída, na parte de trás da mala. Outro orifício de um projéctil de grande calibre era visível a poucos centímetros da tampa do depósito da gasolina na parte lateral do automóvel.

Nos dias anteriores já tinham havido incidentes de menor gravidade em Chaves e Vila Real. O acto seguinte da campanha estava programado para Viseu e o ambiente que grassava na comitiva era de consternação. Os jornalistas que tinham ficado para trás depois do tumulto juntaram-se entretanto à caravana. Dos contactos que tinham estabelecido com as redacções traziam a informação de que em Viseu nos esperavam muitas centenas de pessoas, a maioria exibindo autocolantes de Eanes, num ambiente de grande tensão. Otelo, os membros da comissão nacional presentes e os da distrital de Viseu juntámo-nos em círculo, para avaliar a situação e decidir o que fazer. Nós, os de Viseu, que convivíamos todos os dias neste ambiente reaccionário, exprimimos a opinião de que devíamos ir, Otelo também, Zeca Afonso argumentou que não seria prudente expormo-nos em território hostil noutro confronto de consequências imprevisíveis e acabou por nos convencer que o melhor seria evitar Viseu e seguir directamente para Aveiro.

(Abro um parêntesis para referir outros dos muitos incidentes ilustrativos do ambiente em que decorreu a primeira campanha eleitoral para a Presidência da República depois do derrube da ditadura. Na véspera das eleições, a 27 de Junho, rebentou uma bomba na sede da Associação de Amizade Portugal-URSS, em Lisboa. No dia anterior, outra bomba tinha rebentado no Porto, junto ao Palácio de Cristal, onde decorria o comício de encerramento da campanha de Octávio Pato, o candidato do PCP. A quatro dias das eleições, Pinheiro de Azevedo, tinha sido acometido por um ataque cardíaco, interpretado por alguns como "*um atentado contra a vida do candidato*" (63), que o impediria de participar no debate televisivo marcado para esse dia, no qual o Almirante prometia "*importantes revelações*". No dia seguinte ao atentado a Otelo, no final do comício de apoio a Ramalho Eanes realizado em Évora, caiu morto João Parreira Lúcio, 39 anos, natural do Redondo e outros 6 alentejanos resultaram feridos por tiros de rajadas de metralhadora disparados por membros da segurança daquele que viria a ser eleito Presidente da República, quando manifestavam o seu repúdio pelo candidato defensor da recuperação capitalista, símbolo do 25 de Novembro e do fim do processo revolucionário em Portugal, que contava com o apoio do PS, da direita e da extrema-direita.)

Não é conhecida nenhuma investigação policial ao atentado a Otelo. Com o passar dos anos foi-se sabendo que um envolvido nas actividades da extrema direita no distrito de Viseu, morto anos depois no Brasil, se jactava de ter participado no atentado e que este tinha sido realizado com carabina dotada de mira telescópica a partir do entorno do santuário de Lamego.

/// NOTAS

63 Comunicado da UDP, in "página um", nº. 17, p.4, edição de 28 de Junho de 1976. Pode descarregar-se aqui: goo.gl/kmPUwS A UDP era o único partido apoiante de Otelo com representação parlamentar, tinha um deputado.

para que a aceitasse foram muitas, mesmo no seu entorno mais próximo, ao ponto de ter chegado a admitir numa entrevista a um programa de rádio[59] que a aceitaria. Depois de referir que gostava de estar arredado daquele tipo de celebrações e de considerar que, antes dele, outros eram mais merecedores daquela distinção, Zeca Afonso acaba por afirmar: "*(...) finalmente, depois de aconselhado, de pedir o conselho a várias pessoas, a alguns dos meus ex-companheiros da LUAR e tantos outros, entendi que seria correcto aceitar essa homenagem*". A verdade é que nunca a aceitou, como se pode verificar na lista dos condecorados[60]. Anos mais tarde, outro Presidente da República, Mário Soares, mais um dos artífices do regime, tentou condecorá-lo a título póstumo, intento que lhe saiu gorado pela resposta inequívoca da sua companheira Zélia Afonso: "*se não quis ser condecorado em vida, não o será depois da morte*".

Com o álbum *"Galinhas do Mato"*[61] José Afonso conclui a sua obra musical no final de 1985. Devido ao debilitamento provocado pela doença, apenas dois dos dez temas originais do disco são por si interpretados: *"Escandinávia Bar"* e *"Década de Salomé"*.

A última iniciativa política a que Zeca Afonso apareceu ligado foi a candidatura às presidenciais de Lurdes Pintassilgo, justificando o seu apoio com a conjuntura vivida "*que não aponta para nenhuma acção popular ou revolucionária. Afirmar isto era pura demagogia. Portanto eu apoio uma candidata que dê margem para determinadas movimentações a que eu chamo de contra poder...*". Manteria até ao final da vida o apoio à luta do povo de Timor Leste e à Fretilin.

A notícia da sua morte (já esperada) espalhou-se num ápice por toda a Ala A da Penitenciária de Lisboa, onde se encontravam, isolados da restante população prisional, a maioria dos presos do "caso FUP/FP25". As mostras de solidariedade de José Afonso com os implicados neste processo judicial tinham sido constantes. Foi das poucas personalidades publicamente conhecidas que sempre defendeu "Amnistia para Otelo e todos os companheiros", em contraste com muitas que apenas arriscavam "amnistia para Otelo e companheiros da FUP" e com outras que apenas defenderam "amnistia para Otelo". Quando começou a luta pela amnistia já tinham sido iniciados os contactos entre o Projecto Global/Forças Populares 25 de Abril e o Estado para encontrar uma solução política para o "caso" que constituía o último vestígio do PREC. Os primeiros presos, entre os quais estava Otelo, saíram das prisões um pouco mais de dois anos depois (quando a maior parte já levava cinco anos de prisão preventiva) na sequência de um imbróglio jurídico que marcou o sistema judicial: a anulação do julgamento do "caso FUP/FP25" pelo Tribunal Constitucional. Os últimos presos viram abrir-se-lhes as portas da prisão oito anos depois, encerrando o ciclo histórico[62].

Uma multidão de dezenas de milhar de pessoas acompanhou o féretro, daquele que terá sido porventura o melhor cantautor português de sempre, transportado em ombros pelos amigos, do ginásio da escola secundária até ao cemitério de Setúbal.

Muito ficou por dizer da individualidade extraordinária que foi Zeca Afonso. Resta-me manifestar admiração pela atitude de coragem, frontalidade e coerência com que temperou a sua vida; gratidão pelas palavras e pela música; e reconhecimento pelo exemplo de resistência e de solidariedade, essa qualidade que nos dias de hoje continua a ser a melhor arma dos que resistem.

Revejam e oiçam Zeca Afonso!

/// NOTAS

42 Ainda hoje se desconhece o resultado do inquérito a estes acontecimentos.

43 As greves dos empregados dos transportes colectivos em Coimbra, Porto e Barreiro assumiram a forma de não-cobrança de bilhetes. Na Firestone, os trabalhadores raptaram os patrões anericanos e exigiram o resgate à empresa mãe, para o pagamento de salários em atraso. Phil Mailer, obra citada, p. 205.

44 Obras consultadas: "Quando Portugal Ardeu" de Miguel de Carvalho, Oficina do Livro, 2017, Lisboa; "Polícias e Ladrões", de João Paulo Guerra, Ed. Caminho, Lisboa, 1983; O Julgamento da Rede Bombista, de Josué da Silva, Ed. Caminho, 1978, Lisboa; e "Dossier Terrorismo", Editorial "Avante!", 1977, Lisboa.

45 Reportagem publicada na edição de 7 de Abril da revista alemã Stern, 1976, Hamburgo.

46 Gunter Wallraff, "A Descoberta de uma Conspiração – A Acção Spínola", Bertrand, 1976, Lisboa.

47 Entrevista ao jornal "página um", nº 16, de 26 de Junho de 1976, pp. 9/10. Pode ler-se aqui: goo.gl/qwbryG

48 Com produção de José Niza.

49 Spínola seria promovido a Marechal em 1981 e designado chanceler das Antigas Ordens Militares portuguesas, pelo P.R. Mário Soares em 1987, "pela sua importância no início da consolidação do novo regime democrático".

50 "Quando Portugal Ardeu" de Miguel de Carvalho, pp. 297-342 Oficina do Livro, 2017, Lisboa.

51 Comunicado publicado na íntegra com o título: "Considerando em 4 pontos", Zeca Afonso, in "página um", 10 de Novembro de 1976, p. 7., Lisboa. Pode descarregar-se aqui: goo.gl/MhvPeU

52 Com arrajos e direcção musical de Fauto e José Afonso.

53 Estes factos nunca chegaram a julgamento, o que adensa a suspeita de provocação policial. Mais informação in: "Contributos para a história da luta armada em Portugal". Pode ler-se aqui: goo.gl/Etmy3X

54 Com misturas de Jorge Mendes Barata, Júlio Pereira e José Mário Branco e a participação na gravação dos Trovante.

55 Entrevista a José Amaro Dionísio, in "Expresso", p. 34-R, de 15 de Junho de 1985, Lisboa.

56 Entrevista concedida aos jornalistas Carlos Júlio e Carlos Carvalho no programa "Ver, Ouvir e Contar" da RDP1, em Março de 1985.

57 Ferreira da Costa ao regressar do Tarrafal, em 1944, publicou uma carta aberta ao ministro do interior de Salazar, onde denunciou com pormenores a vida dos presos naquele campo de morte. Pode ler-se aqui: goo.gl/8aKpUZ

58 Com arranjos musicais de Júlio Pereira, José Mário Branco e Fausto

59 Entrevista a Manollo Bello, programa "Fim-de-semana". Pode escutar-se aqui: goo.gl/hGMURi

60 Pode consultar-se aqui: goo.gl/yzwT7y

61 Produzido por José Mário Branco e Júlio Pereira. Participam como intérpretes: Helena Vieira, Né Ladeiras, Luis Represas, Janita Salomé e as suas filhas, Marta e Catarina.

62 O Estado ver-se-ia na contingência de julgar os crimes de sangue que tinham ficado de fora na amnistia de 1996, aprovada na Assembleia da República quando já nenhum dos implicados estava preso. A sentença desse julgamento, que decorreu com sessões semanais durante um ano, no Tribunal da Boa Hora em Lisboa, foi conhecida em Abril de 2001. A generalidade dos arguidos foi absolvida por falta de provas e, surpreendentemente, os "arrependidos", "por terem confessado a sua participação nos crimes", foram condenados a penas que não cumpriram. O Ministério Público não recorreu da sentença.

In memoriam Carlos da Fonseca

AMÉRICO NUNES [1]

XICO ESPADA

I

O historiador Carlos Alberto da Fonseca Lopes faleceu em Paris, no dia 9 de Maio de 2017, vítima de uma longa doença contra a qual lutava desde há muitos anos, de forma extremamente discreta, quase secreta e sem nada de patético.

Militante antifascista de orientação marxiana e libertária, conjugando dialecticamente Marx e Bakunine, saiu de Portugal para não participar na ignóbil guerra colonial que a ditadura salazarista entendeu levar a cabo a partir de 1961 nas «suas» colónias do ultramar. Daí, o exílio.

Passou a residir em Paris em 1966, vindo da Holanda e da Bélgica em companhia do poeta anarquista e surrealista António José Forte. Foi nesse ano que encontrei o Carlos da Fonseca e o A. J. Forte, que me foram apresentados por um amigo comum, Francisco Alves (futuro tradutor de Debord), ex-trotskista que as teses situacionistas tinham entretanto convencido, como a mim e ao Carlos.

Estabeleceu-se entre nós uma imediata ligação de amizade. E tendo-se juntado ao grupo, nesse mesmo ano, um outro amigo comum, o Eduardo Vasconcelos Cruz, decidimos criar um «círculo» situacionista português. Houve muitas discussões e preparação de textos, mas, por falta de meios e com o regresso do Forte a Portugal, o nosso «círculo» – a que queríamos chamar *Potlatch*, num impulso *bataillan* (de Georges Bataille, que nessa altura líamos paralelamente aos textos de Debord) – acabou por não vir a público. Decidimos então, com o Carlos, juntar-nos ao grupo Pouvoir Ouvrier (PO), dissidente do colectivo *Socialisme ou Barbarie* (da revista do mesmo nome). PO tinha-se separado de *S. ou B.* na sequência de sucessivas cisões internas, provocadas pelo tácito abandono da teoria de Marx pelo seu último representante, Cornelius Castoriadis, o qual, paradoxalmente, em nada renunciou ao inicial projecto de revolução das relações sociais capitalistas.

E entretanto adveio o grande acontecimento de Maio-Junho de 1968. Terá este sido o último sobressalto das insurreições proletárias do século XIX e dos primeiros cinquenta anos do século XX, ou o início de um outro modo de atacar os fundamentos do capital? Em todo o caso, com o refluxo deste movimento contestatário e insurreccional, o Carlos voltou ao que então chamávamos a «vida quotidiana», aos acasos de uma vida social alienada ao «consumo de massas» e à execrável necessidade da sobrevivência. Mas a «paz social» continuou a ser perturbada pela turbulência ainda vivaz do movimento subversivo, proliferando múltiplos grupos esquerdistas que pretendiam conservar as «conquistas» culturais, por vezes contraditórias e, portanto, sem a «solução dialéctica» que emergira da Primavera da subversão operária e estudantil.

Juntamente com o Carlos, avaliámos o recuo histórico que não nos ia conduzir aos caminhos da esperada «revolução total». Começou então a era do liberalismo libertário ou do neoliberalismo, com o seu sufocador «democratismo liberal» e a dominação às claras de uma forma do capital, o capital financeiro, que já estava presente, mas que iria assumir enormes dimensões à escala mundial, sobretudo após o desmoronamento dos países ditos «socialistas» e dos movimentos ditos de «libertação» nacional do «Terceiro Mundo», que se tornaram Estados quase tão repressivos como as antigas potências coloniais.

O Carlos estava perfeitamente consciente da viragem contra-revolucionária do capitalismo à escala mundial, após o interlúdio dos «trinta gloriosos», os anos subsequentes ao fim da Segunda Guerra Mundial. Na ausência de uma outra práxis revolucionária assente num movimento social (inexistente), o Carlos retomou as suas investigações universitárias, mas com uma orientação precisa. Inscreveu-se na École Pratique des Hautes Études (posteriormente École des Hautes Études en Sciences Sociales), num seminário intitulado «Geografia do marxismo», animado pelo grande investigador Georges Haupt, historiador do movimento social de inspiração social-democrata (II Internacional) e marxista (posterior à revolução bolchevique e à III Internacional). Haupt era autor de vários livros sobre a II Internacional e o bolchevismo, e sobre as relações da história com o movimento social. Foi sob a sua direcção que o Carlos concluiu os seus diplomas universitários, vendo-se depois colocado como docente na Universidade de Paris VIII (Vincennes-Saint-Denis) em história da civilização portuguesa e como bibliotecário na Sorbonne, no departamento de literatura comparada, então dirigido por Étiemble, grande historiador desta disciplina universitária.

Por ter trabalhado no Instituto de História Social de Amesterdão (durante muito tempo dirigido por Arthur Lehning, incontornável investigador dos movimentos sociais revolucionários, de Buonarroti a Bakunine, e editor das obras completas de Bakunine), Carlos da Fonseca pôde posteriormente dedicar-se à investigação sobre o movimento operário português em arquivos. A este respeito publicou *História do Movimento Operário e das Ideias Socialistas em Portugal* (4 volumes), além de *História do 1º de Maio em Portugal*, *Integração e Ruptura Operária*, *A Origem da I Internacional em Lisboa*, escritos em português, e *Para uma Análise do Movimento Libertário e da Sua História*, redigido e publicado em francês. É pena que as obras em português não estejam traduzidas, porque seriam úteis para uma comparação dos diferentes movimentos operários na Europa. Seja como for, Carlos da Fonseca enriqueceu consideravelmente a historiografia do movimento operário, do socialismo e do anarquismo em Portugal e, por consequência, na Europa.

II

Estivemos ligados por uma sólida e longa amizade de quase cinquenta anos. Encontrávamo-nos regularmente, em Paris, em cafés do Quartier Latin, com frequência em companhia de um outro amigo comum, António Garcia, e de Fernando Medeiros, outro companheiro próximo do Carlos. E fazíamos depois «digressões» pelas livrarias, em busca de livros raros ou esgotados. Lembro-me das nossas conversas e discussões sobre os assuntos mais diversos, de literatura, poesia, música, pintura, política, história, filosofia, ou até de antropologia e etnologia. Muitos dos nossos debates andavam à volta do movimento histórico do «comunismo dos conselhos operários», de que nos sentíamos próximos, vilipendiado por Lénine e, mais tarde, pelo movimento operário organizado na época de Estaline e da tragédia histórica da revolução bolchevique, após a destruição do sentido primeiro de uma revolução proletária assente nos sovietes (conselhos) rumo ao comunismo.

Mas as nossas discussões não ficavam por aí, tendo em conta a imensa cultura do Carlos a respeito de uma multitude de assuntos. A poesia estava também no âmago das nossas conversas, porque não concebíamos uma revolução político-social sem uma revolução da linguagem poética, à maneira do dadaísmo durante a revolução dos conselhos operários animada pelos espartaquistas. E apaixonavam-nos igualmente outros poetas para quem a revolução poética não estava subordinada a qualquer poder político, mesmo revolucionário, tais como Rainer Maria Rilke, Georg Trakl, Tristan Tzara, ou, na época do surrealismo, Benjamin Péret. Gostávamos também de outros poetas que abriam horizontes, tais como Saint-John Perse, René Char ou Fernando Pessoa. Em música, lembro-me da sua paixão por Beethoven e por Wagner (o Carlos era um grande conhecedor das óperas deste último). Discutíamos a obra de Marx alvo das derivas ulteriores (a partir de Engels, parcialmente, e sobretudo do leninismo e do estalinismo). O Carlos falava-me das investigações sociológicas decorrentes da análise teórica de Georg Simmel e de Max Weber, que muito influenciaram a obra de György Lukács, *História e Consciência de Classe*.

Tinha uma admiração muito grande pelo primeiro romantismo alemão, o de Iena, que terminou em 1799, animado pelos irmãos Schlegel e por Novalis, que ele considerava como uma verdadeira revolução literária e cultural, cuja força motriz virá a encontrar-se mais tarde no surrealismo, após 1920. Apreciava também o teatro de Kleist e os românticos

ingleses, William Blake, Shelley e Keats. Sem esquecer o seu grande interesse pelo expressionismo como revolta poética e pictural.

Mas não falávamos apenas de arte ou de estética. Ocupava-nos muitíssimo a actualidade, sobretudo o problema do bastardo retorno da instância religiosa, tanto no seio do Islão como do cristianismo, retorno que o irritava profundamente. Disse-me um dia: «Há três livros que não entram em minha casa: *Mein Kampf*, *A Bíblia* e o *Corão*.» Sobre o seu relacionamento com a religião, estamos falados. E bem podemos considerar o *Mein Kampf* como a Bíblia da contra-revolução total.

Ao longo da sua vida, furtou-se a qualquer compromisso com a ordem estabelecida, mesmo «democrática».

Entre nós não havia interditos, nenhum tabu. Por isso, podíamos discutir livremente, por exemplo, as obras de Heidegger ou de Hannah Arendt, sem a elas aderirmos. Não andávamos à procura do nazi por trás das frases de Heidegger, procurávamos compreender o seu sentido e a sua intenção, para as restituirmos numa crítica sem complacências. No doentio clima intelectual francês, feito de processos de intenção, anátemas e condenações sem apelo em nome de um antifascismo sem conteúdo teórico apropriado (bastava que num escrito qualquer surgisse uma referência, por exemplo, a Ernst Jünger, para gritarem logo ao «fascismo»), disse-me um dia o Carlos: «Somos os últimos democratas do espírito.» O que mostra bem a sua rejeição de qualquer sectarismo ou dogmatismo destinado a trancar o pensamento crítico preconizado pelo jovem Marx, segundo o qual todo o pensamento deve passar primeiro pela prova de fogo da razão crítica para ser combatido com pleno conhecimento de causa.

III

Contrariamente às aparências, o Carlos era uma pessoa muito calorosa para com os amigos, embora fosse capaz de uma feroz ironia perante aqueles a quem chamava institucionais «diplomados» da opinião, «filósofos» ao serviço do capital e do poder de Estado, prebendários de toda a espécie. Ao longo da sua vida, furtou-se a qualquer compromisso com a ordem estabelecida, mesmo «democrática». Sob uma aparência fria e distante, era capaz de um grande calor contagioso, como quando contava, no estilo lúdico da narração oral, as suas aventuras e desventuras, por exemplo, com professores ou colegas durante a sua escolaridade em Seia e, depois, já mais adulto, em Santarém, onde, segundo o nosso amigo António Garcia, começou a ler Marx, Lénine e Trótski, mas também Bakunine e outros anarquistas. Evocava às vezes a sua acção no cineclube desta cidade, que foi também o seu centro de actividades culturais e políticas, etapa importante na sua evolução ulterior. Foi lá, provavelmente, que começou por rejeitar o «comunismo» do PCP, sectário e estalinista, apesar da aura que rodeava o partido por força da actividade clandestina contra o salazarismo.

Dotado de uma grande cultura, tanto histórica como literária e filosófica, o Carlos sentiu-se sempre muito próximo dos movimentos poético-políticos revolucionários como o dadaísmo, o surrealismo e a teoria situacionista. Era um espírito dotado de uma grande capacidade de abertura a qualquer forma de subversão, razão pela qual, embora fosse marxiano, tinha uma grande admiração por Bakunine, o eterno subversivo; e manifestava uma total intransigência perante qualquer compromisso, não apenas relativamente à ordem burguesa e capitalista, mas também ao sistema tecnocrático e burocrático. Por ter participado activamente no movimento de Maio-Junho de 68, e depois no seu refluxo, manteve sempre uma grande lucidez a respeito das derivas dos movimentos e partidos políticos de esquerda (comunistas, trotskistas ou outros) que pretendiam mudar o mundo mas que, por múltiplos motivos (sectários, dogmáticos, estruturais, circunstanciais), não o conseguiram. Em vez de criarem por fim a «comunidade humana» (a *Gemeinwesen* de Marx), arrastaram a humanidade, de mãos dadas com o capitalismo, pelos tortuosos caminhos de uma nova barbárie tecno-burocrática *new look*, ao mesmo tempo *soft* e mortífera.

Posso afirmar que o Carlos da Fonseca sonhou até ao fim, mas provavelmente sem ilusões, com o advento da «utopia concreta» preconizada por Ernst Bloch, a utopia de um comunismo anarquista e libertário em que a alteridade da revolta pode sempre ter sentido e razão de ser. Porque nada é garantido eternamente; de sempre, só a revolta. Como declara no fim de um dos seus livros, «nos nossos dias, é libertário quem vive em rebelião.»[2]

/// NOTAS

1 Américo Nunes nasceu em Moçambique. Opositor à ditadura fascista e à guerra colonial, refugiou-se em França em 1961, onde prosseguiu essa luta. Professor e investigador de História, foi docente nas Universidades de Paris VII e Paris VIII entre 1972 e 2004, centrando o seu trabalho nos movimentos sociais e nas utopias da Europa e do México. O seu livro *Les Révolutions du Mexique* (1ª ed. Flammarion, Paris, 1975), considerado um clássico, foi republicado em 2009, com um importante posfácio do autor e uma reactualização da bibliografia, pela editora parisiense Ab Irato. Edição em português: *As Revoluções do México* (Perspectiva, São Paulo, 2013). A cineasta Samia Serri dedicou ao percurso deste lutador o filme *Americo Nunes, utopiste jusqu'à la fin?* (52', 2011).

2 *Para uma Análise do Movimento Libertário e da Sua História*, Antígona, 1988.

A MORTE DA ANTIPATIA

As edições independentes em Portugal já tiveram dias melhores. Talvez por o livro já não ser a única fonte de onde bebemos o alimento do cérebro, como no passado, mas também porque no meio dessa crise do papel, editar obras sem pensar no lucro, no espetáculo e no marketing, é sinónimo de dificuldades. Por estas e por todas as outras razões, a verdade é que tudo tem um fim e as Edições Antipáticas, um projeto editorial aqui do burgo, não é exceção. Nos últimos anos, as Edições Antipáticas foram responsáveis pela tradução e publicação de mais de uma dezena de títulos incontornáveis da literatura comunista, autonomista e radical. Livros que de outra maneira nunca teriam visto a luz em Portugal. O seu catálogo começa a ser composto em 2005, com a publicação do infinitamente polémico *"Diatribes"*. Mais tarde entrega-se às traduções dos textos do coletivo francês Comité Invisível e traz à estampa uma importante trilogia iniciada em 2008 com *"Appel"*, seguida pelo best-seller internacional *"A insurreição que vem"* (2010) e finalizada com *"Aos nossos amigos"* (2015). O ano de 2008 marca também o início da grande crise financeira na Europa ou, colocado de forma diferente, o ano em que o capitalismo inicia uma nova fase da sua vida, de violência mais trabalhada e controlo mais refinado. A trilogia tem o mérito de acompanhar essa transformação bem no seu centro e o que se inicia com um texto difícil e quase impenetrável evolui para um dos mais certeiros diagnósticos do momento social e político que atravessamos nesta segunda década do séc XXI. Os textos são ainda hoje o alimento dos debates mais acessos nas tascas, das discussões mais apaixonadas nos centros sociais dessa Europa e dos insultos mais gratuitos algumas vez proferidos em bancos de jardim. Tudo o que ser quer, portanto, de um livro. Incontornável é ainda a sua edição do clássico intemporal de Guy Debord, *"A sociedade do espetáculo"*. Se por esta altura o leitor está já invadido por uma incontrolável curiosidade sobre estas antipatias, a solução é tão simples como visitar o blog das Edições Antipáticas onde, gratuitamente, se podem descarregar todos os seus textos num cómodo PDF. Assim se despede a casa da antipatia mas felizmente não morreremos à fome pois haverá sempre algum teimoso que impedirá os nossos cérebros de sucumbir na penúria de literatura radical. Pelas ruas, pelas praias e pelos montados de sobreiros ainda se lançam na difícil construção desse grande objeto que é o livro projetos como os Textos Subterrâneos, os Textos Igneos, a destacada Letra Livre, as edições da BOESG, a Barricada de Livros e as Respigações Ai Ferri Corti, entre muitas outras que já foram e tantas mais que aí virão. **edicoesantipaticas.tumblr.com** G. L.

mapa
Jornal de Informação Crítica

MAPA: Jornal de Informação Crítica
Número 16
Abril-Junho 2017

Propriedade: Associação Mapa Crítico
NIPC: 510789013
NIB: 0035 0774 00143959530 98
Morada da redacção: Largo António Joaquim Correia, nº13, 2900-231, Setúbal
Correspondência: enviar para morada da redação A/C de Guilherme Luz
Registo ERC: 126329
Diretor: Guilherme Luz · gui.luz@jornalmapa.pt
Editor: Ana Guerra
Subdiretor: Frederico Lobo
Director adjunto: Inês Oliveira Santos

Estatutos editoriais do Jornal MAPA:
https://goo.gl/ZgkQxM

Colaboram no jornal MAPA com Artigos, Investigações, Ilustrações, Fotografias, Design, Paginação, Revisão e Site:

M.Lima*, Filipe Nunes*, Gastão Liz*, Teófilo Fagundes*, Delfim Cadenas*, C. Custóia, José Smith Vargas*, Guilherme Luz*, Cláudio Duque*, P.M*, A.P, Ali Baba*, Júlio Silvestre*, Inês Rodrigues*, Granado da Silva*, Sandra Faustino*, José Carvalho*, Huma*, Finja Delz, X. Espada, J. Martins, , Jorge Valadas, Miguel Crespo, Zita Moura, Laura Marques, Catarina Leal, Ricardo Ventura, PM, João Vinagre, Rita Alves, Francisco Colaço Pedro, Eduardo Sousa, Jorge Leandro Rosa, Irene Loureiro, Beatriz Bagulho, Julio Henriques, Daniel Melim, Francesco Vacchiano.

* Colaboradores permanentes / Pensamento, discussão e desenvolvimento do projecto editorial (colectivo editorial)

Periodicidade: trimestral
PVP: 1 euro
Tiragem: 3000 exemplares

Contacto: geral@jornalmapa.pt
Distribuição: distribuicao@jornalmapa.pt
Assinaturas: assinaturas@jornalmapa.pt
Site: www.jornalmapa.pt
Facebook: facebook.com/jornal.mapa
Twitter: twitter.com/jornalmapa
Depósito legal: 357026/13
Tipografia: Funchalense-Empresa gráfica S.A.

Os artigos não assinados são da responsabilidade do colectivo editorial do jornal MAPA. Os restantes, assinados em nome individual ou colectivo, são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

mapa : Jornal de Informação Crítica

ONDE POSSO ENCONTRAR O MAPA?
CONSULTA A LISTA DE DISTRIBUIÇÃO ACTUALIZADA EM:
WWW.JORNALMAPA.PT/DISTRIBUICAO/

NÚMERO 17
JULHO- SETEMBRO 2017
3000 EXEMPLARES

MAPA BORRADO

O regresso das florestas zombies

MANUEL TRINDADE

RITA SERRA
MISCARA@GMAIL.COM

O sonho das empresas de celulose de tornar Portugal um país de grandes plantações de eucalipto, com clones da mesma idade, sujeitas ao mesmo regime, num manto verde a perder de vista, daquelas geridas por drones, em que nem é preciso lá por os pés, insiste em não se concretizar em Portugal. O sonho dá lugar a florestas zombies. Qualquer pessoa que circule pelo norte e centro do país as encontra - plantações de eucaliptos queimados, mortos-vivos a regenerar parcialmente, sem vontade própria e sem futuro. Como é que árvores tão amadas, trazidas à vida pelas mãos cuidadosas da engenharia genética, cheias de potencial, são tão descuidadamente entregues a pessoas incapazes de as proteger de incêndios recorrentes?

No debate público, o culpado número 1 de todos os erros da floresta, sendo que por floresta se entende aqui o que dela fizeram - monoculturas de árvores sob a disciplina produtiva capitalista - é o pequeno proprietário absentista. Que bode expiatório tão conveniente, culpar quem não está lá e que não se sabe quem é. Donos e donas de meio hectare, seriam a principal pedra na engrenagem a impedir a realização do sonho verde. Vai-se naturalizando a ideia de que há que dar as terras a quem pode cuidar delas. E quem melhor pode cuidar delas do que quem tem o poder de investir?

Pouco a pouco, naturaliza-se também a ideia de que o sonho das empresas de celulose tem de ser um desígnio nacional. Como nos lembram vezes sem conta, são os eucaliptos que ajudam a equilibrar a nossa balança comercial. O escudo de Portugal contra a austeridade é feito de eucalipto. Devíamos fazer do eucalipto a nossa árvore nacional, a base dos nossos perfumes, e ver se a conseguimos cozinhar. As pombas modernas da paz não levam ramos de oliveira, mas sim ramos de eucalipto. Podíamos aproveitar a oportunidade e fazer parques temáticos com coalas, aborígenes e o Crocodilo Dundee. Em terras que já não dão pão, se o eucalipto é que nos põe o pão na boca, há que educar o povo para a sua importância.

O que me intriga é que quando olho para uma serra inteiramente coberta de eucaliptos até às linhas de água, nunca vejo as terras incultas dos proprietários absentistas. Que fantástica capacidade de coordenação! Somos um país de telepatas que conseguimos comunicar com pessoas desconhecidas? Como é que esse suposto mapa fragmentado de tanta pequena propriedade se torna num manto verde ininterrupto? Que magia! Mas quem gere estas árvores? Será que cresceram espontaneamente? Se é o caso, o eucalipto devia ter estatuto legal de espécie invasora. Para bem da nossa economia, é melhor criar um novo estatuto para o eucalipto: o de árvore mágica, capaz de se gerir a si mesma. Devemos também dotá-la de personalidade jurídica para que possa passar recibos e faturas quando se vende aos compradores. Doutra forma, os proprietários absentistas desconhecidos estariam a ser roubados por quem lucra com os eucaliptos que nascem nas suas terras.

Apesar das suas propriedades mágicas, o eucalipto continua a arder. Os fazedores de zombies praticam todas as formas de injustiça ambiental. Não restauram os espaços florestais, não compensam os danos ambientais causados e a perda de serviços dos ecossistemas, nem previnem os riscos inerentes às plantações florestais, como os incêndios, com a consequente perda de vidas humanas. Não têm em conta a vulnerabilidade económica e social das populações das quais abusam, a violência social e os conflitos gerados pela ocupação de terras comuns e daqueles que não podem defender a sua propriedade contra terceiros, nem a perda irreversível de biodiversidade. Tudo em nome do abastecimento de matéria-prima a baixo preço.

Mas o baixo preço não chega. É preciso qualidade. E a carne queimada dos zombies não serve para papel certificado. Quem serão os provedores capazes de assegurar as necessidades do mercado e, consequentemente, de todos nós, povo comedor de eucaliptos? O pequeno proprietário, absentista ou não, tem os dias contados. Ou está morto, ou já morreu e não sabe. Foi eliminado pela seleção natural do mercado por não se organizar para produzir eucaliptos certificados.

Pouco a pouco, naturaliza-se também a ideia de que o sonho das empresas de celulose tem de ser um desígnio nacional.

As empresas de celulose, direta ou indiretamente, beneficiaram de dinheiro público, mas os proprietários privados terão de ser capazes de pagar os custos dos eucaliptos, ou perecer. O mundo não será dos pequenos. A Uber do eucalipto não será de proprietários particulares, será de acionistas. Os que agora comem pão de eucalipto, comerão migalhas, ou pó, ou nada. E enquanto houver injustiça ambiental, as florestas zombies vão surgir, regressando após cada ciclo de exploração intensiva e abandono.

Enquanto os zombies não regressam, os vivos ocupam temporariamente a terra. Nascem alguns carvalhos, sobreiros e acácias, e já temos floresta no CORINE Land Cover. Por vezes alguns eucaliptos escapam e fazem vida com as outras espécies. Talvez aí possam ter um papel na nossa vida coletiva.

O QUE É QUE ESTÁS A FAZER?
MEMES CONTRA A BÓFIA
SISTER HOOD
AAH... COMO É QUE ISSO SE FAZ? TIPO: "QUE SA F*DA A BÓFIA LOL!!!"
BAH.. NÃO PÁ... PODES FAZER COM O QUE QUISERES. SÃO COLAGENS... TÁS A VER?
...COM AQUELAS CARAS MANHOSAS?
SMASH THE STATE AND MASTU
SÃO OS TEUS HAIKUS DA PROPAGANDA?
SE QUERES DEIXAR A CULTURA POPULAR NA MÃO DE FACHOS, TUDO BEM...
QUE IMPORTÂNCIA TEM O FORMATO?
O FORMATO CONTAMINA A DISCUSSÃO... E NUM INSTANTE JÁ ESTÁS NUMA ESPIRAL DE MERDA QUE NÃO LEVA A LADO NENHUM..
OH OH OH... O MUNDO É DEMASIDO ESPIRITUOSO PARA TI? PARECES UMA VELHA NOS ANOS 50 A FALAR DA NOVA MODA DO "ROCK 'N' ROLL"...
TEM QUE VER COM A VELOCIDADE DA INFORMAÇÃO E DAS IDEIAS.. SEMPRE TIVESTE PLATAFORMAS EFÉMERAS E CAÓTICAS QUE FUNCIONAM À SUA MANEIRA..
ACHO QUE ESTOU EMOCIONADA...
SEM JUSTIÇA NÃO HÁ PAZ
E AGORA QUÊ? VAIS ESCREVER PARA AS CAIXAS DE COMENTÁRIOS?
YA! VOU SÓ FINDER UM BOCADO A CABEÇA AO PESSOAL... PARA VEREM QUEM MANDA AQUI!
JOSÉ SMITH VARGAS